

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

## CADERNOS NAVAIS

N.º 61 – Julho – Setembro de 2021

# RESERVA VOLUNTÁRIA E CADETES DO MAR EM PORTUGAL

Contra-almirante António José Ravasco Bossa Dionísio (Coordenador)

Capitão da Marinha Mercante (RM) António Carlos Ribeiro Ramos

Comandante João Cunha Bellem Ribeiro

Tenente (RC) Helena Maria Amorim Maciel



Edições Culturais da Marinha

LISBOA

Centro de Estudos Estratégicos da Marinha

**CADERNOS NAVAIS**

N.º 61 – Julho – Setembro de 2021

# **RESERVA VOLUNTÁRIA E CADETES DO MAR EM PORTUGAL**

**Contra-almirante António José Ravasco Bossa Dionísio (Coordenador)**

**Capitão da Marinha Mercante (RM) António Carlos Ribeiro Ramos**

**Comandante João Cunha Bellem Ribeiro**

**Tenente (RC) Helena Maria Amorim Maciel**

Edições Culturais da Marinha

LISBOA

O Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM) foi criado pelo Despacho número 13/18, de 12 de abril, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), sucedendo ao Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica (GERE), cuja origem remonta ao ano de 1999.

O CEEM, situado na direta dependência do Almirante CEMA, tem como principais incumbências a reflexão e o estudo nas áreas da estratégia marítima, doutrina naval e projeção externa da Marinha.

No âmbito das suas competências, o CEEM promove a publicação de textos sobre temas da sua vocação, através das coleções dos Cadernos Navais, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

**TÍTULO:**

RESERVA VOLUNTÁRIA E CADETES DO MAR EM PORTUGAL

**COLEÇÃO:**

Cadernos Navais

**NÚMERO ANO:**

61/Julho-Setembro 2021

**EDIÇÃO:**

Comissão Cultural de Marinha  
Centro de Estudos Estratégicos da Marinha (CEEM)

**ISBN: 978-989-9065-04-8**

Depósito legal n.º 183119/02

**EXECUÇÃO GRÁFICA:** Instituto Hidrográfico/Luís Gonçalves

**TIRAGEM:** 230 exemplares

## OS AUTORES

### **Contra-almirante António Bossa Dionísio (Coordenador)**

O Contra-almirante António José Ravasco Bossa Dionísio nasceu em Lisboa, em 1950.

Foi aluno do Colégio Militar, onde era entusiasta da vela e da esgrima.

Em 1969 entrou para a Escola Naval, sendo promovido a Guarda-Marinha em outubro de 1973.

Tem o curso de “Foreign Purchaser” do Defense Institute of Security Assistance Management dos Estados Unidos da América, os Cursos Geral, Complementar e Superior do Instituto Superior Naval de Guerra e o Curso do United Kingdom Logistic Support Arrangement do Ministério da Defesa do Reino Unido.

Esteve embarcado nas Fragatas Comandante João Belo, Almirante Gago Coutinho e no Navio-escola Sagres.

Em terra teve diversas comissões, destacando-se a da chefia da Delegação em Washington (Estados Unidos da América) da Missão para a construção das Fragatas da Classe Vasco da Gama, a de oficial de ligação junto do Naval Sea Systems Command, Professor da Área Científica de Logística Naval da Escola Naval, e a de Chefe da Divisão de Logística do Joint Command Lisbon, da NATO.

Promovido a Contra-Almirante em 28 de junho de 2007, foi Director da Direção de Abastecimento, Presidente da Comissão Executiva das Jornadas do Mar 2010, Director do Museu de Marinha e Director da Comissão Cultural de Marinha.

Passou à situação de reforma em 2013. Desde então, tem-se ligado a diversas atividades, sendo atualmente o Presidente da Direção da Confraria Marítima de Portugal – Liga Naval Portuguesa, Vogal da Tabla da Cofradía Europea de la Vela, Primeiro Vice-Provedor da Irmandade da Misericórdia e de São Roque de Lisboa, Académico Efetivo da Classe de História Marítima da Academia de Marinha e Membro da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Tem o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, seis Medalhas de Prata de Serviços Distintos, a Medalha Militar de Mérito Militar de 1ª e 3ª Classes, a Medalha de Cruz Naval de 2ª Classe e a Medalha de Ouro e de Prata de Comportamento Exemplar.

Casado há 48 anos, tem três filhos e cinco netos.

## **Capitão da Marinha Mercante (RM) António Carlos Ribeiro Ramos**

O Capitão da Marinha Mercante, oriundo da Reserva Marítima, António Carlos Ribeiro Ramos, exerce atualmente o mais alto cargo associativo na Liga dos Reservistas de Portugal – Reserva Voluntária, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

Desde há dez anos tem desempenhado, como Reservista Voluntário de Portugal, as mais variadas funções associativas, tais como, Comandante de Unidades de Cadetes do Mar, Subdiretor de Instrução do Corpo de Cadetes do Mar (CCM) de Portugal, Vogal da Direção do Grupo de Amigos do Museu de Marinha (GAMMA), Formador Certificado do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) na iniciativa “Cidadania e Forças Armadas” do Programa de Divulgação das Forças Armadas nas Escolas.

## **Comandante João Cunha Bellem Ribeiro**

O Comandante João Cunha Bellem Ribeiro, na situação de reforma, liderou a fase de institucionalização em Portugal do CCM, desde outubro de 2010, inserindo Portugal através do GAMMA, de que é Vice-presidente, na federação de associações de jovens Cadetes, a “International Sea Cadet Association”.

Promoveu a colaboração do Ministério da Educação com os Cadetes do Mar, bem como liderou as negociações com o Ministério da Defesa Nacional, que conduziram à organização de cursos de Formação de Formadores para Cadetes do Mar “Voluntários da Defesa”, com dois já realizados, simultaneamente em Lisboa e no Porto, ministrados pelo Instituto de Defesa Nacional.

Desempenhando desde o início as funções de Director de Instrução do CCM por nomeação conjunta do GAMMA e da Liga dos Reservistas, desenhou e supervisionou o seu currículo de modo a que os jovens Cadetes do Mar e “Voluntários da Defesa” nas Escolas, ultrapassaram já um milhar de inscrições, organizados em doze Unidades, distribuídas geograficamente de Viana do Castelo a Ponta Delgada.

Desempenhando ainda funções de relações públicas dos Cadetes do Mar junto das suas comunidades de pertença, tem vindo a promover anualmente eventos de divulgação que envolveram já milhares de familiares, professores e jovens colegas das Escolas dos Cadetes, destinados a realçar em especial, a causa do regresso dos Portugueses ao Mar, as missões e a defesa dos interesses de Portugal que a nossa Marinha protagoniza, bem como

o “Despertar de Vocações” dos jovens envolvidos, para as Carreiras Navais.

Em 2019 foi nomeado para a Direção Central da Liga dos Reservistas, como Chefe da Delegação Portuguesa junto da Confederação Interaliada dos Reservistas da NATO (CIOR).

## **Comandante João Cunha Bellem Ribeiro**

A Tenente Helena Maria Amorim Maciel, com nove anos de Regime de Contrato e atualmente Reservista Voluntária, é a atual Presidente da Direção Central da Liga dos Reservistas de Portugal, jovem associação de que é co-fundadora, juntamente com um primeiro grupo de Reservistas dos três Ramos das Forças Armadas, seguindo a tradição de desempenho ativo do voluntariado cultural nas suas comunidades de pertença, protagonizado desde há mais de um século na maioria dos países NATO nossos aliados.

Desde há dez anos tem vindo a desempenhar os cargos de maior responsabilidade na dinamização associativa dos Reservistas Voluntários em Portugal, congregando nessa qualidade, um número muito significativo dos nossos mais ativos jovens Reservistas.

Foi a primeira Comandante de uma Unidade de Cadetes em Portugal, desempenhando em paralelo as funções associativas de Secretária-Geral da Direção Central da Liga, Presidente do Núcleo Concelhio de Reservistas da Azambuja e Tesoureira da Direção da Liga dos Amigos do Museu Militar de Lisboa.

Licenciada em História da Arte foi nomeada Curadora do Museu da Liga dos Combatentes, abrangendo as coleções visitáveis, na sua sede no Bairro Alto, no Forte do Bom-Sucesso em Belém e, no Mosteiro da Batalha, a Sala das Oferendas ao Soldado Desconhecido.

É atualmente também a interlocutora dos Reservistas no Programa do Turismo Militar.

Em 2019, com a entrada da Liga dos Reservistas a representar a Reserva Voluntária de Portugal na CIOR da NATO, assumiu as funções de Secretária-geral adjunta da Interallied Confederation of Reserve Officers e é Formadora Certificada do EMGFA na Iniciativa “Cidadania e Forças Armadas” nas Escolas.



# ÍNDICE

|     |  |
|-----|--|
| 9   | <b>Agradecimentos</b>  |
| 11  | <b>Introdução</b>  |
| 13  | <b>PARTE I Os cadetes do mar em Portugal</b>   |
| 13  | 1. Génese do corpo de cadetes do mar   |
| 19  | 2. Enquadramento do museu de marinha e exército apoiam a criação de novas unidades de cadetes parcerias para a sustentação dos cadetes em portugal |
| 37  | 3. Autoridade Marítima Nacional e Exército apoiam a criação de novas unidades de cadetes parcerias para a sustentação dos cadetes em portugal      |
| 47  | 4. Organização das unidades de cadetes do mar  |
| 65  | 5. Evolução dos cadetes do mar em portugal em portugal da fase de institucionalização para a fase de expansão                                      |
| 71  | <b>PARTE II A reserva voluntária em portugal</b>   |
| 71  | Introdução   |
| 75  | 1. Forças Armadas promovem coloboração dos seus reservistas  |
| 83  | 2. Constituição e compromissos. Da reserva voluntária em Portugal. Reconhecimento Institucional e estatutos da reserva voluntária                  |
| 89  | 3. Finalmente reservistas Portugueses. Na conderação dos reservistas da NATO. Reservistas convidados para embaixadores da NATO                     |
| 95  | 4. Reserva voluntária entidade parceira do EMGFA   |
| 99  | 5. Resiliência, novas unidades de cadetes, mais núcleos concelhios e coloboração com o I.D.N. na formação cívica dos jovens nas escolas            |
| 107 | <b>CADERNOS NAVAIS</b>   |



## AGRADECIMENTOS

O Coordenador do presente Caderno Naval agradece, de uma forma geral, a todos quantos, de algum modo, contribuíram para a sua elaboração, e em especial, aos três autores convidados - o Capitão da Marinha Mercante (RM) António Carlos Ribeiro Ramos, o Comandante João Cunha Bellem Ribeiro e a Tenente (RC) Helena Maria Amorim Maciel - que tiveram desempenhos relevantes na criação e dinamização do Corpo de Cadetes do Mar (CCM) e na fundação e sustentação da ação da Reserva Voluntária em Portugal, para a reaproximação das Forças Armadas às suas comunidades de inserção.



# INTRODUÇÃO

O Contra-almirante António Bossa Dionísio, através das suas vivências no desempenho dos cargos de Diretor do Museu de Marinha e de Diretor da Comissão Cultural de Marinha, ou ainda do exercício das funções cívicas de dirigente associativo da Confraria Marítima de Portugal – Liga Naval Portuguesa e da Confradia Europea de la Vela, conheceu bem e interagiu com muita recetividade e empenho, com os dirigentes dos Cadetes do Mar e com os Reservistas Voluntários, instituições cuja história e atualidade são abordadas neste Caderno Naval.

Convicto da oportunidade de dar a conhecer a públicos mais vastos, estas duas organizações de cariz cívico e patriótico, convidou alguns dos seus dirigentes mais empenhados, desde o seu início até à atualidade, para com eles constituir o coletivo de autores deste Caderno. Todos aceitaram com agrado e orgulho trabalhar em co-autoria, o Capitão da Marinha Mercante António Ribeiro Ramos, Presidente da Assembleia Geral da Liga dos Reservistas de Portugal, a Tenente Reservista Helena Amorim Maciel, atual Presidente da sua Direção Central e o Comandante João Bellem Ribeiro, primeiro representante de Portugal na Federação dos Reservistas da NATO.

Constituído assim o grupo de redação deste Caderno, e na medida em que cada um dos seus elementos dispunha de uma visão necessariamente parcelar sobre a génese e a história destas duas instituições, decidiram os seus autores visitar os arquivos de documentos, correspondência, propostas, atas, relatórios, testemunhos escritos, conferências, estatutos e regulamentos destes dois projetos, na tentativa de realçar de entre eles, aqueles que melhor revelassem o “sentir e o agir” das duas instituições, o Corpo de Cadetes do Mar e a Liga dos Reservistas de Portugal. Os autores empenharam-se para que o efeito revelador do discurso coletivo, representativo e oficial, destas duas instituições, transcrito dos seus textos originais, pudesse trazer à estampa mais genuinamente, as raízes e os fundamentos das missões que foram dando corpo e consistência à sua intervenção empenhada na sociedade, bem como a imagem que construíram, junto dos organismos do Estado, das altas entidades com quem têm interagido e ainda junto das outras associações cívicas suas parceiras.

Na medida em que os autores desempenham atualmente os cargos mais representativos destes dois projetos, sentimo-nos com legitimidade para selecionar criteriosamente, de entre a documentação consultada, alguns excertos mais significativos, de forma a que esses textos fundadores ou determinantes para a história das duas instituições em presença, transcritos diretamente para o leitor, se possam constituir em analisadores, das convicções do coletivo dos seus protagonistas, das causas para que se mobilizam e das consequências da sua intervenção cívica empenhada, nas suas comunidades de pertença.

Desta decisão nasceu a opção organizativa da redação do presente Caderno Naval, deixando assim, em nosso entender, transparecer o “pulsar criador” e o “nervo mobilizador” do coletivo humano que constitui cada uma destas duas instituições em interação e em plena expansão no tecido social português.

# PARTE I

## OS CADETES DO MAR EM PORTUGAL

### 1. GÉNESE DO CORPO DE CADETES DO MAR

O Grupo de Amigos do Museu de Marinha (GAMMA) é uma associação estatutariamente definida como instituição educativa e cultural, constituída por pessoas singulares e coletivas e o seu objetivo é divulgar o Museu de Marinha de Portugal e contribuir para o seu enriquecimento e atualização. Foi nos finais de 1954 que se constituiu a Comissão Organizadora do GAMMA, vindo este a ser oficialmente criado por despacho do então Ministro da Marinha em 14 de janeiro de 1955. O GAMMA contou com o contributo associativo pioneiro de grandes vultos nacionais e marinheiros tais como os Almirantes Gago Coutinho, Alfredo Motta e Afonso Cerqueira, os Comandantes António Marques Esparteiro, Jaime Corrêa do Inso, bem como os Comandantes da Marinha Mercante Luís Armando de Loura, o Conde de Arcos, D. José de Alarcão, o Marques de Rio Maior, D. João de Oliveira e Sousa, José Manuel de Mello, o Embaixador Pedro Teotónio Pereira e o Jornalista Maurício de Oliveira, entre muitos outros.

Os Presidentes do GAMMA têm vindo progressivamente a manifestar uma atenção crescente com a divulgação da Marinha no seu sentido lato, isto é, nas vertentes militar, comércio, pesca e lazer, junto dos jovens. De facto, sendo o Museu de Marinha o organismo cultural da nossa Marinha mais vocacionado para a divulgação da história e atualidade da relação dos Portugueses com o Mar junto do público, impunha-se um contributo mais substancial do GAMMA, para a concretização deste desiderato.

Assim tem acontecido desde o Vice-almirante Fausto Brito e Abreu, continuando com o Contra-almirante José Luís Leiria Pinto, Dr. Rui Ortigão Neves, Contra-almirante Médico Naval José Filipe Moreira Braga e atualmente através do Comandante José António Rocha e Abreu.

Transcrevemos um excerto do Programa da Direção do GAMMA 2009/2012, sendo Presidente à época o Dr. Ortigão Neves, que ilustra esta intenção:

“O Grupo de Amigos do Museu de Marinha, desde a sua fundação até aos nossos dias, constitui-se como uma associação Educativa e Cultural dedicada à divulgação e ao enriquecimento do Museu de Marinha de Portugal, bem como ao estudo da sua actualização permanente.

Na qualidade de associação de amigos de um grande museu nacional queremos manter-nos empenhados na sustentação das grandes linhas de acção cultural das instituições museológicas do nosso país, bem como mantermos uma atitude actuante e crítica na linha das correntes de pensamento internacionais da “nova museologia”. Só assim poderemos desempenhar, agora como no futuro, o mais importante papel de uma associação de ami-

zade para o desenvolvimento do Museu que servimos, assumindo-nos como uma voz crítica, mas sempre construtiva, vinda da sociedade civil e ouvida dentro do Museu com abertura e disponibilidade para o diálogo.

Sendo estatutariamente uma associação educativa, não pode o GAMMA passar ao lado do maior desafio da sociedade portuguesa, a qualificação humana dos nossos cidadãos, nomeadamente no que diz respeito aos assuntos do Mar. Não pode igualmente a nossa associação educativa ser indiferente à urgente promoção da formação cívica das nossas jovens gerações, tão alheadas relativamente aos valores da identidade nacional, ao orgulho pela nossa história e à relevância do direito internacional emergente. Em relação a estas funções educativas e de cidadania, sabemos-lo nós todos, tem o Museu de Marinha uma responsabilidade inalienável pois disponibiliza ao público que serve um discurso museológico ímpar e poderoso, em relação àquelas matérias. Tal responsabilidade exige de nós que nos organizemos como um verdadeiro serviço educativo em prol do Museu.”

Reveladores desta linha de acção do GAMMA, salientamos entre outros, o programa de embarque de jovens das Escolas da Linha do Estoril na Canoa do Tejo Boneca, propriedade do GAMMA, animado com grande sucesso pelo patrão da Canoa, o consócio Dr. Carlos Saraiva da Costa, Patrão de Alto-Mar, também o projeto do Dr. Ortigão Neves de criação dos Jovens Amigos do Museu de Marinha (JAMMA), que conseguiu que contasse com a colaboração dos Escuteiros Marítimos, ou ainda a Oficina de Modelismo Náutico do GAMMA, com um programa para jovens no Museu de Marinha que funcionou vários anos como uma Escola de Modelismo Náutico e Rádio-Comandado, aos fins-de-semana, dinamizado por distintos modelistas navais, primeiro pela equipa do Arquiteto Miguel Salles Parente e depois pela equipa do Dr. Silva Elias.

Descrevia deste modo a atividade da Canoa Boneca, o Presidente da Direção do GAMMA à época, Contra-almirante Moreira Braga, em dezembro de 2017:

“Venerada e elogiada pela harmonia e qualidades náuticas, a nossa Canoa do Tejo “Boneca” tem cumprido o calendário operacional previsto. Aparelha um latino e destaca-se pela sua tripulação jovem, sempre de colete envergado. A longevidade deve-a às boas mãos que a têm governado e estimado: ao seu primeiro proprietário José Ricardo Domingues; às sucessivas Direções do GAMMA, que desde os anos 80 do século passado, a fazem navegar; ao estaleiro naval de Sarilhos Pequenos, onde o Mestre Jaime Costa lhe trata das mazelas e aos bons ventos que têm soprado de Cascais, onde encontrou o melhor porto de abrigo. Inscrita na “Marinha do Tejo”, continua dedicada, com a Escola de Atividades Náuticas de Cascais” (Desporto Escolar), ao ensino da vela tradicional, transmitindo aos jovens a nossa riquíssima cultura náutica. A nossa Canoa faz duas saídas semanais como Escola de vela, para alunos do Secundário de Cascais e Carcavelos, tendo proporcionado um primeiro contacto com o mar e a navegação a mais de 3.000 alunos por ano e treinado a sua jovem tripulação. Promove baptismos de vela e com

ela, o GAMMA relançou a tradição de acompanhar a primeira navegação de entrada na barra do Tejo, dos novos navios incorporados ao efetivo da Marinha, como aconteceu com o submarino Tridente.”

Esta orientação associativa acima expressa que vimos exemplificando, foi crescendo progressivamente em direção à assunção explícita do objetivo de contribuir para a formação cívica dos jovens nas nossas Escolas, através da sua aproximação e interação ao longo do ano escolar, com o nosso Museu de Marinha, na medida em que o GAMMA, como grupo de amigos de uma instituição de cultura ao mais alto nível, um Museu nas vertentes militar, comércio, pesca e lazer, portador de um discurso material e imaterial único naquelas matérias, está assim capacitado para fazer a ponte de aproximação entre os jovens e a sensibilização que urge, para os assuntos do Mar.

Neste contexto de procura ativa do GAMMA por atividades que pudessem trazer os jovens ao contacto com o Museu de Marinha, a Direção decidiu tomar a iniciativa de se dirigir a algumas Escolas da grande Lisboa, conhecidas por manifestarem interesse pelos assuntos do Mar, convidando-as a integrarem o Programa dos Ministérios da Educação e da Cultura intitulado “A minha Escola Adota um Museu / Monumento”, que à época vigorava. Aderiram numa primeira fase, duas Escolas.

Tratava-se de um Programa de Promoção de Projetos Educativos na Área da Cultura que foi promovido e vigorou durante a legislatura em que exerceu o cargo de Ministra da Educação, a Professora-Doutora Maria de Lurdes Rodrigues e foi criado através do Despacho Conjunto nº 834/2005, de 4 de novembro. Reunia uma Escola, associada a um Museu / Monumento e podia agregar o respetivo Município, associações locais e em especial as associações de amigos dos Museus / Monumentos envolvidos. Destinava-se a promover interações entre as instituições locais referidas, explicitando as formas de colaboração da escola com o Museu / Monumento adotado. Pretendia desenvolver projetos educativos direccionados para a cidadania envolvendo a comunidade. Promovia a dinamização dos Serviços Educativos dos Museus / Monumentos, através das visitas e exploração das colecções em ligação com os conteúdos de história estudados pelos alunos. Promovia a concepção e validação de maletas pedagógicas e a constituição de clubes nas Escolas ou a oferta de ações de formação de professores.

No entanto este projeto anual de adopção do Museu de Marinha por uma turma, bem como as outras iniciativas que atrás descrevemos, por estarem muito centrados em atividades a decorrerem nas Escolas ao longo do ano e relacionadas com o currículo (trabalhos realizados nas salas de aula ou em visitas de estudo), ajudavam de facto a divulgar o Museu, traziam ao Museu muitos jovens e mesmo a fazerem uma experiência de navegação à vela, mas cada turma vinha apenas uma ou duas vezes por ano, não nos dando oportunidade de trabalharmos mais continuamente com os alunos mais interessados, os atuais e prementes assuntos relacionados com o nosso Mar, nem sequer permitiam o contacto deles com as profissões e carreiras das gentes do Mar.

Então, o Comandante João Bellem Ribeiro, Vice-Presidente do GAMMA desde 2009, testemunhou à Direção, uma sua antiga vivência de contacto com uma United Kingdom Sea Cadets Unit, enquanto jovem Tenente da Marinha, quando acompanhava uma visita de cortesia à Escola Naval do Reino Unido, dos Cadetes da Escola Naval Portuguesa na sua viagem de instrução de 1973. Estranhando a presença de jovens entre os 10 e os 15 anos, realizando atividades na Escola Naval Britânica, perguntou aos Oficiais Ingleses que acompanhavam a visita, quem eram aqueles jovens com quem nos cruzávamos, orgulhosamente uniformizados à “Royal Navy” e muito empenhados nas suas atividades. Responderam eles que se tratava de uma atividade ali frequente dos “Sea Cadets”, organização de jovens apoiados há mais de 150 anos pela Royal Navy, que mantém atividades regulares ao longo do ano nas bases navais, escolas navais e navios que ficam mais próximas das suas comunidades de pertença. Assim vão os jovens ingleses conhecendo e interagindo regularmente, ao longo de toda a costa das Ilhas Britânicas, com a sua Marinha e com os Marinheiros nas suas funções quotidianas.

Feita esta partilha, logo a Direção decidiu apoiar a institucionalização desse programa dos Sea Cadets, também em Portugal, contando naturalmente com o apoio do Museu de Marinha e da Marinha. Para o efeito, logo nesse verão de 2009, o Comandante Bellem Ribeiro deslocou-se a Londres, aproveitando as suas férias familiares, e pediu uma audiência ao Comandante do United Kingdom Sea Cadet Corps, na sede nacional daquela organização, com a finalidade de lhe pedir apoio para a criação em Portugal dos Cadetes do Mar. Obtidas as informações necessárias, recebemos da parte do Capitão-de-Mar-e-Guerra Mark Windsor, à época Captain of the United Kingdom Sea Cadet Corps, o apadrinhamento do Reino Unido para a candidatura de Portugal à “International Sea Cadet Association” (ISCA).

A rede mundial de países que integra o ISCA, organiza-se como uma federação de Corpos de Cadetes do Mar nacionais com reuniões anuais em regime de rotatividade, sendo seu objetivo facilitar a troca de experiências bem-sucedidas e promover o intercâmbio de Cadetes dos países envolvidos. O ISCA integrava nesta altura 19 países com vocação marítima, maioritariamente de origem anglo-saxónica.

A Direção do GAMMA dirigiu-se então ao Estado-Maior da Armada, nos seguintes termos que aqui sintetizamos:

“O Grupo de Amigos do Museu de Marinha promove com os jovens das Escolas actividades náuticas de vela, remo, marinharia e modelismo náutico, ou de pesquisa da nossa história marítima, sustentadas nos saberes veiculados pelo espólio material e pelo discurso imaterial do Museu de Marinha, proporcionando ainda embarques à vela na Canoa do Tejo “Boneca”, sua propriedade, a muitos dos jovens das Escolas da linha de Cascais, que em conjunto abrangem em média 3.000 jovens por ano. Esta actividade, já significativa, de sensibilização de jovens para os Assuntos do Mar, animada pelo GAMMA e por associações congéneres, com o apoio do Museu de Marinha e das autarquias, carecem de uma maior aproximação às Unidades

Navais e em terra de modo a proporcionarem a cada aluno envolvido o maior número de interações possíveis com os Marinheiros profissionais e com as atividades e carreiras relacionadas com o Mar, nomeadamente as vivências e embarques nos navios e o contacto direto com os ambientes navais e respetivos equipamentos profissionais, relacionados com a nossa rica história marítima.

Inserem-se estas iniciativas no esforço prioritário do Estado Português de sensibilização das jovens gerações para a grande causa nacional do regresso ao Mar, tal como se apresenta à sociedade portuguesa a nova janela de oportunidades criada com a defesa da nossa Zona Económica Exclusiva e com o esperado alargamento da nossa plataforma continental.

A fórmula já encontrada, em países nossos parceiros na União Europeia e outros, dos mais evoluídos, para valorizar estas experiências de contacto dos jovens com o Mar, tem sido o seu enquadramento pelas Marinhas de Guerra desses países, inserindo as associações em causa na “International Sea Cadet Association”.

Esta associação internacional de grupos de jovens ligados ao Mar, funciona já em dezanove países com forte vocação marítima, como Portugal pretende voltar a ser. Assim, temos o United Kingdom Sea Cadet Corps, o mais antigo (150 anos), o United States Naval Sea Cadet Corps (com mais de 100 anos), o Netherlands Sea Cadet Corps, o Germany Sea Cadet Corps, o Belgium Royal Sea Cadet Corps, o Swedish Sea Cadet Corps, o Indian Sea Cadet Corps, a Australia Navy Cadets, a Navy League of Canada, a Federation of Japan Junior Sea Friends, a Youth Mariners League of Russia, e ainda os Corpos de Cadetes da Nova Zelândia, África do Sul, Bermudas, Hong-Kong, Singapura, Coreia do Sul, Zimbabué e Ghana.

O GAMMA já manifestou junto da International Sea Cadet Association a sua intenção de nela se filiar logo que obtenha a condição necessária, comum a todas as outras associações estrangeiras suas congéneres, que é a tutela institucional da Marinha de Guerra do seu país.

Vimos então solicitar formalmente a V. Ex<sup>a</sup> Senhor Almirante Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA), que, para o efeito, a Marinha Portuguesa legitime em Portugal a criação do “Sea Cadet Corps” Português, ficando o GAMMA, por imposição estatutária daquela Associação Internacional, como única entidade representante nacional na “International Sea Cadet Association”, constituindo o conjunto das Associações e Projectos parceiros já citados, ou outros afins que a estes se venham a juntar, o “Sea Cadet Corps” Português, ....”

Manifestada por S. Ex<sup>a</sup>. o CEMA à época, o Almirante Fernando de Melo Gomes, total disponibilidade para apoiar esta iniciativa do GAMMA, foi criado o Corpo de Cadetes do Mar de Portugal em 6 de fevereiro de 2012, através de um Protocolo em que a Marinha apoia o GAMMA, nomeadamente:

- Autorizando que a sede de honra dos Cadetes do Mar seja a Fragata D. Fernando II e Glória e o Comandante do Corpo de Cadetes seja o Co-

- mandante dessa Fragata;
- Autorizando que o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada seja o Comandante-Chefe honorário do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal;
  - Proporcionando aos Cadetes do Mar a frequência de Cursos e outras atividades de formação no contexto do seu sistema de formação profissional e na capacidade sobranete das escolas e centros de formação;
  - Autorizando visitas a unidades navais, a outros navios e a órgãos em unidades em terra;
  - Autorizando o embarque em unidades navais;
  - Autorizando a adoção de unidades navais e a associação a organismos em terra;
  - Acolhendo e apoiando atividades de intercâmbio internacional da International Sea Cadet Association;
  - Disponibilizando às unidades de Cadetes do Mar informação sobre carreiras na Marinha e na Autoridade Marítima Nacional, bem como sobre as missões, equipamento e estruturas dos seus órgãos.

## **2. ENQUADRAMENTO DO MUSEU DE MARINHA PARA A SUSTENTAÇÃO DOS CADETES DO MAR EM PORTUGAL**

Descrevemos neste capítulo o papel decisivo que desempenha, desde o início, o Museu de Marinha, no enquadramento dos Cadetes do Mar em Portugal.

Esta radicação dos Cadetes do Mar no seu Museu, fica bem patente no documento orientador do colectivo de instituições e associações proponentes, com especial protagonismo do GAMMA, que a partir de 2009 e até 2013 desenvolveu ativamente o Programa de Promoção da Cultura de Segurança e Defesa junto dos Jovens Cidadãos Portugueses, que envolveu, além das suas entidades parceiras da sociedade civil, o Museu de Marinha, o Estado-Maior da Armada (EMA), as Chancelarias das Ordens Honoríficas Portuguesas da Presidência da República e os Ministérios da Defesa e da Educação.

Este programa foi primeiro apresentado a S. Ex<sup>ª</sup>. o Almirante Nuno Vieira Matias, com o pedido para que sensibilizasse o EMA para a execução do seu conteúdo.

O Programa tinha três objetivos de longo prazo, acompanhados da justificação que lhes dava pertinência e atualidade e assentava na execução de três propostas de iniciativas que transcrevemos:

### **“OBJETIVOS:**

#### **1º Objetivo do Programa:**

Organizar programas de homenagem no Museu de Marinha aos Heróis Marinheiros, de modo que valorizem e divulguem junto dos milhares de portugueses que visitam o Museu, os feitos e os seus protagonistas condecorados com a Ordem da Torre e Espada e a Medalha Militar, durante o período das comemorações centenárias destes símbolos de mérito. Estas homenagens destinam-se igualmente a congregar os Marinheiros condecorados, devolvendo-lhes o orgulho merecido de exibirem publicamente os símbolos de mérito com que a República os distinguiu.

#### **Justificação:**

A valorização das colecções do Museu de Marinha alusivas à Ordem da Torre e Espada e à Medalha Militar e demais eventos culturais de homenagem aos símbolos de mérito e de identidade de Portugal que propomos, têm como objectivo promover, a partir das efemérides acima nomeadas, o despertar dos cidadãos para as causas comuns, apelando à mobilização, quer dos órgãos que garantem a unidade e a identidade dos Portugueses, quer dos militares de todas as campanhas e gerações que defenderam Portugal, quer ainda dos cidadãos que se batem pela liberdade e unidade de Portugal, contribuindo todos para a reconciliação dos Portugueses. Servem também para exortar à devolução aos cidadãos nacionais, dos referenciais para um reencontro com a sua História colectiva, para que possamos todos assumir desassombadamente orgulho pelo nosso passado colectivo e brio por ser-

mos portugueses no Mundo de hoje.

Os Museus, especialmente os que desenvolvem conteúdos das Forças Armadas de Portugal, podem desempenhar aqui um papel pedagógico insubstituível pelo acervo de peças históricas que possuem e respectiva linguagem simbólica que encerram. A ambas, estes Museus dão visibilidade e expressão públicas.

Em especial o Museu de Marinha é, em nosso entender, a instituição cultural da Marinha mais vocacionada para transmitir aos milhares de cidadãos que o visitam, precisamente esta mensagem imaterial de identidade nacional e de orgulho pela nossa História colectiva como povo, pois é nele que se concentram as mensagens materiais mais evocativas desse sentimento de pertença, garante da sua continuidade no nosso futuro colectivo.

Por estas razões o Museu de Marinha oferece os melhores motivos para nele se realizarem homenagens aos Marinheiros que mais se distinguiram na defesa de Portugal, memória que se encontra bem patente na colecção que hoje exhibe. Pelas mesmas razões o Museu de Marinha é também o espaço de eleição para homenagear aqueles que ostentam hoje orgulhosamente ao peito os sinais de mérito da República, garantes da continuidade do esforço patriótico dos primeiros.

## **2º Objetivo do Programa:**

Contribuir para estimular o Ministério da Defesa Nacional, o Ministério da Educação e as Forças Armadas Portuguesas, a cooperarem através do estabelecimento do diálogo bilateral e da promoção de iniciativas convergentes, que possam conduzir à integração na Área Curricular de Formação Cívica nas Escolas (1 hora semanal leccionada em todas as turmas), de um Módulo sobre “Cidadania Portuguesa, Segurança e Defesa e Direito Internacional”.

### **Justificação:**

Constatámos no racional do objectivo anterior, actividades nos Museus de Marinha e Militares, de Homenagem aos Condecorados com a Torre e Espada e Medalha Militar, que as atitudes reveladas e os modos de agir das figuras de identificação dos Portugueses, quer em campanha quer na defesa da liberdade (e de forma mais expressiva nos seus “primus inter pares” os condecorados Torre e Espada), podem ser reveladas e explicadas a todos os cidadãos, de forma comunicativa e inoxidável, através do seu discurso museológico patrimonial e imaterial.

Pode concluir-se então que o conceito de Cidadania e a função de Educação Cívica se tornam indissociáveis, nestes casos, da vocação dos Museus de Marinha e Militares.

Se queremos proporcionar às novas gerações outras referências que não apenas as que dominam os grandes impérios do entretenimento, para que elas possam ser sujeitas a escolhas suas e informadas, é preciso investir, ao nível da nossa capacidade de intervenção, na educação não escolar, em especial aquela que os Museus podem proporcionar. As “histórias contadas com objectos” que a nova museologia defende para a abordagem educativa dos

Museus, pode constituir a melhor via de acesso à tradição cultural (que os Museus veiculam) por parte das populações e dos territórios que eles servem.

Esta reflexão trazida pela corrente da nova museologia, reveste-se hoje de especial significado. Partilhamos do ponto de vista daqueles que hoje em Portugal sentem que é preciso intervir energicamente na educação dos nossos jovens. A escola deixou há muito de se preocupar com a educação cívica das jovens gerações que por ela passam. As famílias e as comunidades têm perdido grande parte dos canais de comunicação da cultura e dos valores, com os seus jovens. Em particular os conceitos e os valores da cidadania nacional, como sejam a defesa da independência nacional, os princípios da democracia, o primado do Estado de direito democrático, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais para todos, o fortalecimento dos vínculos entre as novas gerações e as suas Forças Armadas, conceitos e valores que passam cada vez mais tenuemente para os jovens. A substituição do serviço militar obrigatório pelo regime de voluntariado e contrato nas Forças Armadas veio afastar os jovens do contacto com a última instituição que trabalhava esses valores com o universo da nossa juventude. Perdidas estas oportunidades, resta à sociedade civil a iniciativa de sensibilizar os poderes públicos para esta tarefa educativa e além disso intervir directamente na formação dos jovens para os valores universais e pátrios da nossa cultura milenar.

Estamos conscientes que os Museus, especialmente os de Marinha e os Militares podem desempenhar aqui um papel insubstituível, pois contêm em si os instrumentos e os procedimentos mais poderosos para realizar essa transmissão cultural das anteriores gerações às gerações mais jovens. Por isso estamos altamente empenhados em trazer este tema para reflexão com estes Museus e com as chefias da instituição militar.

Nesta época de aceleradas transformações geopolíticas e de constantes desafios à consciência ética dos cidadãos, importa por todos os meios divulgar e fazer reconhecer os valores, as instituições, os símbolos e os rituais que promovem a consciência colectiva de pertença dos cidadãos à Pátria Portuguesa, às Comunidades de aliados em que se insere e aos valores humanistas e universais em que assenta a nossa civilização.

Propomos assim ao MDN a abertura de uma agência de negociação com o Ministério da Educação para que nos currículos da Escolas sejam incluídas estas aprendizagens.

O empenho das Forças Armadas na defesa desta causa é decisivo, conscientes como estão os seus profissionais da ausência da formação cidadã dos nossos jovens.

### **3º Objectivo do Programa**

Apelar ao Almirante CEMA para que apoie e tutele a iniciativa da sociedade civil ligada às Causas do Mar que consta da institucionalização em Portugal de grupos de jovens voluntários já em acção, a intitular “Cadetes do Mar” (equivalentes aos “Sea Cadet Corps” bem sucedidos e em expan-

são já há décadas na Europa e noutros continentes), sustentados aqui em Portugal pela valorização da sua história marítima e pela animação náutica, organizadas pelos grupos voluntários de amigos dos Museus ligados ao Mar e associações cívicas de educação e cultura.

#### **Justificação:**

Comemorar a Ordem da Torre e Espada e a Medalha Militar, não é para nós um acto de passadismo inconsequente, é antes um apelo forte e empenhado de acção prospectiva imbuída, isso sim, dos mesmos valores que impulsionaram os nossos maiores noutros tempos.

Com este objectivo queremos assegurar ao Almirante CEMA que as homenagens aos símbolos de mérito e aos seus protagonistas mais brilhantes, não são apenas um culto com raízes no passado, são neste caso um brado de solidariedade e sintonia com as Causas do Mar, empenhando-se o Grupo de Amigos do Museu de Marinha, em parceria com as associações de educação e cultura suas associadas, na promoção de actividades náuticas junto das jovens gerações deste país que tanto precisam de sentir o apelo das causas do Mar.

Com efeito nas nossas associações trabalham em regime de voluntariado, Oficiais, Sargentos e Praças da Armada ou profissionais da Marinha Mercante com vivências riquíssimas de marinharia, navegação, astronomia, socorros no mar, liderança, etc., ou experientes velejadores, técnicos reconhecidos de modelismo náutico, desportistas experientes da vela, da nataçãõ do mergulho, investigadores de história e de arqueologia naval, equipas de jogadores de batalhas navais ou grupos de recriaçãõ histórica interessados nos nossos feitos de outrora, enfim, todos disponíveis e entusiasmados na causa de passar esses testemunhos aos nossos jovens em idade escolar. A prová-lo estão as inúmeras actividades náuticas de fim-de-semana que de há muito se vêm realizando nas diferentes associações, embora entre si sem ligação, coordenação ou sequer conhecimento mútuo.

Baseados na nossa experiência bem sucedida com jovens e tendo sido exemplarmente recebidos e acarinhados pela Direcção e técnicos do Museu de Marinha, como “casa mãe” para a organização estas actividades, atrevemo-nos a oferecer ao Almirante CEMA o nosso trabalho voluntário e empenhado de sempre, mas agora aceitando uma direcção comum e pensada, sob a tutela da Marinha, acrescentando assim ao que já vínhamos desenvolvendo com jovens, uma certificação das actividades culturais e náuticas que praticarem, facto que congregará decerto novos aderentes.

Desta forma nasceram também na Europa e no mundo os “Sea Cadet Corps”, radicados na solidariedade social ou dinamizados através das associações e parcerias da sociedade civil, mas invariavelmente apoiados e sustentados na legitimação formal das Marinhas de Guerra dos seus países.

Esta nossa cativação de jovens para as Causas do Mar e do futuro de Portugal como nação Atlantista, Europeia e Cosmopolita, afirmada entre os suas pares, se for como esperamos, acolhida continuamente pelo Almirante

CEMA, constituirá o mais significativo contributo para levar bem alto as comemorações dos feitos, das causas e dos protagonistas que nos precederam, na Defesa de Portugal.

## INICIATIVAS CONDUCENTES AO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS

Apresentam-se para análise e discussão três propostas de iniciativas, modestas, mas viáveis e com sustentabilidade garantida pelas capacidades científica, técnica, material e de recursos humanos, proporcionadas pela parceria de associações da sociedade civil que cooperam no presente programa de homenagens no Museu de Marinha à Ordem da Torre e Espada e Medalha Militar, no âmbito das suas comemorações centenárias:

(1ª Iniciativa) - PROPOSTA DE PROGRAMA DE HOMENAGEM À ORDEM DA TORRE E ESPADA E MEDALHA MILITAR, NO MUSEU DE MARINHA

### Justificação:

As Forças Armadas Portuguesas foram sempre na nossa história a primeira defesa e o último recurso na manutenção dos valores de identidade e unidade de Portugal. Ao celebrarmos a Ordem da Torre e Espada estamos inevitavelmente a fazer a história de dois séculos da medalha militar, que com aquela começou, e no seu conjunto dão visibilidade aos feitos e actos de heroísmo e inteligência dos Portugueses que construíram e defenderam Portugal até hoje. A história da medalha militar encimada pela Torre e Espada é então a história dos últimos 200 anos da defesa da identidade portuguesa e da unidade das parcelas do nosso território adaptado aos sinais dos tempos.

A parceria de associações cívicas da sociedade civil, proponentes desta iniciativa, não consegue, pois, imaginar uma comemoração dos 200 anos do nosso símbolo de mérito cimeiro, imagem dos heróis da Pátria em todas aquelas épocas e campanhas sempre ao serviço de Portugal, sem a presença constante e visível das Forças Armadas de Portugal.

Se é verdade que os militares têm constituído nos nossos dias um dos grupos sociais mais activos e envolvidos na manutenção de símbolos com significado e de cerimoniais que ritualizam as práticas sociais de identidade e pertença à Pátria Portuguesa, no entanto a diminuição drástica do contacto entre eles e os jovens cidadãos, causada pela retracção do dispositivo militar e pelo fim do serviço militar obrigatório, tornou exíguo este seu papel cívico na formação das jovens gerações.

Assim, aproximando-se algumas datas ímpares de valorização da memória dos nossos melhores cidadãos, distinguidos ao mais alto nível pelo Estado, exprimimos a nossa gratidão e reconhecimento ao Almirante CEMA, ao Presidente da Comissão Cultural de Marinha e ao Director do Museu de Marinha, que viabilizaram e apoiaram o envolvimento activo do Museu de Marinha nas comemorações das efemérides destes símbolos de mérito, a começar pela Ordem da Torre e Espada, o mais prestigiado entre todos. Sa-

bemo-lo bem, nós e eles, que a exequibilidade destas homenagens está garantida pois o nosso Museu constitui hoje o maior repositório nacional dos espólios ofertados pelos Heróis Marinheiros condecorados com a Ordem da Torre e Espada e a Medalha Militar”.

A apresentação deste programa, cujo pedido de autorização consta do documento entregue pelo GAMMA ao CEMA .... intitulado “Proposta para um programa de homenagem da Marinha à Ordem da Torre e Espada e Medalha Militar, Comemorações Centenárias 2008-2013” e em seguida ao Presidente da Comissão Cultural de Marinha e também ao Director do Museu de Marinha, foi apresentado pela Direcção do GAMMA na presença de cada um deles, merecendo de todos palavras de aprovação e sintonia, facto que muito nos honra e responsabiliza.

### TRABALHOS TÉCNICOS JÁ DESENVOLVIDOS

Tendo as iniciativas apresentadas sido bem recebidas pelo Almirante CEMA, pelo Presidente de Comissão Cultural de Marinha e pelo Director do Museu de Marinha, organizámos de imediato, com a autorização deste último, uma equipa de trabalho constituída por sócios do GAMMA e da Academia Falerística de Portugal, para colaborar com o Museu na concretização das directivas que vierem a ser determinadas para as comemorações dos Centenário da ordem da Torre e Espada e da Medalha Militar no Museu.

Decorreram desde junho, reuniões de trabalho nos serviços de património do Museu, com a presença de elementos da nossa equipa de especialistas, constituída pelo Professor Nuno Humberto Oliveira, Comandante João Bellem Ribeiro, Dr. Paulo Estrela e Dr. Miguel Baêna. Deste trabalho conjunto resultou uma proposta de organização de um circuito de visita à colecção residente onde estão representados os símbolos de mérito no Museu, que valorize e sequencialize cronologicamente os heróis, os feitos e a época que os enquadra, através de painéis descritivos amovíveis, a acompanharem as vitrinas, as esculturas e os quadros a eles alusivos.

As associações parceiras consideram que, após os trabalhos desenvolvidos pelos departamentos especializados que integram a panóplia de instituições envolvidas, investigando sobre a Ordem da Torre e Espada e a Medalha Militar e tendo em conta o espólio alusivo existente no Museu de Marinha, está finalmente reunida a massa crítica indispensável para propor ao Almirante CEMA, este conjunto de iniciativas concretas, e, com a sustentação humana, técnica e científica suficientes, para fazerem jus à grandeza de simbolismo que uma Homenagem à Ordem da Torre e Espada e à Medalha Militar, merecem de todos nós.

Chegados a este ponto, podemos assim afirmar-nos orgulhosamente como protagonistas empenhados na homenagem nacional aos condecorados com a Ordem da Torre e Espada e a Medalha Militar, concretizando esta intervenção de cidadania que integra instituições cívicas, centros de investigação, grupos de amigos dos Museus, associações de professores e asso-

ciações de recriação histórica, estando todos em sintonia com os objetivos desta comemoração patriótica.

(2ª Iniciativa) - PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO DEBATE NACIONAL SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA PARA TODAS AS ESCOLAS SOBRE: “CIDADANIA PORTUGUESA, SEGURANÇA E DEFESA E DIREITO INTERNACIONAL”

Despacho conjunto n.º 267/99 dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação.

#### **Justificação:**

A Escola é hoje o instrumento mais poderoso e universal de formação cívica das jovens gerações. Embora tenha timidamente iniciado reformas que introduziram nos anos oitenta disciplinas e áreas de educação para a cidadania, formação pessoal e social e formação cívica, tudo se perdeu e não dispomos hoje de um único programa universal na escola básica que ensine aos jovens conhecimentos e conceitos tão básicos para a cidadania e o desenvolvimento social, como o conhecimento das instituições democráticas, o estímulo da participação cívica, os direitos e deveres constitucionais, a valorização da dimensão europeia, o diálogo entre civilizações e culturas, os direitos humanos e progresso do direito internacional, o conhecimento dos símbolos da soberania de Portugal, as missões das Forças Armadas para a sustentação do Estado de direito e para a afirmação de Portugal na defesa da nossa civilização e da cultura de paz, etc.

Se não pudermos contar com a Escola, quantos de nós terão em casa tempo e engenho para informar e formar os nossos mais novos sobre os seus direitos e deveres, o legado humanista da nossa civilização ou a necessidade de respeitar a autoridade do Estado de direito democrático para garantir o primado da lei?

Assim, aproximando-se algumas datas ímpares de valorização da memória dos nossos melhores cidadãos, distinguidos ao mais alto nível pelo Estado com a Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito e com a Medalha Militar, não podemos deixar de pugnar para que, aquilo que de melhor tem esta nossa memória colectiva como Povo, não corra o risco de passar em vão pelos nossos jovens cidadãos em formação nas Escolas. Não nos perdoaremos amanhã, por esta ausência agora já tão visível nos nossos jovens, de sinais de pertença à sua comunidade nacional, se perdermos mais esta oportunidade para actuar.

#### **ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL**

Na lei da República Portuguesa o Estado obriga-se a valorizar os factores de identidade nacional, promovendo o conhecimento da nossa história, fazendo respeitar os símbolos nacionais, sensibilizando os portugueses para defenderem os interesses de Portugal no mundo. Este é o alicerce da formação para a cidadania portuguesa, que o Estado tem por missão transmitir aos seus jovens cidadãos.

Sendo por muitos reconhecida a carência actual de investimento na cidadania portuguesa, as associações cooperantes da sociedade civil reagiram solidarizando-se entre si e com os museus a que pertencem, congregando trabalho voluntário e diagnosticando prioridades de intervenção. Organizámos um Serviço Educativo que disponibilizou projectos de formação cívica para jovens. Aí investigámos, concebemos, executámos e testámos experimentalmente actividades e recursos dirigidas a jovens, destinadas à sensibilização aos valores da nossa cultura humanista e à promoção da vontade colectiva da defesa dos interesses e das causas de Portugal e do Direito Internacional. Tudo preparámos e validámos até ao limite das nossas capacidades como instituições da sociedade civil e parceiros de intervenções cívicas solidárias. Mas tudo isto não chega, é insuficiente, apenas mostra que é possível interessar jovens por estes temas contando apenas com os recursos das instituições por excelência da transmissão da cultura de identidade: - os Museus Militares e de Marinha.

Devido a este nosso contributo inovador no panorama nacional, conseguimos captar sobre o assunto a atenção da Presidência da República e dos Ministérios da Defesa e da Educação e por isso julgamos merecer sermos ouvidos e a nossa experiência ser tida em conta pelos órgãos competentes do Estado quando procurarem “know-how” sobre práticas e recursos para ensinar a Formação Cívica nas Escolas.

Assim as associações de intervenção cívica voluntária que se apresentam, reunidas em torno deste ideário comum, vêm disponibilizar-se para intervir e trabalhar neste verdadeiro desígnio nacional: assumirmos todos em conjunto a educação de cidadania dos nossos jovens.

## TRABALHOS DE TERRENO JÁ DESENVOLVIDOS

De novembro de 2007 até hoje, muito trabalho na sociedade civil já foi desenvolvido, vários organismos do Estado já nos apoiam, muitas instituições connosco se solidarizaram.

Com efeito, desde o início da presente parceria de associações da sociedade civil, congregadas em torno das causas da cidadania para jovens e da necessidade da cultura de defesa entre os portugueses, demos prioridade à organização de projectos nas Escolas que melhor concretizassem estas nossas causas comuns. Trata-se do maior preito de homenagem que podíamos prestar aos que nos precederam na defesa dos interesses de Portugal, promovendo nós também, no nosso tempo, a adesão dos jovens às mesmas causas desses nossos maiores de outrora.

Contamos assim já com a adesão da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, quanto à sustentação científica e técnica do projecto nas Escolas e com o apoio do Instituto Superior de Estudos de Segurança da Universidade Lusófona, quanto à orientação científica para a escolha de conteúdos a integrar no programa escolar de “Cidadania Por-

tuguesa, Segurança e Defesa e Direito Internacional”, a propor em breve ao Ministério da Educação. Temos vindo a usufruir desde o ano escolar passado, do apoio da Secretaria de Estado da Educação e da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, bem como da certificação científica do Conselho Científico da Formação Contínua de Professores, para os nossos programas de intervenção a decorrerem com os alunos nas Escolas e em acções de Formação de Professores.

Aproxima-se da sua máxima abrangência a concretização do projecto de candidatura à institucionalização do Módulo de “Cidadania Portuguesa, Segurança e Defesa e Direito Internacional”, em homenagem aos heróis de Portugal, com o fim de integrar os conteúdos a aprender em todas as escolas na Área Curricular de Formação Cívica, nomeadamente através da realização em pleno, no presente ano letivo, das suas quatro componentes operacionais:

- 1ª) Experimentação nas Escolas (piloto), em Conselhos de Turma voluntários, da leccionação dos conteúdos construídos pelos professores envolvidos, com o apoio do discurso material e imaterial radicado na colecção do Museu de Marinha, sobre a identidade nacional, a cultura de defesa e as causas do Mar. Assim, pelo segundo ano consecutivo, através do enquadramento institucional do projecto dos Ministérios da Cultura e da Educação “A minha Escola adopta um Museu”, a Escola Básica Integrada de Rio Maior em parceria com o Museu de Marinha e as associações e grupos de amigos do Museu, realizaram a Oficina de apresentação do Museu na Escola em 17 de dezembro de 2009 e efectuaram a visita de Pesquisa dos alunos no Museu a 19 de Janeiro 2010. Os projectos dos alunos nas aulas de Formação Cívica estão a ser apoiados com documentação de pesquisa enviado periodicamente pelo GAMMA com o apoio do Museu e no final do ano os alunos organizam na Escola uma Exposição dos trabalhos de Cidadania e Defesa realizados.
- 2ª) Aprovação pelo Ministério da Educação do programa de formação contínua de professores que está a decorrer entre janeiro e junho de 2010, na Escola BI de Rio Maior e se destina a preparar os professores Directores de Turma para a leccionação do Módulo de Cidadania e Defesa nas suas turmas, no horário de Formação Cívica.
- 3ª) Experimentação e validação de Materiais Pedagógicos de apoio à realização das actividades de aprendizagem com os alunos nas aulas, do Módulo de Cidadania e Defesa, concebidos sob a forma de Malas Pedagógicas (a fim de poderem vir a ser editados e distribuídos às Escolas por editoras escolares), construídos com base em documentação e réplicas do espólio do Museu de Marinha. A equipa de autores possui formação académica e técnica altamente qualificada para a matéria e tem vindo a monitorizar a aplicação no terreno dos materiais desde o ano escolar 2008/09. A aplicação destes materiais foi generalizada

e validada durante a formação de professores que decorreu no ano escolar de 2010.

- 4ª) Experimentação do manual de apoio aos professores, adoptado pelo projecto, durante a referida acção de formação. A razão da sua adopção é que este manual intitulado “Educação para a Cidadania”, da autoria do Professor Mendo Castro Henriques, resultou do trabalho por ele próprio dirigido no Instituto de Defesa Nacional, instituído pelo Despacho conjunto dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação n.º 267/99, trabalho esse que se destinava precisamente à divulgação nas Escolas “dos valores cívicos e das matérias de segurança e defesa nacional”.

Agora que está demonstrada experimentalmente a exequibilidade e a imprescindibilidade deste módulo de formação cívica nas Escolas, pretendemos fazer chegar um forte e veemente apelo cívico ao Ministério da Defesa Nacional, propondo a abertura de uma agência de negociação entre este, o Ministério da Educação e o conjunto já hoje significativo de associações da sociedade civil interessadas em intervir voluntariamente na educação para a cidadania dos mais jovens, para que nos horários de Formação Cívica nas Escolas Básicas, seja enfim concretizado um programa com as referidas aprendizagens de cidadania e com a efectiva colaboração da sociedade civil Portuguesa.

Queremos aliás, com este apelo, contribuir para criar massa crítica que permita concretizar as promessas dos sucessivos Governos constitucionais, os quais invariavelmente prometem nos seus programas de legislatura, embora até hoje sem sucesso, introduzir conteúdos de cidadania num programa para a Área de Formação Cívica, para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

Acresce que esta intenção foi já expressa no diploma legal acima citado, que para o efeito cria uma estrutura operacional de coordenação entre os dois Ministérios envolvidos, ao qual chamaram “Grupo de Contacto ME / MDN”.

Tudo o mencionado pode justificar a reativação do Grupo de Contacto MDN/ME (Despacho Conjunto ME/MDN n.º 267/99 de 11 de março).

Tem em vista congregar vontades, potenciar o diálogo do Ministério da Defesa Nacional com o Ministério da Educação, no sentido de introduzir no currículo da Área de Formação Cívica, conteúdos para um módulo e actividades que informem e sensibilizem os jovens dos 2º e 3º Ciclos do Básico, para aquelas matérias, tendo como base os espólios e o discurso imaterial dos Museus Militares e de Marinha.

Consideramos esta iniciativa um verdadeiro desígnio nacional, pois pode estar a curto prazo em risco, quer a identidade e soberania de Portugal, quer a identificação dos portugueses com os seus símbolos e instituições de coesão nacional.

## DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPECIALISTAS E REFLEXÃO PRODUZIDA

A parceria de associações da sociedade civil assim constituída, disponibiliza junto do Grupo de Trabalho MDN/ME (criado pelo despacho acima citado), a contribuição que for considerada oportuna, a título voluntário e gracioso, da sua equipa de especialistas nas matérias em apreço, bem como o trabalho teórico produzido, ao qual pode posteriormente juntar fundamentação científica, com vista a constituir um elenco de aprendizagens para um novo módulo a leccionar na área curricular de Formação Cívica em todas as escolas do país, cuja responsabilidade de concepção está precisamente atribuída a este grupo.

Conteúdos curriculares de Formação Cívica propostos, apresentados para reflexão:

### **Conhecimento das Instituições Democráticas**

Funções dos Órgãos de Soberania

Os símbolos e os rituais da identidade portuguesa e da unidade do Estado  
A Constituição da República Portuguesa

### **Compreensão do valor da Participação Cívica**

Direitos e Deveres cívicos

Autoridade do Estado de Direito

### **Compreensão da Cultura de Paz e Humanista**

A ilegalização da guerra de invasão e a Carta das Nações Unidas

Diplomacia e os equilíbrios internacionais

As Ameaças mundiais e a Segurança

A Defesa dos Interesses dos Estados, as alianças e os conflitos

### **Conhecimento do Diálogo entre Civilizações e Culturas**

A abolição da escravatura, da pena de morte e do racismo

A autodeterminação dos povos

Os Direitos do Homem e o Direito Internacional

### **Compreensão da dimensão Comunitária no mundo**

A União Europeia

A NATO

A CPLP

### **Conhecimento dos Símbolos da Soberania de Portugal**

A Bandeira Nacional e o Hino “A Portuguesa”

O Chefe de Estado e os seus símbolos

Os Símbolos de reconhecimento do mérito da República

Os símbolos e missões das Forças Armadas Portuguesas

Propõem-se também, as equipas de especialistas nas diferentes matérias em análise, que integram as associações da sociedade civil proponentes, construir instrumentos e recursos de formação sobre a Defesa Nacional, o Direito Internacional, a acção das Forças Armadas Portuguesas e as causas do Mar, para o que se disponibilizam a integrar um representante de cada associação cooperante no “Grupo de Contacto entre o ME e o MDN, criado para o efeito pelo Despacho conjunto n.º 267/99 dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação.

## **PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE TRABALHO AOS MINISTÉRIOS DA DEFESA E EDUCAÇÃO, COM O APOIO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS**

As direcções das associações proponentes consideraram atingido o seu patamar de intervenção em prol deste desiderato, pelo que submeteram à apreciação do Senhor Almirante Vieira Matias, as iniciativas até então desenvolvidas e as propostas de acção.

Propuseram a calendarização de reuniões de uma agência de promoção dos Conteúdos para um Módulo a integrar a Área de Formação Cívica nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, sobre Cidadania, Defesa e Direito Internacional, ao longo do ano de 2009/10, através da reactivação do Grupo de Contacto MDNME (Despacho Conjunto MEMDN n.º 267/99 de 11 de março).

Propuseram também o agendamento no calendário político dos Ministérios da Defesa e da Educação da aprovação de um Programa para um Módulo constituído por conteúdos correspondentes às matérias atrás enunciadas, ou outros considerados mais adequados, no âmbito da Cidadania, da Defesa e do Direito Internacional, a integrar a área de Formação Cívica, com carácter universal, para os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, envolvendo uma responsabilidade conjunta destes Ministérios.

**(3ª Iniciativa) - CRIAÇÃO EM PORTUGAL DOS “CADETES DO MAR” (FILIADOS NO MOVIMENTO INTERNACIONAL DOS “SEA CADET CORPS”), SUSTENTADOS PELO TRABALHO VOLUNTÁRIO DAS ASSOCIAÇÕES LIGADAS AO MAR, COM JOVENS EM TEMPOS LIVRES, SEDIADOS NO MUSEU DE MARINHA E COM O APOIO INSTITUCIONAL DA MARINHA PORTUGUESA**

### **Justificação:**

Identidade Nacional, Segurança e Defesa e Direito Internacional, são referências de cidadania a que o Estado atribui a si próprio a responsabilidade de transmitir a todos os cidadãos da República.

### **E citamos:**

“Para a realização do interesse estratégico de Portugal e cumprimento dos objectivos da defesa nacional, é essencial ... o Estado ... reforçar e qualificar a vontade colectiva de defesa e visa nomeadamente: .... Valorizar no sistema de ensino os padrões de identidade nacional, o conhecimento dos

princípios da segurança e defesa e as obrigações do patriotismo e da cidadania;” - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), no título 9.5 sobre as políticas estruturantes.

**Ainda;**

“o Estado obriga-se a valorizar os factores da identidade nacional, ... promovendo o conhecimento da nossa História, fazendo respeitar os símbolos nacionais, prestigiando as Forças Armadas, ... bem como promover as adequadas políticas de valorização do papel de Portugal nas instâncias internacionais”. - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), nos títulos 4.1 e 4.2 sobre os valores permanentes da defesa nacional.

**ou ainda;**

“Portugal honrará a sua tradição humanista na ordem internacional contribuindo, neste novo século, para o diálogo entre as nações, culturas e civilizações, a defesa dos direitos humanos, a promoção dos valores democráticos, o primado do direito internacional e a resolução pacífica dos conflitos, no respeito pela Carta das Nações Unidas” - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), no título 4.3 sobre os valores permanentes da defesa nacional.

Articular a política de defesa com a política de educação constitui então, uma prioridade do Estado. No texto da “2ª iniciativa”, acima desenvolvida, já nos disponibilizámos a contribuir com os nossos recursos e “know-how”, bem como a apelar ao envolvimento de outras entidades para que sejam dados passos decisivos no sentido da aproximação das Forças Armadas à sociedade civil, através das suas instituições culturais de contacto com o grande público, os Museus de Marinha e Militares, colaborando como lhes compete na definição de alguns conteúdos de formação cívica, a leccionar nas Escolas a todos os nossos jovens.

**E citamos:**

“O Estado não declina responsabilidades na promoção de um adequado espírito de segurança e defesa junto da população portuguesa. A articulação da política de defesa com a política de educação constituirá uma prioridade, que se encara como elemento importante do exercício da cidadania. É uma obrigação nacional reforçar a educação para o patriotismo, cuidar das componentes de segurança e defesa nos programas escolares”. - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), no título 4.4 sobre valores permanentes da defesa nacional.

Mas o normativo do conceito de defesa nacional em Portugal determina um empenhamento ainda mais específico às suas Forças Armadas, definindo-lhe como uma das suas missões principais, serem elas próprias a garantir a consciência permanente entre os jovens cidadãos, dos valores e problemas de segurança e defesa.

E citamos:

“a defesa nacional, no plano das missões principais das Forças Armadas, é o garante: .... Da consciência permanente entre os cidadãos dos valores e problemas de segurança e defesa”. - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), no título 8.1 sobre as missões das Forças Armadas.

ainda;

“A profissionalização não deve, em circunstância alguma, significar, ou permitir, o enfraquecimento do vínculo entre as novas gerações e as Forças Armadas”. - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), no título 9.3 sobre as políticas estruturantes.

ou ainda;

“A necessidade de reforçar, no novo cenário, a vontade colectiva de defesa, garantindo .... Que se renova o vínculo entre a cidadania e o espírito de segurança e defesa, com especial atenção para a formação cívica das novas gerações.” - In Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003), no título 3.2 sobre o enquadramento nacional da defesa.

Daqui decorre que as Forças Armadas de Portugal, no âmbito das suas missões de promoção da cultura de defesa nacional, têm por direito a função de contribuir para a consciencialização dos cidadãos para os valores e problemas de segurança e defesa. Ora, sendo os Museus de Marinha e Militares os instrumentos culturais mais poderosos de transmissão dessa cultura de defesa junto dos cidadãos, nomeadamente dos mais jovens, é legítimo defendermos que a Direcção do Museu de Marinha possa orientar actividades de extensão educativa em tempos livres, com jovens voluntários que realizem actividades relacionadas com as causas do Mar.

Estando já há alguns anos estas actividades a decorrerem com sucesso, juntando jovens voluntários em tempos livres, animados pelo Grupo de Amigos do Museu de Marinha e pelas associações de cidadania e cultura suas associadas, todas em coordenação com o Museu de Marinha, julgamos ser oportuno propor ao Almirante CEMA que apoie institucionalmente estas actividades, atribuindo-lhes um estatuto idêntico ao que as Armadas dos países nossos aliados na Europa estabeleceram com os seus “Sea Cadet Corps”.

Acresce que estas associações de jovens assim intituladas em todo o mundo ocidental e enquadradas pelas respectivas marinhas nacionais, cada uma de acordo com o regime legal para as organizações juvenis do seu país, constituem hoje um movimento internacional de grande prestígio e aceitação intitulado também “Sea Cadet Corps”.

## ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS ATÉ AO PRESENTE DISPONIBILIZADAS A JOVENS, QUE PODEM INTEGRAR O FUTURO SEA CADET CORPS PORTUGUÊS

A parceria de associações da sociedade civil a seguir identificada, orga-

nizou de alguns anos a esta parte, Serviços Educativos e de Investigação, também de seguida nomeados, já em funcionamento, a trabalharem em articulação com o Museu de Marinha e com trabalho sistemático em tempos livres, desenvolvido com jovens em idade escolar, através de protocolos com Escolas Básicas e Secundárias.

Em concreto estão a ser desenvolvidas actividades de formação de Vela, Marinharia, Nautimodelismo, Formação Cívica, História Naval e Encenação de Recriações Históricas.

Temos organizados Departamentos com técnicos especializados disponíveis para iniciar actividades com jovens nos domínios de Navegação de Recreio, Arqueologia Subaquática, Manobra e Segurança no Mar, Gestão de Recursos a Bordo, Símbolos e Figuras de identidade nacional, Cerimonial Militar-Naval, Jogos de simulação Militares-Navais.

### **Associações parceiras e Departamentos já em funcionamento:**

#### **GRUPO DE AMIGOS DO MUSEU DE MARINHA**

##### **- Departamento de História e Cultura Naval**

Coordenador: Dr. Ortigão Neves, antigo Presidente da Direcção do GAMMA

##### **- Departamento de Arqueologia Subaquática**

Coordenador: Comandante Augusto Alves Salgado, Doutor em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, Oficial da Armada, Vogal da Direcção do GAMMA

##### **- Departamento de Vela e Marinharia**

Coordenador: Dr. Carlos Saraiva da Costa - Patrão da Canoa do Tejo “Boneca”, propriedade do GAMMA, Professor do Ensino Secundário, Vogal da Direcção do GAMMA

##### **- Departamento de Navegação de Recreio**

Coordenador: Sr. José Pedro Katzenstein - Velejador, Patrão de Alto-Mar, Vogal da Direcção do GAMMA

##### **- Departamento de Manobra e Segurança no Mar**

Coordenador: Comandante António Ribeiro Ramos, Sócio do GAMMA e da Associação de Fuzileiros  
Comandante da Marinha Mercante

##### **- Departamento de Gestão de Recursos a Bordo,**

Coordenador: Comandante Paulo Graça Barreiro - Tesoureiro da Direcção do GAMMA, Oficial da Armada

##### **- Departamento de Educação Cívica (Escolar e Formação de Professores)**

Coordenador: Professor Dr. João Bellem Ribeiro - Membro do Conselho Científico da Formação Contínua de Professores, Oficial da Armada, Vice-Presidente do GAMMA

##### **- Departamento de Recriação Histórico-Naval (Nautimodelismo estático e Rádio-controlado)**

Coordenador: Arquitecto Miguel Salles Parente - Administrador do site PTNAUTICMODEL

Animador concelhio e internacional de cursos de nautimodelismo

## **ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA**

### **- Departamento do Ensino da História**

Coordenadora: Dr<sup>a</sup> Eva Lasbarréres Silva - Professora Efectiva do Ensino Básico, em representação da Associação de Professores de História

## **ACADEMIA FALERÍSTICA DE PORTUGAL**

### **- Departamento de Símbolos de Mérito e História Militar-Naval**

Coordenadores: Professor Doutor Nuno Oliveira e Dr. Paulo Estrela - Investigadores de Falerística

## **ASSOCIAÇÃO SE AMIGOS DO ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO**

### **- Departamento de Formação de Serviços Educativos**

Coordenador: Professor Dr. Sérgio Veludo Coelho - Docente da ESE do Porto: Área de Serviços Educativos do Curso de Gestão do Património

## **LIGA DOS AMIGOS DO MUSEU MILITAR**

### **- Departamento de Geoestratégia**

Coordenador: Coronel Fernando Pinto Simões - Regeu esta cátedra no Instituto de Altos Estudos Militares

### **- Departamento de História da Arte**

Coordenadora: Dr<sup>a</sup> Helena Maciel - Licenciada em História da Arte

### **- Departamento de Conservação e Restauro**

Coordenador: Dr. Luís Rufino - Licenciado em Conservação e Restauro

### **- Departamento de Cerimonial Militar**

Coordenador: Major António Mendonça - Secretário da Direcção da Liga dos Amigos do Museu Militar

Técnico do Museu Militar de Lisboa

### **- Departamento de Heráldica Militar**

Coordenador: Dr. Miguel Sanches de Baêna - Licenciado em História, especialista de Heráldica

## **ASSOCIAÇÃO NAPOLEONICA PORTUGUESA**

### **- Departamento de Recriação Histórico-Militar (Guerra Peninsular)**

Coordenador: Engenheiro de Sistemas Faria e Silva - Presidente da Direcção da Associação Napoleónica Portuguesa

## **ASSOCIAÇÃO DE RECRIAÇÃO HISTÓRICA ESPADA LUSITANA**

### **- Departamento de Encenação e Organização de Eventos**

Coordenador: Mestre João Maia - Mestre de esgrima da Sala de Armas Espada Lusitana

## **ASSOCIAÇÃO DE JOGOS DE SIMULAÇÃO DE PORTUGAL**

### **- Departamento de Jogos de Simulação Militares-Navais**

Coordenador: Sr. João Sobreira Diogo - Presidente da Direcção da Associação de Jogos de Simulação de Portugal

## PEDIDO DE APOIO AO ALMIRANTE CEMA PARA INSTITUCIONALIZAR EM PORTUGAL OS “SEA CADET CORPS”

Ao então Almirante CEMA, Almirante Nuno Vieira Matias, foi referido que neste domínio da certificação das actividades ligadas ao Mar, percorremos já um longo e seguro caminho na rota da nossa institucionalização como associação dos “Sea Cadet Corps” e foi solicitado apoio para ajudar a obter a adesão da Marinha para esta causa do Mar, de modo a que os jovens que conosco trabalham, bem como muitos outros que a estes primeiros se juntarão, possam todos eles vir a adquirir o estatuto de Cadetes do Mar de Portugal. Para o efeito, as associações parceiras disponibilizam todos os seus recursos humanos e técnicos neste projeto e depositam toda a sua esperança e solidariedade Marinheira.”

Foi muito gratificante, para todas estas associações participantes, receberem o reconhecimento e valorização demonstradas, quer do Museu de Marinha, através dos seus Diretores que nos apoiaram, Comandante José António Rodrigues Pereira, Contra-almirante António José Bossa Dionísio, Comandante António José Costa Canas, Comandante César Reis Madeira, Comandante João Passos Ramos, quer da Comissão Cultural de Marinha, através dos seus Diretores, Vice-almirante José Augusto Vilas Boas Tavares, Contra-almirante António José Bossa Dionísio, Vice-almirante José António de Oliveira Viegas, Vice-almirante Augusto Mourão Ezequiel, Contra-almirante João Valente dos Santos. E foi uma honra para todos nós associados voluntários da sociedade civil, vermos reconhecida a nossa dedicação e empenho, pela parte das mais altas figuras do Estado e das Forças Armadas, que acolheram e valorizaram as nossas propostas, nomeadamente os Chefes do Estado-Maior da Armada, Almirante Fernando José Melo Gomes, Almirante José Carlos Saldanha Lopes, Almirante Luís Manuel Macieira Fragoso, Almirante António Manuel da Silva Ribeiro, Almirante António Mendes Calado, bem como a Ministra da Educação Professora Isabel Veiga Vilar, o Secretário de Estado da Educação Professor Valter Lemos, o Ministro da Defesa Nacional Professor Augusto Santos Silva, os Diretores do Instituto da Defesa Nacional, General Vítor Rodrigues Viana e Professora Maria Helena Chaves Carreiras, e o Almirante Nuno Vieira Matias, Chanceler das Antigas Ordens Honoríficas Portuguesas.



### 3. AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL E EXÉRCITO APOIAM A CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CADETES PARCERIAS PARA A SUSTENTAÇÃO DOS CADETES EM PORTUGAL

O GAMMA e a Liga dos Reservistas de Portugal, assinaram com a Autoridade Marítima Nacional (AMN), um Protocolo para o apoio ao Corpo de Cadetes do Mar de Portugal, em 29 de abril de 2017.

O Diretor da Autoridade Marítima Nacional à época, Almirante António Silva Ribeiro, contactou-nos para o estabelecimento deste Protocolo, no sentido de tornar mais célere e abrangente a aprovação anual dos apoios a prestar pelas Capitánias e Zonas Marítimas, às Unidades de Cadetes do Mar mais próximas. Embora estando o seu articulado já aprovado, foi, no entanto, já o seu sucessor, Vice-almirante Luís Carlos de Sousa Pereira quem, na qualidade de novo Diretor Geral da AMN, o assinou.

Assim, coincidindo com a realização do 1º Congresso da Liga dos Reservistas na Escola Naval e em simultâneo com o Dia Nacional dos Cadetes de Portugal, o Vice-almirante Sousa Pereira presidiu na parada da Escola Naval à cerimónia da condecoração dos Reservistas, 2º Tenente Ricardo Vieira Rosinha e Soldado Vítor Correia Vicente, frente à formatura de todas as Unidades de jovens Cadetes de Portugal, respectivamente com a Medalha da Cruz Naval e com a Medalha de D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, sendo acompanhado pelo Comandante da Escola Naval à época, Vice-almirante António Manuel Henriques Gomes, ao que se seguiu a assinatura do citado Protocolo.

Seguidamente divulgamos os considerandos inscritos neste Protocolo, os quais revelam o entendimento da Autoridade Marítima Nacional acerca dos objetivos e desempenho dos Reservistas de Portugal, dos Amigos do Museu de Marinha e dos Cadetes do Mar.

#### “Considerando que:

Se reconhece a importância de aderir aos princípios da *International Sea Cadet Association* e ao seu esforço de edificação de organizações que visam a formação marítima de jovens em todo o Mundo;

O Grupo de Amigos do Museu de Marinha (GAMMA) tem desenvolvido diversas actividades que vão ao encontro dos referidos princípios, nomeadamente através do projecto «A Minha Escola adopta um Museu», com o Museu de Marinha e outras entidades e, ainda, através da promoção de prática de vela a bordo da sua canoa do Tejo em parceria com a Escola de Actividades Náuticas de Cascais - «Projeto Este Mar» - que tem abrangido um universo anual de centenas jovens para as causas do Mar;

O GAMMA promoveu, com o apoio da Marinha, a instituição de um Corpo de Cadetes do Mar de Portugal, já inscrito e aceite na *International Sea Cadet Association*, assumindo a organização de Unidades de Cadetes do Mar numa dezena de Escolas e Clubes de Mar, onde se realiza formação com periodicidade mensal a mais de uma centena de jovens, com a finalidade de desenvolverem espírito patriótico e humanista e divulgarem e promoverem

nas suas comunidades, a cultura de defesa de Portugal, o dever da memória para com os heróis marinheiros que construíram Portugal antes de nós, bem como as missões, os meios e as carreiras e oportunidades que a Marinha e a Autoridade Marítima proporcionam hoje aos seus cidadãos;

A Liga dos Reservistas de Portugal (LRP), foi criada e reconhecida pela Marinha como associação da sociedade civil aglutinadora dos Militares da Marinha, que prestaram serviço na Marinha, no antigo serviço obrigatório e nos regimes de Contrato e Voluntariado, bem como dos Militares QP da Marinha já fora da efectividade do serviço, que se vocacionam nomeadamente em regime de voluntariado cultural, a colaborarem com o CCM-PT como Comandantes e formadores de Unidades de Cadetes do Mar, habitando ou trabalhando em localidades abrangidas pelas estruturas nacionais, regionais e locais da Autoridade Marítima Nacional

A Autoridade Marítima Nacional, tem um papel fulcral no desenvolvimento do interesse dos Portugueses pelo Mar, enquanto fonte de soberania e de riqueza que importa investigar, desenvolver, preservar e usufruir e defender.”

Em seguida transcrevemos as suas clausulas mais significativas que contribuem para o crescimento e expansão dos Cadetes do Mar, pelas Cidades com Capitánias ou Zonas Marítimas com Navios atribuídos, ao longo da costa portuguesa, e o compromisso dos Reservistas da localidade no acompanhamento desses jovens às suas instalações, nomeadamente:

- Autorização para as Sedes dos Núcleos de Reservistas da Cidade, estarem formalmente instaladas nas Capitánias de Porto, a fim de promover a reaproximação dos Reservistas à Marinha e o contacto na sua localidade, com os militares que aí prestam serviço ativo:

“a) Autorizar que as sedes das Unidades de Cadetes do Mar do CCM que adoptam uma Capitania de Porto da sua região, bem como a sede do Núcleo dos Reservistas de Portugal da região, sejam formalmente nas suas instalações (sem custos para a AMN nem necessidade de ocupação de espaço físico próprio) e que, se não houver razões impeditivas, aí se realizem actividades de formação dos Cadetes dessas Unidades, bem como apresentações com divulgação pública à comunidade, dos seus trabalhos de fim de ano.”

- Autorização para os jovens Cadetes da localidade realizarem formação nas Capitánias, Escolas e Centros de Formação da AMN e embarcarem com a Polícia Marítima e o Salvamento Marítimo:

“b) Proporcionar ao CCM a frequência de cursos e outras actividades de formação no contexto do seu sistema de formação profissional e na capacidade sobranste das escolas e centros de formação, ...

c) Autorizar o embarque dos Cadetes do Mar das Unidades que adoptam a Capitania do Porto da sua região, nas embarcações da Polícia Marítima e da Estação Salva-Vidas, ...

- Também a Liga dos Reservistas de Portugal se comprometeu a envolver os Cadetes do Mar no seu compromisso de serviço cívico à comunidade a que pertencem, nomeadamente:

“a) Promover, no seio do CCM e da LRP e por seu intermédio, a divulgação e promoção da imagem da Autoridade Marítima Nacional e designadamente dos seus órgãos regionais e locais, bem como as suas escolas e centros de formação;”

Simultaneamente, mas separadamente, o GAMMA e a Liga dos Amigos do Museu Militar de Lisboa iniciaram há uma década, actividades com jovens nas Escolas, utilizando a mensagem material e imaterial dos respectivos Museus, para promover junto deles a aprendizagem da Identidade Nacional, a cultura da Defesa e a Cultura do Mar, possibilitando por esta via a entrada da Marinha e do Exército nas Escolas com a consequente atitude de reaproximação das Forças Armadas aos jovens e à nação. O mecanismo institucional usado por estas associações de amigos dos Museus, para entrarem nas Escolas e interagirem lá com os jovens que as frequentam, foi o projecto “A minha Escola adopta um Museu”, como já antes referimos.

Posteriormente, chegou ao conhecimento destas associações, a existência das associações internacionais de jovens Cadetes, que promovia finalidades idênticas e melhor penetração nas Escolas. O primeiro organismo internacional contactado foi o ISCA, mas a adesão a este exigia o reconhecimento das associações candidatas pela Marinha do respectivo país, bem como uma rede mais alargada de formadores que possibilitassem a criação de Unidades de Cadetes nas Escolas, em qualquer local do país, quando estas o solicitassem. De imediato, as duas associações de amigos lideraram a constituição de uma rede mais ampla de associações afins aderentes, com o objectivo de sustentar nas Escolas a criação dessas Unidades de Cadetes. Actualmente constituem esta rede de parcerias, um número já significativo de associações da sociedade civil aderentes.

O GAMMA obteve reconhecimento institucional da Marinha através de Protocolo assinado em 6 de fevereiro de 2012 e a Liga dos Amigos do Museu Militar obteve o reconhecimento institucional do Exército através de Protocolo assinado em 5 de junho de 2012.

Seguidamente sumariamos a designação e o estatuto protocolado com cada instituição ou associação com quem foram assinados acordos de colaboração ou mecenato com a finalidade de sustentarem o funcionamento das Unidades de jovens Cadetes nas Escolas e Clubes afins interessados:

#### **ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**

- Atribuiu o estatuto de instituição parceira do EMGFA à Liga dos Reservistas de Portugal – Reserva Voluntária, através de Diploma assinado pelo Almirante CEMGFA.

- Despacho nº 165/CEMGFA/2019 - “Acompanhamento das actividades da Liga dos Reservistas de Portugal na Interallied Confederation of Reserve Officers (CIOR)”, que integra a LRP na estrutura do EMGFA, em articulação com o Adjunto para o Planeamento e Coordenação.

- Diretiva nº 052/CEMGFA/19 - Programa de Divulgação das Forças Arma-

das, determina no ponto (2) e) que a entidade executante a nível nacional das sessões nas escolas de debates com os alunos do 9º ano, intituladas “Cidadania e Forças Armadas”, é expressamente a entidade parceira do EMGFA, a Liga dos Reservistas de Portugal.

- Protocolo entre o EMGFA e a Reserva Voluntária para o apoio à execução nas Escolas do país do Programa do EMGFA de Divulgação das Forças Armadas “Cidadania e Forças Armadas”.

#### **MARINHA PORTUGUESA**

- Instituição tutelar do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal – Protocolo de 6 de fevereiro de 2012.

- O Almirante CEMA é o Comandante-Chefe Honorário do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal.

- O Diretor da Comissão Cultural de Marinha é o Presidente do Conselho Geral.

#### **EXÉRCITO PORTUGUÊS**

- Instituição tutelar do Corpo de Cadetes do Exército de Portugal – Protocolo de 5 de junho de 2012.

- O General CEME é o Comandante-Chefe Honorário do Corpo de Cadetes do Exército de Portugal.

- O Diretor da Direção de História e Cultura Militar é o Presidente do Conselho Geral.

#### **AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL**

- Instituição tutelar do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal – Protocolo de 29 de abril de 2017.

#### **INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL**

- Integrou em 2009 representantes dos Reservistas Voluntários no Grupo de Projeto Cidadania e Defesa, criado pelo Ministro da Defesa Nacional.

- Por concurso público realizou dois cursos de formação de formadores dos Cadetes do Mar e do Exército, “Cursos de Voluntários da Defesa” em 2012 e 2013, habilitando 76 Auditores de Defesa Nacional, Jovens Auditores da Defesa Nacional e Militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

- A partir de maio de 2016 os Reservistas Voluntários lecionaram o Programa do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, convidados pelas Escolas do seu Concelho, a mais de três mil jovens, espalhados pelo país.

#### **NATO INTERALLIED CONFEDERATION OF RESERVES (CIOR, CIOMR e CISOR)**

- Aprovada por unanimidade a integração da Delegação Portuguesa no CIOR Council em 9 de agosto de 2019.

- “Reservists help NATO nations to establish relationships between the military and the civilian communities” (orientações da NATO sobre Reservistas MC 441/1 North Atlantic Military Committee).

- Reservistas assumiram em 2019, a convite da NATO, serem “Embaixadores NATO nos Municípios”

#### **GRUPO DE AMIGOS DO MUSEU DE MARINHA**

- Entidade Fundadora e Supervisora do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal.
- Presidente: Comandante Rocha e Abreu

#### **LIGA DOS AMIGOS DO MUSEU MILITAR**

- Entidade Fundadora e Supervisora do Corpo de Cadetes do Exército de Portugal
- Presidente: Coronel Pinto Simões
- CONSELHO SUPERIOR: Conta com o apoio e aconselhamento dos Generais Ramalho Eanes, Valença Pinto, Pina Monteiro, Rocha Vieira, Sousa Pinto e Lemos Pires

#### **LIGA DOS RESERVISTAS DE PORTUGAL**

- Entidade Gestora em Portugal das Unidades de Cadetes do Mar e de Cadetes do Exército
- Presidente da Liga: 2º Tenente Ricardo Rosinha
- Presidente do Conselho Superior: Almirante Luís Macieira Fragoso
- CONSELHO SUPERIOR: Conta com o apoio e aconselhamento dos Almirantes Macieira Fragoso, Vice-almirante Silva Carreira e Contra-almirante Bossa Dionísio, bem como do General Pil.Av. Araújo Pinheiro

#### **ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS**

- Entidade gestora da Unidade de Cadetes do Mar Fuzileiros
- Protocolo assinado em 26 de setembro de 2011
- Presidente: Comandante Leão Seabra

#### **CORPO DE CADETES DO MAR DE PORTUGAL (CCM)**

- Estatuto aprovado em 22 de agosto de 2016
- Comandante do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal: Comandante Peixoto de Queiroz, Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória
- Diretor de Instrução: Comandante Bellem Ribeiro

#### **CORPO DE CADETES DO EXÉRCITO DE PORTUGAL (CCEX)**

- Estatuto aprovado em 18 de maio de 2017
- Comandante do Corpo de Cadetes do Exército de Portugal: Coronel Sodrê de Albuquerque, Diretor do Museu Militar
- Diretor de Instrução: Tenente-Coronel António Mendonça

#### **INTERNATIONAL SEA CADET ASSOCIATION (ISCA)**

- Portugal é membro certificado desde 2012
- Participação de Portugal nas “ISCA Conferences” no Japão 2012, África do Sul 2014 e Holanda 2015

- Coordenador dos Intercâmbios de Cadetes em Portugal: Sargento-Ajudante Santos Maia

#### **ASSOCIATION “CIVISME, DÉFENSE, ARMÉES, NATION” (CIDAN)**

- Protocolo de colaboração assinado em 28 de abril de 2013 com os Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, a Liga dos Amigos do Museu Militar, o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

- Portugal recebeu o prémio Europeu “Citizenship, Security and Defense 2015”

#### **COMISSÃO PORTUGUESA DO ATLÂNTICO**

- Protocolo assinado em 28 de abril de 2013 com o Grupo de Amigos do Museu de Marinha e a Liga dos Amigos do Museu Militar

- Entidade consultora para a intervenção dos Reservistas Voluntários na lecionação nas Escolas das suas localidades, do “Programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”

- Vice-Presidente interlocutor com o CCM e CCEX: Vice-almirante Reis Rodrigues

#### **CONFRARIA MARÍTIMA DE PORTUGAL – LIGA NAVAL PORTUGUESA**

- Protocolo assinado em 23 de outubro de 2014

- Entidade consultora para a intervenção dos Reservistas Voluntários na lecionação nas Escolas das suas localidades, do “Programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”

- Patrocinadora do Intercâmbio de Cadetes Portugueses no âmbito do “International Sea Cadet Association”

- Formador designado para os Cadetes do Mar: Comandante Carlos Pitta

#### **CONFRADIA EUROPEA DE LA VELA**

- Homenageou os primeiros Comandantes dos Cadetes de Portugal no seu Dia Nacional na Academia Militar, Amadora, em 2018

Confrade da Direção interlocutor: Contra-almirante Bossa Dionísio

#### **INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO**

- Protocolo assinado em 28 de abril de 2014 com o Grupo de Amigos do Museu de Marinha e a Liga dos Amigos do Museu Militar

- Entidade consultora para a intervenção dos Reservistas Voluntários na lecionação nas Escolas das suas localidades, do “Programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”

- Presidente da Direção interlocutor do CCM e CCEX: Almirante Rebelo Duarte

#### **UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – CENTRO DE ESTUDOS DE FILOSOFIA**

- Entidade consultora para a intervenção dos Reservistas Voluntários na lecionação nas Escolas das suas localidades, do “Programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, desde 2010

- Investigador interlocutor do CCMP e CCEP: Professor Doutor Mendo Castro Henriques

## **UNIVERSIDADE LUSOFONA - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DE SEGURANÇA**

- Apoio científico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu de Marinha”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2010

## **ESCOLA SUPERIOR NAUTICA INFANTE D. HENRIQUE**

- Apoio científico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu de Marinha”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2013

## **MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO**

- Apoio científico ao Projeto nas Escolas “A minha Escola Adota o Património Marítimo de Aveiro”
- Protocolo assinado em 30 de janeiro de 2015

## **ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AUDITORES PARA A DEFESA, SEGURANÇA E CIDADANIA (DECIDE)**

- Apoio científico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu de Marinha”
- Protocolo assinado em 28 de abril de 2010
- Formador designado para os Cadetes: Dr. André Rodrigues

## **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA DIPLOMACIA EURO-ATLÂNTICA**

- Protocolo assinado em 30 de abril de 2016 com o Grupo de Amigos do Museu de Marinha e a Liga dos Amigos do Museu Militar
- Presidente interlocutor com o CCMP e CCEP: Dr. Paulo Cardoso
- Formador designado para os Cadetes: Alferes João Freitas

## **ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA**

- Apoio científico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu de Marinha”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2010

## **ACADEMIA FALERÍSTICA DE PORTUGAL**

- Apoio científico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu de Marinha”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2010

## **ESPADA LUSITANA, Associação Cultural e Recreativa de Recriação Histórica**

- Apoio técnico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu Militar”
- Apoio técnico ao Projeto “Divulgação pelos Cadetes do Turismo Histórico Militar”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2010
- Formador designado para os Cadetes: Mestre de Esgrima Histórica João Maia

## **ASSOCIAÇÃO NAPOLEONICA PORTUGUESA**

- Apoio técnico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu Militar”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2010

#### **ASSOCIAÇÃO DE JOGOS DE SIMULAÇÃO DE PORTUGAL**

- Apoio técnico ao Projeto “A Minha Escola Adota o Museu Militar”
- Apoio técnico ao Projeto “Divulgação pelos Cadetes do Turismo Histórico Militar”
- Protocolo assinado em 29 de abril de 2010
- Formador designado para os Cadetes: Engenheiro Fernando Santos

#### **NÚCLEO DE RADIOAMADORES DA ARMADA**

- Protocolo assinado em 2019 com a Liga dos Reservistas de Portugal e o Grupo de Amigos do Museu de Marinha
- Formador designado para os Cadetes: Marinheiro SMO José Rafael Costa

#### **ESCOLA MARINHAS DO SAL DE RIO MAIOR ADOTA A CAPITANIA DE PENICHE, O PATRIMÓNIO HISTÓRICO MILITAR DO MÉDIO TEJO E A ESCOLA DAS ARMAS DE MAFRA**

- Protocolo assinado em 2009 com o Museu de Marinha, o Museu Militar, a Liga dos Amigos do Museu Militar, o Grupo de Amigos do Museu de Marinha, a Associação de Pais da Escola BI Marinhas do Sal de Rio Maior

#### **CLUBE JOVEM DA ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS – UNIDADE DE CADETES DO MAR FUZILEIROS, ADOPTA A ESCOLA DE FUZILEIROS**

- Protocolo assinado em 2011 entre a Associação de Fuzileiros, o Grupo de Amigos do Museu de Marinha e a Liga dos Reservistas de Portugal

#### **EQUIPAGEM DA VELA DA CANOA BONECA DO GAMMA, ADOTA A MARINHA DO TEJO**

- Protocolo assinado em 2011 entre o Grupo de Amigos do Museu de Marinha e a Escola de Actividades Náuticas de Cascais

#### **COLÉGIO PEDRO ARRUPE, ADOPTA O MUSEU DE MARINHA, A FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA, A FRAGATA ÁLVARES CABRAL E A FRAGATA CORTE REAL**

- Protocolo assinado em 2013 com o Museu de Marinha, a Associação de Jovens Auditores para a Defesa Segurança e Cidadania e o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

#### **COLÉGIO EURO-ATLÂNTICO, ADOPTA O MUSEU DE MARINHA**

- Protocolo assinado em 2013 com o Museu de Marinha e o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

#### **ESCOLA D. JOÃO II DE SANTARÉM, ADOPTA O MUSEU MILITAR**

- Protocolo assinado em 2010 com a Liga dos Amigos do Museu Militar

#### **FORMAÇÃO NÁUTICA NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CARCAVELOS**

- Protocolo assinado em 2011 com o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

- Formador designado pelo Grupo de Amigos do Museu de Marinha: Dr. Carlos Costa

**ESCOLA SECUNDÁRIA GARCIA DA ORTA – PORTO, ADOTA O MUSEU MILITAR DO PORTO**

- Protocolo assinado em 2012 com a Liga dos Amigos do Museu Militar, Lisboa, a Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto o Instituto de Defesa Nacional e a Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIALONGA – ALPRIATES, ADOTA O MUSEU DE MARINHA**

- Protocolo assinado em 2014 com o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PIONEIROS DA AVIAÇÃO (Amadora), ADOTA NAVIO HIDROGRÁFICO**

- Protocolo assinado em 2014 com o Museu de Marinha e o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RIO NOVO DO PRÍNCIPE – CACIA, ADOTA PATRIMÓNIO MARÍTIMO DE AVEIRO E CAPITANIA DE AVEIRO**

- Protocolo assinado em 2015 com a Capitania do Porto de Aveiro, o Museu Marítimo de Ílhavo, a Empresa Pascoal e o Grupo de Amigos do Museu de Marinha

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RIO NOVO DO PRÍNCIPE – CACIA, ADOTA PATRIMÓNIO DA MEMÓRIA EM AVEIRO E REGIMENTO DE INFANTARIA 10 DE S. JACINTO**

- Protocolo assinado em 2015 com a Câmara Municipal de Aveiro, o Regimento de Infantaria 10 de S. Jacinto e a Liga dos Amigos do Museu Militar

**COLÉGIO DO CASTANHEIRO – PONTA DELGADA, EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA, A DEFESA E A PAZ COM O APOIO DA MARINHA**

- Protocolo assinado em 2017 com o Grupo de Amigos do Museu de Marinha, a Liga dos Reservistas de Portugal, Núcleo dos Açores e a Associação de Classe do Bote Baleeiro

**COLÉGIO DO CASTANHEIRO – PONTA DELGADA, EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA, A DEFESA E A PAZ COM O APOIO DO EXÉRCITO**

- Protocolo assinado em 2017 com a Liga dos Amigos do Museu Militar e a Liga dos Reservistas de Portugal, Núcleo dos Açores

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TEMPLÁRIOS – ESCOLA GUALDIM PAIS DE TOMAR, ADOTA O PATRIMÓNIO HISTÓRICO MILITAR DA REGIÃO TEMPLÁRIA E O REGIMENTO de INFANTARIA 15**

- Protocolo assinado em 2018 com a Câmara Municipal de Tomar, o Instituto Politécnico de Tomar, a Comenda Templária, a Liga dos Amigos do Museu Militar, a Liga dos Reservistas de Portugal e as Escolas de Esgrima Histórica “Espada Lusitana” e “Thomar Honoris”

#### **4. ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CADETES DO MAR**

A organização em Portugal das Unidades de Cadetes do Mar processa-se da forma que em seguida se descreve detalhadamente.

##### **“FINALIDADES**

O corpo de Cadetes do Mar (CCM) organiza-se em Portugal, em sintonia com o espírito e a estrutura preconizados pela International Sea Cadet Association e universalmente adotados pelos diversos Sea Cadet Corps nacionais, radicado na cultura do Mar transmitida pelo Museu de Marinha e pela vida a bordo dos Navios, promovendo a finalidade de desenvolver nos jovens que se integrem nos Cadetes do Mar:

- 1 - Interesse pelo conhecimento da história marítima, dos meios, do Comando e das missões da Marinha da atualidade, que o Museu de Marinha revela e os embarques ou estadias em Navios da Marinha e em embarcações da Autoridade Marítima Nacional proporcionam.
- 2 - Hábitos da vida naval a bordo dos navios ou embarcações e das actividades náuticas que as Marinhas proporcionam, nomeadamente: trabalho em equipa, cooperação, solidariedade, coragem, auto-confiança, bom senso, autocontrolo no social, respeito para com os responsáveis, trato com civildade.
- 3 - Sentido de prioridade quanto à segurança individual e colectiva.
- 4 - Sintonia com as orientações sempre renovadas do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, com os novos desafios trazidos pelo alargamento do Mar Português, com a promoção das carreiras e profissões ligadas ao Mar e com a defesa das causas do Mar.
- 5 - Compromissos solidários com a Cultura de Defesa nomeadamente:
  - Disponibilidade para com a Defesa da soberania e dos interesses de Portugal;
  - Adesão às causas do Direito Internacional e aos valores dos Direitos Humanos;
  - Respeito à autoridade do Estado de Direito;
  - Vontade de conhecer e prestigiar as Forças Armadas de Portugal;
  - Hábitos de disciplina naval e de cumprimento do cerimonial naval;
  - Serviço cívico à comunidade naval.

##### **O CORPO DE CADETES DO MAR DE PORTUGAL: - PARCERIA ENTRE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, A MARINHA E A AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL**

O Corpo de Cadetes do Mar de Portugal é uma rede nacional de Unidades de Cadetes do Mar (UCM), organizadas ou patrocinadas por Núcleos Concelhios da Reserva Voluntária ou na sua ausência por Entidades da Sociedade Civil, públicas ou privadas, associadas à cultura de Defesa e às Forças Armadas e de vocação marítima, designadas por (ESC), que estabelecem

protocolos com Escolas, Colégios ou Clubes associados ao Mar (EDU).

As UCM funcionam nas EDU aderentes, Escolas, Colégios ou Clubes associados ao Mar que trabalham com jovens e têm finalidades convergentes com o GAMMA e a Liga dos Reservistas de Portugal - Reserva Voluntária e inscrevem os jovens interessados em idade escolar a elas associados, constituindo Unidades de Cadetes do Mar (UCM).

A Marinha e a Autoridade Marítima Nacional, ambas superiormente dirigidas pelo Almirante CEMA, apoiam institucionalmente, legitimam e autorizam o acesso aos seus recursos humanos e materiais, para a concretização das actividades do CCM, desde outubro de 2010, tendo para o efeito estabelecido protocolos assinados pelas partes em 6 de fevereiro de 2012 em relação à Marinha e em 29 de abril de 2017 em relação à Autoridade Marítima Nacional.

Para cada UCM criada, será autorizada pelo CEMA a sua legitimação, através da designação para colaborar na formação dos Cadetes do Mar, de pelo menos uma Unidade, Estabelecimento ou Organismo (U/E/O) pertencente à Marinha ou à Autoridade Marítima Nacional, sediado na cidade ou região onde se insere a ESC. Estas (U/E/O) ou Capitánias são adoptadas pelas UCM da sua área de influência ou àquelas que se associam.

O GAMMA é a associação fundadora e supervisora e a Liga dos Reservistas Voluntários a entidade gestora do CCM a nível nacional. Estes, em parceria com outras entidades da sociedade civil (ESC) com finalidades convergentes, e que se dispõem a realizar actividades com jovens na mesma cidade, candidatam-se a organizarem uma ou mais UCM e para o efeito propõem-no ao CEMA, nos termos do Estatuto do CCM de Portugal.

A condição de aceitação da integração de cada nova ESC na rede de instituições que constituem o CCM, é a sua adesão às finalidades, organização e actividades, expressas no Regulamento do CCM de Portugal, processa-se através da constituição da UCM que criar e manter na zona onde desenvolve actividades com jovens, nos termos, quer do Estatuto do CCM de Portugal, quer dos Estatutos do GAMMA e da Reserva Voluntária e efectiva-se com a autorização pela Marinha da criação de uma primeira UCM e nomeação do Comandante dessa UCM.

Cada EDU que trabalha com jovens no Concelho em que funciona pelo menos uma ESC, e que aceita inscrever os seus alunos interessados em uma ou mais UCM, compromete-se a organizar e manter pelo menos uma UCM, constituída por jovens que integra, com limite inferior de idade os 10 anos, correspondente à frequência do 5º ano de escolaridade básica e com limite superior de idade os 25 anos. Estas Unidades integram-se no CCM quando as suas actividades se organizam e desenvolvem de acordo com o estabelecido em Regulamento próprio, mediante a assinatura de um protocolo com o Núcleo de Reservistas Concelhio, ou caso não exista, com a ESC local proponente, reconhecida pelo GAMMA e pala Liga dos Reservistas.

## INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL NO INTERNATIONAL SEA CADET ASSOCIATION (ISCA)

O GAMMA, entidade fundadora do CCM, foi eleita para o International Sea Cadet Association em 10 de outubro de 2010, como associação representante de Portugal naquele organismo.

O CCM estabelecerá contactos anuais com o International Sea Cadet Association, no sentido de planear progressivamente e na medida do possível, actividades de intercâmbio, entre os Cadetes do Mar Portugueses e os Cadetes das outras nações igualmente filiadas.

A Confraria Marítima de Portugal - Liga Naval Portuguesa instituiu em 2019 um prémio anual a atribuir ao CCM, que consta do apoio pecuniário à deslocação de Cadetes do Mar abrangidos pelas condições do ISCA, para participarem em Intercâmbios Internacionais de Cadetes, organizados pelos Corpos de Cadetes dos países que abrem candidaturas.

## APOIO INSTITUCIONAL DA MARINHA E AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL

O apoio institucional do CEMA (Marinha e Autoridade Marítima Nacional), ao CCM, universo das UCM, exerce-se nos termos do Protocolo assinado para o efeito.

A Marinha e a Autoridade Marítima Nacional apoiam, na medida das suas possibilidades, o desenvolvimento dos seguintes procedimentos:

- A Marinha autoriza a estadia a bordo e o embarque de pequenos grupos de Cadetes do Mar em Navios da Marinha, durante os fins de semana e férias escolares, quando nas saídas de mar existam nos Navios beliches vagos na cobertura das Praças ou instalações disponíveis, passando no final do embarque, diploma das horas de navegação efetuadas.

- Autorizam o contacto e a colaboração em actividades previamente planeadas, dos Cadetes do Mar com a guarnição do Navio da Marinha que cada UCM adopta e com a Capitania de Porto a que cada UCM se associa.

- Autorizam a visita dos Cadetes do Mar a Navios da Marinha e embarcações da Autoridade Marítima Nacional, quando apropriado, a instalações em terra, ao Museu de Marinha, seus pólos e exposições temporárias, bem como à Fragata D. Fernando II e Glória e ao Submarino Barracuda, ambos musealizados.

- Proporcionam aos Cadetes do Mar a frequência de Cursos e outras actividades de formação no contexto do seu sistema de formação profissional e na capacidade sobranete das Escolas e Centros de Formação, sem custos para a Marinha e Autoridade Marítima Nacional.

- A Marinha autoriza que o Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória exerça em permanência a função de Comandante do CCM, por delegação do Almirante CEMA e Comandante Chefe honorário do CCM, a fim de proceder à supervisão institucional da Marinha sobre a componente operacional do CCM, bem como delega no Director da Comissão Cultural de Marinha (ou

por subdelegação deste, no Director do Museu de Marinha), a função de presidir ao Conselho Geral do CCM, representando os interesses da Marinha naquele órgão, nos termos do Estatuto do Corpo.

- A Marinha autoriza a nomeação dos Comandantes das UCM, que são associados propostos pelos Núcleos Concelhios da Reserva Voluntária ou, na ausência destes no Concelho, pelas ESC reconhecidas pelo GAMMA e pela Liga dos Reservistas, para gerirem uma ou mais UCM.

- Apoiam institucionalmente, embora sem envolvimento de despesas, a recepção de Cadetes do Mar dos Corpos de Cadetes dos países nossos aliados, em actividades de intercâmbio internacional, no âmbito das iniciativas da International Sea Cadet Association, da qual Portugal faz parte, proporcionando-lhes contactos com a Marinha, equivalentes aos que a Marinha autoriza para os Cadetes do Mar de Portugal.

- Fornecem informação aos Cadetes do Mar sobre as carreiras que estão disponíveis na Marinha e na Autoridade Marítima Nacional, bem como sobre as missões, reequipamento e comando dessas estruturas de Defesa de Portugal.

- Autorizam a certificação de pelo menos um curso em cada UCM, durante o ano escolar, necessariamente conferido por uma Unidade, Estabelecimento ou Organismo da Marinha ou da Autoridade Marítima Nacional, sediado na cidade ou zona metropolitana de pertença dessa UCM. A orientação destes Cursos aos Cadetes que os frequentam, por pessoal da Marinha ou da Autoridade Marítima Nacional, constitui o vínculo local de legitimação da Marinha ou da Autoridade Marítima Nacional, em relação a cada UCM em funcionamento.

## **SEDE DE HONRA DO CORPO DE CADETES DO MAR NA FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA**

Os Protocolos entre o Estado-Maior da Armada, a Autoridade Marítima Nacional, o GAMMA e a Reserva Voluntária, em parceria com as ESC validadas que organizam UCM, estipula que a sede de honra nacional do CCM é a Fragata D. Fernando II e Glória, honrando a tradição daquele Navio da Marinha que desde 1851 foi Quartel do Corpo de Marinheiros, desde 1865 foi Escola Prática de Artilharia Naval e desde 1945 até ao grande incêndio de 1963, constituiu a sede da Obra Social da Fragata D. Fernando, embarcando e formando consecutivamente jovens para as funções e carreiras do Mar.

## **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E SEDE NACIONAL DO CORPO DE CADETES DO MAR**

A sede nacional do CCM é nas instalações do Museu de Marinha, atribuídas ao GAMMA e à Liga dos Reservistas de Portugal – Reserva Voluntária.

O Conselho Geral do CCM que supervisiona e reflecte com as Direcções do GAMMA e da Reserva Voluntária a gestão administrativa e operacional do CCM, nos termos do Estatuto do CCM, é presidido, a título honorífico, pelo

Comandante Chefe do CCM, Almirante CEMA, função delegada em permanência no Director da Comissão Cultural de Marinha. Este representa os interesses da Marinha no Conselho e exerce o apoio institucional da Marinha sobre a organização administrativa do CCM, através do exercício da presidência do órgão em referência. Pode delegar estas funções, sempre que entender, no Director do Museu de Marinha.

O Conselho Superior do CCM que aconselha o Corpo de Cadetes quanto à fidelidade do seu funcionamento ao espírito naval e compatibilidade do seu programa à promoção cultural da Marinha, é constituído pelos Oficiais da Marinha de reconhecido mérito ou desempenho relevante para a vida dos Cadetes do Mar, convidados pelas Direcções do GAMMA e da Reserva Voluntária.

## UNIDADES DE CADETES DO MAR

As Unidades de Cadetes do Mar (UCM) são as estruturas locais que no seu todo nacional constituem o Corpo de Cadetes do Mar (CCM). São compostas por 4 a 30 Cadetes pertencentes à ESC promotora e subdividem-se para efeitos de instrução em Esquadras, constituídas cada uma por 4 a 7 Cadetes.

Na constituição das UCM têm de estar garantidos, prévia e cumulativamente, os requisitos formais, materiais e humanos seguintes:

- A ESC organizadora ou patrocinadora compromete-se a organizar e a manter pelo menos uma UCM.

- A ESC assegura a cada jovem inscrito um Seguro de Acidentes Pessoais ou Seguro Escolar da respetiva EDU, devidamente actualizado e adequadamente contratualizado, nos termos definidos em regulamento próprio.

- A ESC assegura para cada UCM que criar, o comando, em regime de voluntariado e a título gracioso, de um Oficial ou Sargento da Armada (QP na Reforma ou fora da efectividade de serviço, SMO/Reserva Naval ou Reserva Marítima, ou ainda RV/RC fora do serviço activo) ou um Oficial da Marinha Mercante, nomeado pela Direcção do Núcleo Concelhio da Reserva Voluntária ou, caso não exista, nomeado pela Direcção da ESC reconhecida. Este receberá a designação de Comandante da UCM e será sempre um associado da Reserva Voluntária ou elemento da comunidade da ESC respectiva.

- A ESC assegura a cada UCM que criar, as convenientes instalações para a aprendizagem dos Cadetes, o equipamento e os formadores habilitados (habilitações certificadas ou experiência profissional comprovada), bem como as deslocações acordadas às U/E/O da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, ou ainda a instalações culturais e das Marinhas de Comercio e Recreio da região, a fim de que aí se realize o ensino e desenvolvimento das actividades, cívicas, patrióticas e náuticas, organizadas e sistematizadas na forma de cursos anuais, organizados pelo Comandante da UCM e aprovados pela Marinha no Plano Anual de Actividades.

- A Reserva Voluntária assegura, em articulação com a ESC organizadora da UCM local, a colaboração necessária de pelo menos um organismo da Marinha

ou da Autoridade Marítima Nacional, inserida na cidade sede da ESC ou actuando suficientemente próximo desta, de modo a permitir uma deslocação regular e uma colaboração frequente do pessoal do respectivo organismo, com os Cadetes. Este organismo da Marinha ou da Autoridade Marítima Nacional, certificará sempre, obrigatoriamente, pelo menos um curso disponibilizado aos Cadetes, durante a vigência de cada plano anual de actividades.

- A ESC assegura e mantém para cada UCM a oferta de um mínimo de actividades de formação acordadas com a Reserva Voluntária, que garanta aos Cadetes aprendizagens nas áreas da Cultura da Segurança e Defesa, da promoção da Identidade Nacional e do Direito Internacional, da divulgação das Forças Armadas e suas missões, e dos assuntos do Mar, ou ainda nos domínios da Formação Especializada, conforme o estipulado em regulamento.

- Cada jovem candidato apresenta à ESC a que pertence, uma autorização escrita, assinada pelo seu Encarregado de Educação, para participar no plano anual de actividades da sua Unidade, conforme o modelo definido em regulamento.

- Cada UCM é constituída por um número mínimo de quatro e máximo de trinta jovens, é designada UCM seguida do nome da ESC organizadora ou patrocinadora acrescida de uma designação distintiva atribuída, caso haja mais que uma UCM na mesma ESC.

- Sempre que uma UCM ultrapasse os trinta jovens, desdobra-se em duas UCM, sendo esse desdobramento o mais adequado ao prosseguimento das suas actividades.

- À Reserva Voluntária compete a verificação destes requisitos e comunicá-los ao GAMMA e ao Comandante do CCM. Compete-lhe ainda propor e desencadear a necessária autorização para o exercício da função de Comandantes de UCM, confirmados pelas Direcções do GAMMA e da Liga dos Reservistas e validados pela Marinha, nos termos do regulamento.

- À Reserva Voluntária compete ainda completar, através de parcerias com outras entidades, civis ou militares, o quadro dos Formadores e a formação dos colaboradores do CCM, nas áreas da formação consideradas necessárias.

- A autorização da Marinha para a constituição de uma nova Unidade de Cadetes do Mar bem como para a nomeação de um Comandante de UCM, formaliza-se através da validação pelo Comandante do CCM, da proposta do GAMMA e da Reserva Voluntária para a criação das UCM, bem como da proposta de nomeação do Comandante.

## **ADOÇÃO DE UM NAVIO DA ARMADA, UAM OU EMBARCAÇÃO DA AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL, POR UNIDADES DE CADETES DO MAR**

Cada Unidade de Cadetes do Mar pode escolher, ou um Navio da Marinha, operacional, de treino de mar ou musealizado, que adota, ou uma embarcação Salva Vidas, ou da Polícia Marítima (atribuídas às Capitánias), ou ainda um Navio atribuído ao Comando de Zona Marítima, e desenvolve um trabalho de es-

tudo do navio/embarcação, acompanhamento da sua actividade operacional e contacto com o seu Comandante e guarnição, incluindo visitas periódicas quando o navio/embarcação se encontra disponível para esse efeito.

Esta adopção e respectivos procedimentos são requeridos à Marinha, sendo por ela deferido quando apropriado. O Navio/embarcação ou UAM associada ao Museu, estabelecimento ou organismo nomeado para apoiar cada UCM, recebe periodicamente os Cadetes nas suas instalações e desloca militares relações-públicas à Escola para apoiar os trabalhos dos Cadetes de divulgação das suas missões, equipamento, historial e desempenhos, junto das suas comunidades de pertença.

### **ASSOCIAÇÃO A UMA CAPITANIA DE PORTO, SERVIÇO CÍVICO À COMUNIDADE NAVAL DESEMPENHADA PELOS CADETES**

Cada Unidade de Cadetes do Mar que se constitui, pode associar-se para efeitos de prestação de serviço cívico à comunidade marítima, à Capitania de Porto da Autoridade Marítima Nacional, mais próxima da sua sede, salvo se na sua região não existirem.

A associação de cada UCM a uma Capitania de Porto da sua região é indicada pela Autoridade Marítima Nacional, sendo igualmente acordadas com ela as actividades em que os Cadetes do Mar colaboram, nomeadamente na divulgação das suas missões, meios, historial e desempenho, junto da sua comunidade de pertença.

### **FORMAÇÃO INICIAL, CURSOS CERTIFICADOS, QUE HABILITAM À PROMOÇÃO A CADETE GRADUADO**

Os Cadetes do Mar Iniciados que frequentam uma UCM, têm acesso a uma formação geral ao longo do seu primeiro ano, sobre identificação de navios, profissões marítimas e tradições navais, que lhes possibilitam integrar-se na organização e instrução da sua Unidade e são integrados em cada ano escolar nos Cursos ministrados na sua Unidade, os quais são certificados por entidades reconhecidas no sector a que respeita o Curso, candidando-se quando preparados a uma avaliação por portefólio.

Todos os Cursos de formação graduada organizam-se segundo a metodologia de formação-ação e a modalidade de avaliação das competências adquiridas pelos Cadetes é a avaliação por Portefólio. Os documentos seleccionados para o Portefólio revelam as competências adquiridas pelo Cadete, na medida em que esses materiais vão ser imediatamente aplicados na divulgação das matérias estudadas, junto de outros Cadetes, de adultos da sua comunidade ou de colegas de Escolas, constituindo esta divulgação o seu serviço cívico à comunidade a que pertence.

A candidatura a cada um dos Certificados dos Cursos abaixo indicados, que validam a aprendizagem aplicada na prática, durante a aprendizagem que corresponde à formação graduada dos Cadetes do Mar, realiza-se para

o par de conhecimentos – aplicações práticas (competências), abaixo indicados:

| CONHECIMENTO DE:   | CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA DE:   |
|--|--|
| Defesa de Portugal no Mar, ontem e hoje Símbolos e figuras de identificação dos Portugueses                    | Guia Jovem de Museu (Associado a um grupo de Amigos de um Museu de Marinha / Marítimo) |
| Organização e Carreiras na Marinha. Missões dos Navios   | Relações Públicas de um Navio da Marinha   |
| Patrulhamento marítimo, Socorros a Náufragos, Assinalamento Marítimo, Polícia Marítima                         | Colaborador da Capitania do Porto  |
| Circuitos do Património Marítimo da região Sítios, monumentos, efemérides históricas                           | Voluntário do Dever da Memória   |
| Cultura de Defesa. Ameaças e Alianças, novas fronteiras  | Voluntário da Aliança Atlântica  |
| Direito Internacional e valores dos Direitos Humanos. Diplomacia dos Estados e equilíbrios mundiais            | Relações Públicas do Conselho de Segurança (ONU)                                       |
| Modelismo de Navios, associados à História Naval Portuguesa  | Modelistas de Navios e Heróis Marinheiros  |
| Marinharia. Segurança da Navegação   | Marinha de Recreio   |
| Carreiras Navais e Marítimas. Hierarquia e Comando das Forças Armadas. Símbolos e honras de Estado e Militares | Guias de Carreiras e Tradições Navais  |

São as seguintes as entidades que certificam os cursos de formação graduada, conducentes à atribuição de uma Graduação de competência na respectiva área de conhecimento:

- Guia Jovem de Museu: Certificado pelo Director do Museu de Marinha / Marítimo
- Relações Públicas do Navio: Certificado pelo Comandante do Navio
- Colaborador da Capitania do Porto: Certificado pelo Capitão de Porto
- Voluntário do Dever de Memória: Certificado pela Comissão Portuguesa de História Militar
- Voluntário da Aliança Atlântica: Certificado pela Comissão Portuguesa do Atlântico

- Relações Públicas do C.S. da ONU: Certificado pelo Instituto D. João de Castro
- Modelista de Navios e Heróis Marinheiros: Certificado pela Oficina de Modelismo
- Marinha de Recreio: Certificado pela Confraria Marítima de Portugal
- Guia de Carreiras e Tradições Navais: Certificado pelo CCM de Portugal

Caso algum curso aprovado e ministrado não tenha inicialmente ou temporariamente instituição certificadora reconhecida na matéria, será a Direcção de Instrução do CCM a emitir o respectivo certificado, após a prestação pública de provas pelo Cadete candidato e aprovação no curso emitida pelo júri.

O Portefólio individual de cada Cadete candidato à certificação e graduação, produzido em suporte de papel ou informático, será avaliado a pedido do Cadete, quando este se julgar preparado, mediante apresentação e defesa pública das competências desenvolvidas, perante um júri a que preside o Comandante da Unidade e integra o Formador do respectivo Curso, o Mestre ou um outro Formador da ESC qualificado na matéria, consoante for considerado mais adequado face às competências trabalhadas pelo Cadete candidato ao certificado.

Os Cadetes do Mar aprovados nos Cursos de formação graduada, recebem o respectivo certificado e passam a usar no emblema do CCM e sob o seu nome, uma estrela prateada, por cada curso certificado.

Podem ainda ser ministradas actividades náuticas e de marinharia na UCM, sempre que existam instalações e equipamentos adequados e estas sejam orientadas por um Militar da Marinha, um Patrão da Marinha de Recreio ou um Professor de Educação Física habilitado, ao serviço da ESC respectiva.

Ao longo do ano escolar e de acordo com as disponibilidades da Marinha, são organizadas visitas e embarque em Navios da Marinha, acesso ao contacto e observação de actividades do pessoal da Marinha, previstos no protocolo assinado entre a Marinha e o GAMMA para o apoio ao CCM de Portugal, bem como visitas a navios ou embarcações das Marinhas de Comércio e Recreio. Nestas actividades, planeadas pelo Director de Instrução com a Marinha e outras entidades, em articulação com os Comandantes das UCM, os Cadetes do Mar devem ser acompanhados pelo seu Comandante ou pelo Mestre e necessariamente por um formador da sua UCM. Estas actividades destinam-se a despertar vocações para a Marinha e outras entidades e podem integrar actividades de divulgação de carreiras navais ou ligadas ao Mar. As actividades realizadas nestas saídas da Escola, integram-se nos programas dos cursos disponibilizados aos Cadetes nas UCM que frequentam.

Os Cadetes do Mar Graduados, após obtenção dos certificados de competências referidos anteriormente, considerados pelo Comandante da sua Unidade, como adequados à sua progressão, podem ser por este convidados a exercerem as funções de Cadetes do Mar Instrutores, coadjuvando o Comandante, o Mestre e os Formadores, na formação dos Cadetes Iniciados da sua Unidade.

Os Cadetes do Mar que aceitam o convite para desempenharem as funções de Cadetes Instrutores, e enquanto desempenharem essa função, passam a usar no emblema do CCM e sob o seu nome, uma estrela dourada.

### **FORMAÇÃO ESPECIALIZADA. CURSOS PARA CADETES COM CERTIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS**

Os Cadetes do Mar Graduados, após obtenção dos diplomas de competências referidos no número anterior, considerados pelo Comandante da Unidade como adequados à sua progressão, podem candidatar-se à frequência em cada ano escolar, de um dos seguintes cursos de formação especializados, de entre aqueles que podem ser disponibilizados nas instalações na sua UCM, ou em instituições da sua comunidade de pertença:

- Curso de Voluntário da Defesa (Curso aprovado e certificado pelo Instituto de Defesa Nacional);
- Preparação para o Curso de Principiante (Curso que prepara para a candidatura a esse exame da Marinha de Recreio);
- Preparação para o Curso de Marinheiro (Curso que prepara para a candidatura a esse exame da Marinha de Recreio);
- Curso de Radioamador (Curso que prepara para a candidatura a esse exame, ministrado por associações de Radioamadores ou pelo Núcleo de Radioamadores da Armada);
- Guia Turístico do Museu de Marinha (Curso certificado pelo Serviço Educativo do Museu de Marinha);
- Curso de iniciação ao Socorrismo (Curso ministrado pelo Instituto de Socorros a Náufragos e certificado mediante o pagamento de inscrição);
- Módulos de instrução de Cursos e outras actividades de formação, no contexto do sistema profissional da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, nomeadamente ministrados na Escola de Fuzileiros (certificado pela Associação de Fuzileiros) e na Escola de Tecnologias Navais (certificado pela Liga dos Reservistas).

Os Cadetes certificados como “Voluntários da Defesa” podem orientar nas suas Escolas ou Clubes os Cursos para jovens Voluntários da Defesa, ministrados nas Componentes Curriculares Disciplinares nas Escolas, nos termos que resultarem do desenvolvimento do conteúdo do protocolo assinado em 15 de novembro de 2012 entre os Ministérios da Defesa Nacional e da Educação e Ciência, com vista à promoção da Educação para a Cultura de Segurança e Defesa. As actividades cívicas são orientadas por Instrutores do CCM e da ESC qualificados e a componente teórica é leccionada por Auditores, Jovens Auditores e Reservistas Voluntários, com frequência de curso específico do IDN, ou pelo Comandante da UCM. Os Cadetes aprovados são certificados pela Liga dos Reservistas, como “Voluntários da Defesa”.

Os Cadetes do Mar que frequentam Cursos Especializados, passam a usar no emblema do CCM, e sob o seu nome, ao centro, um distintivo de especialização.

## CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES NAS UNIDADES DE CADETES DO MAR

A educação dos Cadetes do Mar compreende a formação Inicial, as actividades vocacionais para as carreiras Navais e Marítimas (formação graduada) e a formação Especializada.

A Formação inicial é ministrada nas Escolas, Colégios, Clubes do Mar e Associações congéneres aderentes e constituída por Cursos de inscrição voluntária de grupos de Cadetes (4 a 7), sobre temas de identidade nacional, segurança e defesa de Portugal, relações internacionais, história naval e de Portugal, missões e equipamento da Marinha e dos navios, valorização do património local enquanto dever de memória, segurança no Mar, e ainda actividades náuticas quando existam na ESC.

A convite das Escolas, os Reservistas Formadores e os Cadetes “Voluntários da Defesa” podem orientar a Formação dos alunos interessados, através do ensino do “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, integrado na área de Cidadania e Desenvolvimento ou na componente curricular disciplinar aprovada pelos órgãos de gestão do estabelecimento de ensino ou pelo Ministério da Educação, em uma ou mais Disciplinas adequadas ou na Componente Curricular Complementar, nomeadamente nos cursos Vocacionais e Profissionais, ao abrigo do estipulado na Lei n.º 174/99 “integração da temática da defesa nacional em curricula escolares e da condução de acções de sensibilização e divulgação do papel da defesa nacional e das Forças Armadas”. Esta prática foi regulamentada na sequência do trabalho do Despacho Conjunto do Ministério da Defesa Nacional e da Educação n.º 267/99 e foi objecto de actualização no protocolo assinado em 15 de novembro de 2012, entre os Ministros da Defesa e da Educação.

A formação vocacional inclui a identificação de navios, o conhecimento das carreiras navais e marítimas, a marinharia e actividades náuticas quando disponibilizadas pela ESC respectiva e o treino do Cerimonial Naval que permita integrar os Cadetes nas actividades nacionais e militares organizadas anualmente.

A formação vocacional inclui ainda a deslocação calendarizada, de visitas, embarques em Navios da Marinha e serviços cívicos nas Capitánias de Porto, os quais são planeados pelo Director de Instrução em articulação com o Comandante de cada UCM e coordenadas a nível nacional pelo Comandante do CCM.

A Formação Especializada para os Cadetes do Mar mais antigos, realiza-se em horários a acordar com os formadores especialistas das ESC, do CCM ou mediante protocolos do GAMMA ou da Liga dos Reservistas, com instituições e serviços adequados.

### ACTIVIDADES DE CERIMONIAL NAVAL

As actividades de treino do Cerimonial Naval decorrem nos dias de instrução, nas Escolas, junto a um mastro naval, ou preferencialmente numa U/E/O ou Capitánia de Porto, se a distância àquelas unidades o aconselha,

conforme calendário a estabelecer pelo Comandante da UCM com o Comandante, Diretor ou Capitão de Porto respetivo.

### **ACTIVIDADES NO MUSEU DE MARINHA E ESCOLAS DA MARINHA E DA AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL**

Os Cadetes do Mar que se candidatam às actividades de formação especializada, realizam as actividades de formação no Museu de Marinha ou nas Escolas de Formação da especialidade, conforme calendário estabelecido pelo Director de Instrução do CCM.

Os Cadetes do Mar que frequentam a formação de Guias do Museu de Marinha, da Fragata D. Fernando II e Glória ou do Submarino Barracuda, ou já obtiveram nela aprovação, podem ser convidados pelo Museu, em períodos que não colidam com as suas actividades escolares, enquanto actividade de intervenção na comunidade, a realizarem visitas guiadas ao Museu e Navios musealizados, para convidados com faixas etárias adequadas ou delegações estrangeiras, conforme calendário a estabelecer com o Director do Museu de Marinha.

### **VISITAS A NAVIOS, ESTABELECIMENTOS DA MARINHA, MUSEUS DE MARINHA E EXPOSIÇÕES**

Os Comandantes das UCM devem proporcionar periodicamente visitas ao Navio da Marinha ou embarcação da Autoridade Marítima Nacional adotado pela sua Unidade, bem como contactos dos Cadetes com o Comandante e Guarnição do Navio e tripulações das embarcações, articulando esta actividade de proximidade com o Comandante do Navio ou com o Capitão do Porto.

Os Comandantes das UCM devem também programar visitas dos Cadetes da sua Unidade a outros Navios de Guerra, nacionais e estrangeiros, a Navios das Marinhas de Comércio e de Recreio, nacionais e estrangeiros e a estabelecimentos da Marinha e Autoridade Marítima Nacional em terra.

A exposição permanente do Museu de Marinha, os seus pólos museológicos e as suas exposições temporárias devem também ser visitadas pelas Unidades, incentivando-se a actividade de pesquisa no espólio, relacionado com os conteúdos de Cultura de Defesa e Causas do Mar, mais do que a visita guiada geral, tradicional.

O Estado Maior da Armada proporciona, na medida das suas disponibilidades, a estadia de Cadetes do Mar em Navios operacionais, de treino de mar e musealizados da nossa Marinha, durante os fins de semana ou nas férias escolares, quando os primeiros se encontram atracados na Base Naval de Lisboa (Programa “Um Dia a Bordo”), ou eventualmente neles embarcando, durante uma curta saída desses navios para o Mar. Esta actividade autorizada pelo Protocolo assinado entre a Marinha e o GAMMA, é coordenada entre o Director de Instrução do CCM e o Comandante do CCM. O Director de Instrução estabelece o escalonamento dos embarques dos Cadetes nos Navios da Marinha disponíveis, em articulação com os Comandantes das UCM.

## ASSOCIAÇÃO DA UCM COM A CAPITANIA DE PORTO MAIS PRÓXIMA

A Autoridade Marítima Nacional aconselha a escolha da Capitania de Porto mais próxima de cada UCM, a fim de que os seus Cadetes do Mar aí desenvolvam periodicamente actividades de serviço cívico à comunidade naval, nomeadamente divulgação, valorização junto da sociedade civil e quando adequado participação nas actividades de fiscalização, policiamento marítimo, assinalamento à navegação e divulgação do salvamento marítimo.

## INTERCÂMBIOS DO INTERNATIONAL SEA CADET ASSOCIATION (ISCA)

O GAMMA representante de Portugal no ISCA, programa e divulga pelas UCM as actividades desenvolvidas por cada país, coordenando o Director de Instrução a participação nelas de cada UCM, em articulação com o respectivo Comandante.

## DIVULGAÇÃO DAS CARREIRAS LIGADAS AO MAR

A Marinha Portuguesa divulga as suas carreiras navais no CCM e nas UCM, de acordo com as suas necessidades e interesses, em articulação com calendário a definir anualmente com o Director de Instrução.

O Director de Instrução coordena com a Escola Superior Náutica, as Escolas de Mestrança e Marinhagem e outras instituições de formação de profissionais ligados ao Mar, a divulgação das respectivas funções e carreiras, no CCM e nas UCM.

## COMANDO DO CORPO E DAS UNIDADES DE CADETES DO MAR

O Almirante CEMA é, a título honorífico, o Comandante Chefe do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal, tendo aceiteado este convite do GAMMA em 25 de outubro de 2010. Por sua delegação e por inerência de funções, exerce o cargo de Comandante do CCM, o Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória.

O Comandante em exercício do CCM, Comandante da Fragata D. Fernando II e Glória, é coadjuvado por um Oficial superior da Marinha, na reserva fora da efectividade de serviço ou na reforma, sócio do GAMMA ou da Liga dos Reservistas de Portugal – Reserva Voluntária, que tem por função o planeamento e a supervisão das actividades dos Cadetes do Mar, em articulação com os Comandantes das UCM. Esta actividade é submetida a aprovação final do Comandante do CCM. O Oficial que coadjuva o Comandante do CCM é indicado pelas Direcções do GAMMA e da Reserva Voluntária e tem a designação de Director de Instrução do CCM.

O Director de Instrução do CCM poderá, assim que se justifique, propor para o coadjuvar um sócio do GAMMA ou da Liga dos Reservistas de Portugal, oficial da Marinha na situação de reserva fora da efectividade de serviço

ou na reforma ou Oficial da Marinha Mercante com idêntica disponibilidade, indigitado pelo GAMMA e pela Reserva Voluntária, que será o Subdirector de Instrução do CCM.

Os Comandantes das UCM são Oficiais ou Sargentos da Marinha do Quadro Permanente, na situação de reserva fora da efectividade de serviço e reforma, Oficiais e Sargentos licenciados da Reserva Naval, Reserva Marítima, Serviço Militar Obrigatório, Regime de Contrato, Regime de Voluntariado ou Oficiais da Marinha Mercante, com idêntica disponibilidade, que a título voluntário e gracioso assumem esse comando, nos termos e com as funções estipuladas em regulamento próprio. São necessariamente sócios do GAMMA, da Reserva Voluntária ou associados à ESC respectiva. Reportam no domínio da actividade operacional ao Director de Instrução e no domínio da actividade administrativa à Direcção da ESC a que estão ligados.

Em cada UCM pode existir, sempre que possível, um Mestre da Unidade, que coadjuva o Comandante e pode ser desempenhado por um Sargento da Marinha na reserva fora da efectividade de serviço ou na reforma, por um Marítimo da categoria da Mestrança da Marinha Mercante, ou por um Patrão da Marinha de Recreio, convidados pelo Comandante da UCM respectiva.

É da competência de cada Núcleo Concelhio da Reserva Voluntária ou, caso não exista, de cada ESC legitimada para o efeito por protocolo com o GAMMA ou com a Liga dos Reservistas, criar uma ou mais UCM, promover a adesão voluntária de um Comandante e sempre que possível de um Mestre, para cada uma das Unidades que tem à sua responsabilidade, ou procurar garantir o desempenho dessas duas funções com o apoio da Direcção de Instrução, em caso de vacatura. O Comandante e o Mestre podem exercer essa função em mais do que uma UCM. O Comandante do CCM, usando da competência delegada pelo Comandante Chefe do CCM, confirmará as nomeações dos Comandantes das UCM.

## FORMADORES DAS UNIDADES DE CADETES DO MAR

Os formadores dos Cursos de Iniciação dos Cadetes do Mar são os Comandantes das suas Unidades, os Reservistas Voluntários da sua comunidade, e ainda os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional ou Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, os associados da Juventude Portuguesa do Atlântico, os Professores das Disciplinas que integram estes conteúdos, bem como os associados com formação adequada das associações cívicas ou patrióticas que sustentam o CCM, os quais, em regime de voluntariado cultural se disponibilizam. Todos os formadores são convidados e preparados pelo Comandante da respectiva UCM.

Os formadores para as actividades de Identificação de Navios e Cerimonial Naval são os Comandantes da respectiva UCM, coadjuvados pelo Mestre, quando adequado, ou ainda a pedido poderão ser outros formadores qualificados, designados pelo Director de Instrução.

Os formadores das Unidades de Cadetes do Mar para as Actividades Náuticas, Marinharia e Segurança a bordo, serão os professores de Educação Física habilitados, disponibilizados pelas ESC, os quais terão de possuir um certificado de habilitação apropriado ou currículo relevante comprovado, confirmados a todo o tempo pelo Director de Instrução.

Os formadores dos Cursos associados à Segurança, Defesa e Direito Internacional são, os Auditores dos Cursos de Defesa Nacional ou Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, os associados da Juventude Portuguesa do Atlântico, os Professores das Disciplinas que integram estes conteúdos, ou na ausência destes, o Comandante da Unidade de Cadetes do Mar respectiva.

Os formadores dos Cursos relacionados com a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional, são o Comandante da sua UCM coadjuvado pelo Mestre respectivo, quando adequado, ou ainda os Militares da Marinha que prestam serviço nos Navios, Escolas ou Capitánias, e são designados pela Marinha e pela Autoridade Marítima Nacional para desempenharem essas funções de acompanhamento da actividade dos Cadetes do Mar.

Os formadores dos Cursos certificados por instituições da sociedade civil, públicas ou privadas e associativas, são os técnicos que aí prestam serviço, designados para acompanharem os Cadetes do Mar nas visitas às suas instalações e orientarem os seus trabalhos de serviço cívico à comunidade, reunindo com eles na sua ESC ou preferencialmente nos locais de trabalho dos formadores, quando os Cadetes possam aí deslocar-se a coberto do seguro escolar, com autorização prévia do Conselho Pedagógico.

Os formadores dos Cursos Especializados são técnicos que a ESC convida, que residam na área mais próxima da UCM e que possuem as melhores habilitações e experiência requeridas para a condução das actividades avançadas, os quais devem sempre possuir um certificado de reconhecimento oficial da sua habilitação para a área a que os Cadetes do Mar se candidatam.

## **COMPROMISSOS COM INSTITUIÇÕES QUE SUSTENTAM A FORMAÇÃO AVANÇADA**

O GAMMA e a Reserva Voluntária, acordaram com o Instituto de Defesa Nacional (IDN), sempre que as circunstâncias o permitam em cada UCM, a criação conjunta pelo IDN e pelo CCM, de Cursos para jovens Voluntários da Defesa, para os Cadetes do Mar, já autorizado por Despacho do Ministro da Defesa Nacional em 12 de setembro de 2011.

O GAMMA e a Reserva Voluntária garantem a sua sustentabilidade com o apoio do IDN, com conteúdos idênticos aos do Curso de Defesa para Jovens, já ministrado pelo IDN, mas vocacionado para formar para a Identidade Nacional, para a Cultura de Segurança e Defesa e para a compreensão da Ordem Internacional, jovens dos 10 aos 25 anos, integrados no projecto dos Cadetes do Mar de Portugal. Os formadores qualificados para estes cursos são os Au-

ditores dos Cursos de Defesa Nacional, os Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, os Formadores do Corpo de Cadetes do Mar, bem como os Militares da Marinha autorizados pelo Estado Maior da Armada, os quais frequentam formação específica no IDN para o desempenho daquelas funções, de acordo com a análise do seu currículo profissional e académico.

O GAMMA e a Reserva Voluntária vêm estabelecendo protocolos com instituições especializadas ligadas ao Mar e à cidadania portuguesa, com vista a proporcionar Cursos de Graduação e de Especialização com certificações reconhecidas e prestigiadas, nas UCM das Cidades onde actuam estas instituições.

### JOVENS, CONDIÇÕES DE INTEGRAÇÃO NAS UCM E NO CCM

Os jovens que pertencem a uma ESC que sustenta uma ou mais UCM, e que a título voluntário declarem aderir às finalidades e se comprometam a cumprir o estipulado no regulamento, serão selecionados de acordo com os critérios internos definidos pela Direcção da sua ESC, e terão sempre que cumprir os seguintes requisitos gerais de ingresso e manter essas mesmas condições, enquanto participarem no CCM:

- Comprovarem a nacionalidade portuguesa;
- Frequentarem a escolaridade obrigatória a tempo inteiro ou estudos graduados;
- Recusarem a posse ou uso de qualquer droga;
- Manterem o seu registo criminal sem qualquer condenação judicial;
- Revelarem condições físicas e psíquicas que lhes possibilitem frequentar atividades de ordem unida, de desportos náuticos ou físicos e de embarque em navios da Marinha, adequados à Unidade em que se pretendem integrar;
- Efetuarem pontualmente o pagamento da sua quotização ou inscrição, respectivamente na ESC a que estão ligados, quando haja, no(s) Curso(s) iniciais ou especializados(s) em que se tenham inscrito.

### JOVENS, CONDIÇÕES DE FREQUÊNCIA DAS UCM E DO CCM

O direito à frequência do CCM pelos jovens que voluntariamente nele se integraram implica, para além da manutenção escrupulosa do cumprimento das condições que determinaram a sua aceitação, o cumprimento cumulativo dos seguintes procedimentos:

- Cumprir as orientações do Comandante do CCM, do Director de Instrução, do Comandante da sua UCM e dos Formadores e Instrutores com funções atribuídas na UCM;
- Aprender e assumir os procedimentos do cerimonial naval durante as atividades do CCM;
- Adotar em todas as circunstâncias trato civilizado com todos os atores intervenientes;

- Não transportar ou consumir durante as actividades do CCM, tabaco, álcool, nem se fazer acompanhar durante as actividades, de aparelhos electrónicos pessoais ou outros quaisquer objectos que distraiam os Cadetes das suas tarefas e aprendizagens.

O incumprimento de qualquer destas normas dá lugar à imediata cessação da frequência das actividades no CCM decidida pelo Comandante da UCM a que o Cadete do Mar que esteja em situação de incumprimento pertencer, de forma temporária ou permanente. No caso de pedido de reingresso, sempre que tenha sido determinada a cessação permanente da frequência, este poderá ser apreciado favoravelmente pelo Director de Instrução do CCM, de acordo com compromissos negociados de forma articulada com o Comandante da UCM e o jovem em causa.

O Comandante da UCM tem competência disciplinar exclusiva sobre os Cadetes do Mar que frequentam a sua UCM. Isto significa que em situação de não cumprimento por qualquer Cadete do Mar da sua Unidade, das finalidades expressas através de comportamentos ou atitudes que o revelem, o Comandante tem em exclusivo os poderes de determinar o momento em que cessa a frequência pelo Cadete em causa, da totalidade das actividades do CCM. Isto independentemente de qualquer outra responsabilidade escolar ou judicial por actos praticados.

O Director de Instrução tem idêntica competência disciplinar aos Comandantes das UCM, relativamente ao comportamento dos Cadetes do Mar em actividades que não se confinem exclusivamente ao âmbito da sua Unidade.

## **SEGURANÇA**

As normas de segurança a adoptar em todas as actividades do CCM e das UCM, estão contidas no documento Normas de Segurança do CCM. Nas EDU é o seguro escolar que cobre.

## **CONSENTIMENTO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**

Os jovens candidatos à admissão numa UCM, terão de apresentar devidamente preenchido e assinado pelo seu Encarregado de Educação, o documento de consentimento da frequência das actividades do CCM, em modelo próprio.

## **SEGUROS**

Cada UCM, através da ESC que a sustenta, assegura aos Cadetes do Mar que a integram, um seguro que cubra os riscos correspondentes às actividades desenvolvidas pelo CCM, de acordo com as normas estabelecidas em documento próprio.”

## **PROGRAMA “UM DIA A BORDO DE UM NAVIO DA MARINHA”. INSTRUÇÃO NAVAL DOS CADETES DO MAR COM O APOIO DA MARINHA**

### **“Justificação do Programa:**

Os Cadetes do Mar de Portugal têm desenvolvido ao longo da última dé-

cada, um conjunto de visitas a Navios da Marinha atracados na Base Naval de Lisboa, com a respetiva autorização e sem custos para a Marinha, segundo vários modelos de visita, que têm obtido o apoio e concordância dos Comandantes dos respectivos Navios. O objectivo destas visitas tem vindo a ser estudado e aperfeiçoado e destina-se a sensibilizar os jovens Cadetes do Mar das Escolas que participam, para a vida a bordo de um militar da Marinha. Realizam para tal actividades que os integrem em funções exercidas pelo pessoal da guarnição e participam a bordo, nos diferentes espaços funcionais do navio, em actividades que lhes permitem aprender as missões atribuídas aos Navios da Marinha e as funções dos órgãos e serviços a bordo que cumprem essas missões com qualidade e eficiência.

Em Portugal existem já em funcionamento mais de uma dezena de Unidades de Cadetes do Mar, que enquadram uma centena de jovens voluntários nas Escolas e Clubes de Mar. Tal número de Cadetes já em formação em diferentes regiões do país e a perspectiva do seu crescimento progressivo, aconselham a que estas visitas possam assumir um carácter mais organizado e planeado com antecipação, de modo a envolver todos os nossos jovens nestas experiências tão promissoras para a divulgação da Marinha e suas missões, mas também de forma a que não prejudiquem as rotinas e funções das guarnições dos nossos navios, nos dias em que estão atracadas na Base Naval.

Este programa contempla dois tipos de visita a Navios atracados na Base, prevendo dois níveis de progressão com envolvimento diferenciado dos Cadetes do Mar que os frequentam. Um programa de embarque apenas de uma tarde (14h00 até ao arriar da Bandeira), aos Sábados ou aos dias de semana, para Cadetes iniciados (primeiro ano de instrução dos Cadetes), para grupos de 7 a 14 Cadetes, acompanhados por dois instrutores e um professor da Escola/Clube do Mar a que pertencem. Um segundo programa de embarque de 24 horas a bordo (embarque Sábado à tarde e saída no Domingo ao fim da manhã, com pernoita a bordo), para Cadetes Graduados, para um grupo não superior a 10 Cadetes, acompanhados também por dois instrutores e um professor da Escola/Clube do Mar.

Não há custos envolvidos para a Marinha.

Os programas de embarque são acordados com a Marinha com pelo menos duas semanas de antecedência e o Comando Naval indica, caso a caso, a disponibilidade do Navio ou a eventual alteração de data. São feitos contactos informais prévios com os Comandantes dos Navios, pelo que é obtido o seu acordo relativo aos programas propostos.

## 5. EVOLUÇÃO DOS CADETES DO MAR EM PORTUGAL DA FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO PARA A FASE DE EXPANSÃO

Através da evolução do crescimento e de expansão territorial das Unidades de Cadetes do Mar nos últimos anos, é possível revelar os seus efeitos na crescente confiança que a Marinha foi depositando nas associações da sociedade civil que juntam Marinheiros Reservistas, já fora do serviço activo, a colaborarem no projeto dos Cadetes do Mar em Portugal. Estas associações, através do trabalho de divulgação das nossas Marinhas, junto dos jovens nas Escolas, conseguiram contribuir para a execução de um outro desígnio nacional ainda de maior amplitude: Colaborarem na reaproximação das Forças Armadas com a sociedade civil de onde emanam.

Assim, os militares Reservistas, após o seu contrato cumprido no serviço activo, ao colaborarem de novo com as Unidades Militares da sua região de pertença, conseguem proporcionar visitas e contactos das populações civis onde se inserem, com os Navios, os Regimentos, as Escolas Militares ou as Capitánias da zona, bem como com os Militares do ativo que nelas prestam serviço, proporcionando o seu conhecimento e granjeando o seu apreço, ao tomarem contacto direto com as missões, os meios e os desempenhos das nossas Forças Armadas, que são o garante da segurança dessas mesmas populações e a primeira linha da defesa dos interesses do nosso país.

Vamos revelar esse percurso de reconhecimento e legitimação, dando a conhecer excertos dos Planos de Atividades dos Cadetes e o apoio crescente que obtiveram da Marinha, entre 2014 e 2017.

Em 2014, o Plano de Atividades dos Cadetes descrevia assim a situação do seu projeto:

“O Corpo de Cadetes do Mar de Portugal inicia o seu quinto ano de actividade em Portugal, vivendo um processo de transição, de uma primeira fase de institucionalização no país, com oferta formativa limitada à região da grande Lisboa, para uma segunda fase de alargamento da sua oferta formativa e de divulgação da Marinha, a Escolas fora da área da grande Lisboa.

Com efeito consideramos concluída a fase de institucionalização em Portugal deste projecto mundial de educação cívica dos jovens Cadetes do Mar.

Então, à semelhança da maioria dos países nossos aliados na sociedade ocidental, pedimos nós também, no final do ano escolar transacto, o apoio da Marinha para que retome o contacto com os seus Quadros Permanentes na Reforma, e ainda com os Reservistas da Marinha, Oficiais e Sargentos já separados do serviço, do antigo SMO e dos Regimes de Contrato e Voluntariado, espalhados pelo país, a fim de os convidar a colaborarem de novo com a Defesa de Portugal, participando agora em regime de voluntariado cultural não remunerado, nos seus tempos livres e nas Cidades onde habitam, apoiando a educação para o Patriotismo e a formação para a Cultura de Defesa e Causas do Mar dos jovens das Escolas que se inscrevam nos Cadetes do Mar.

A receptividade da Marinha a esta proposta foi francamente favorável e estimulante, e tal apoio explicitado incentivou-nos a abrir novas Unidades de Cadetes do Mar, respondendo aos pedidos de Escolas em Aveiro, no Porto, na Amadora, no Montijo e em Lagos.

O GAMMA disponibilizou os seus formadores para apoiarem os contactos a desenvolver nessas cidades e para divulgarem nas Escolas que aderiram ao projecto, os recursos didácticos disponíveis. No entanto, situando-se algumas cidades muito afastadas das áreas metropolitanas de Lisboa, onde estão sediadas e actuam as 12 associações da sociedade civil que sustentam as Unidades de Cadetes do Mar, não foi exequível serem os formadores destas associações a conduzirem a instrução mensal requerida para a preparação dos jovens Cadetes do Mar nessas Escolas.

Nos termos do protocolo em referencia, solicitou-se à Marinha, em devido tempo, o desenvolvimento de diligências no sentido de autorizar o apoio institucional e o acesso às suas instalações e navios, da Zona Marítima do Norte e da respectiva Chefia do Departamento Marítimo, Capitania de Porto, Comandos da Polícia Marítima, Assinalamento Marítimo e Estações Salva Vidas abrangidas, relativamente aos portos de Aveiro e Porto, bem como de idênticos serviços na Zona Marítima do Sul, relativamente a Lagos.

Para o efeito o Contra-almirante Bossa Dionísio, Director da Comissão Cultural de Marinha, à época, obteve anuência da Autoridade Marítima Nacional para o efeito, pelo que decorreu a bom ritmo o estabelecimento dos apoios solicitados.”

Em 2016, o Plano de Atividades dos Cadetes fazia o seguinte balanço:

“No ano escolar findo frequentaram a formação nas Escolas, 150 Cadetes, envolvendo 14 Escolas e Clubes de jovens, tendo participado como formadores, dirigentes e Comandantes de Unidades de Cadetes, mais de sessenta adultos em voluntariado cultural, originários das vinte instituições e associações da sociedade civil que sustentam o projecto dos Cadetes do Mar e Cadetes do Exército nas Escolas, de norte a sul do nosso país.

Durante o ano escolar transacto o Corpo de Cadetes do Mar de Portugal (CCM) iniciou com sucesso a sua nova fase de expansão de Unidades de Cadetes do Mar, para regiões costeiras mais afastadas da grande Lisboa, região esta onde nos primeiros cinco anos organizou Clubes de Mar em Escolas e Clubes de jovens, sustentados pelas associações da sociedade civil parceiras, todas sediadas nesta região.

Com efeito, teve sucesso a formação de novos Cadetes do Mar na zona de Aveiro, através da adopção da Capitania do Porto por uma nova Unidade na Escola de Cacia. Foi para tal assinado protocolo entre as duas instituições referidas e ainda pelo Museu Marítimo de Ílhavo, pela Câmara Municipal de Ílhavo e pela Empresa Pascoal SA, proprietária do veleiro Santa Maria Manuela. Os jovens Cadetes iniciaram um ambicioso programa de formação orientado pelas três citadas instituições marítimas da região.

Já existe então em Portugal, de há seis anos a esta parte, experiência casuística bem sucedida de desenvolvimento do programa mundial do In-

ternational Sea Cadet Association nas Escolas Portuguesas. As primeiras Unidades de Cadetes funcionaram como verdadeiros laboratórios experimentais, supervisionados, avaliados e regulados, de modo a sustentar a institucionalização de uma rede nacional, que poderá num futuro próximo ser expandida às Escolas das cidades mais afastadas de Lisboa, que manifestem interesse e tenham sediada na sua cidade ou região, um organismo da Marinha ou da Autoridade Marítima Nacional, nomeadamente, uma Base Naval, uma Capitania de Porto, um Navio em permanência atribuído ao respectivo Comando de Zona Marítima, uma Escola da Marinha ou um Museu de Marinha.

Estão também criados, o enquadramento legal necessário e os incentivos de instituições ao mais alto nível, condições imprescindíveis para a institucionalização e alargamento a mais escolas do país, destes Clubes de Mar, que organizam uma ou mais Unidades de jovens Cadetes do Mar da sua Escola.

Pretende-se reunir as três condições necessárias para, em qualquer localidade marítima ou região do território português, iniciar a cativação de jovens para o compromisso com a divulgação e valorização das missões da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, das suas carreiras e dos deveres dos cidadãos para com a Defesa da sua Pátria, através do projecto dos Cadetes do Mar nas Escolas:

- A presença na cidade de um organismo da Marinha ou da Autoridade Marítima Nacional;
- a adesão de uma Escola da cidade ao projecto dos Cadetes, criando um Clube de Mar;
- e uma associação de Marinheiros ou de Reservistas da Marinha na cidade, que disponibilize formadores voluntários e com Cultura Naval e de Defesa Nacional, para enquadrarem a ligação dos jovens Cadetes aos organismos da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional da sua cidade, quando se inscrevam nos Clubes do Mar das suas Escolas.

Um primeiro grupo de antigos militares da Marinha, Reservistas do Regime de Contrato, R.C. e R.V., ou ainda do antigo S.M.O., já fora do serviço activo, começaram desde o início a colaborar connosco, de forma voluntária e graciosa, na sustentação dos Cadetes do Mar, exercendo funções de Comandantes de Unidades de Cadetes e de Formadores, mas pelo facto de colaborarem a título pessoal não eram portadores de estatuto institucional que lhes permitisse participarem, como representantes da instituição parceira, nos protocolos necessários à institucionalização das Unidades de Cadetes nas Escolas.

O Corpo de Cadetes do Mar necessita então de contar com a colaboração, fora da área da grande Lisboa, destas associações de Reservistas da Marinha (Oficiais, Sargentos e Praças), que já não estando ao serviço activo no seu Ramo, se organizem, disponibilizando algum do seu tempo livre para se encontrarem com os jovens da cidade onde habitam e transmitirem-lhes a sua experiência ao serviço da Pátria; e para os acompanharem a conhecer

e divulgar, os meios e as missões dos Ramos das Forças Armadas que têm presença na sua região.

Como condição prévia a esta iniciativa é a aprovação e conseqüente legitimação dos núcleos de Reservistas da Marinha pelo Almirante CEMA, os quais nos propomos ajudar a criar e apoiar, sempre que não existam já na região associações de Marinheiros que garantam a disponibilização dos formadores voluntários de que necessitamos para a instalação de novas Unidades de Cadetes.

Estimulados pelos incentivos expressos pela Marinha e Autoridade Marítima Nacional, ao mais alto nível, considera o GAMMA que chegou o momento decisivo do CCM alargar a sua área de oferta de formação a Escolas fora da zona da grande Lisboa, apoiadas pelas instituições da Marinha e Autoridade Marítima Nacional que atuam de Norte a Sul, ao longo da nossa costa.

Uma Escola em Ponta Delgada, Açores, manifestou interesse em organizar uma nova Unidade de Cadetes do Mar. Uma nova Escola em Aveiro, desenvolveu connosco contactos, no mesmo sentido. No entanto, situando-se estas localidades, muito afastadas das áreas metropolitanas de Lisboa, onde estão sediadas e actuam as 12 associações da sociedade civil que sustentam as Unidades de Cadetes do Mar, não é exequível serem os formadores destas associações a conduzirem a instrução mensal requerida para a preparação dos jovens Cadetes do Mar.

Assim, nos contactos já desenvolvidos com as instituições candidatas, o Corpo de Cadetes do Mar disponibilizou toda a informação e reuniu com essas entidades nas suas localidades, passando-lhes a experiência já adquirida, e em especial incentivou-as a que convidem para colaborar, Reservistas da Marinha da sua zona, de modo que se constitua uma primeira bolsa de formadores locais, para sustentarem as novas Unidades a criar, constituindo para o efeito Núcleos de Reservistas locais.

Falta então criar, fora da área da grande Lisboa, estes Núcleos de Reservistas da Marinha e do Exército (Oficiais, Sargentos e Praças), que já não estando ao serviço activo no seu Ramo, se organizem, disponibilizando algum do seu tempo livre: para se encontrarem com os jovens da cidade onde habitam e transmitirem-lhes a sua experiência ao serviço da Pátria; e para os acompanharem a conhecer e divulgar, os meios e as missões do Ramo das Forças Armadas que tem presença na sua cidade.

Muito importante é a autorização para os Reservistas voltarem a envergar os uniformes com os galões ou divisas que já usaram no serviço ativo, incentivando-os a aderirem ao convite a associarem-se nos Reservistas, na medida em que esta atitude lhes transmita a confiança do seu Ramo na capacidade de eles representarem condignamente a imagem da instituição militar, junto das comunidades onde actuam, quer nas cerimónias públicas em que participarem a comandar os Cadetes, quer nas visitas às Escolas da sua comunidade de pertença, transmitindo a imagem e a mensagem da Marinha, ou ainda nos intercâmbios no estrangeiro onde representarem o

seu país, junto dos Reservistas das outras nações nossas aliadas, também eles uniformizados.

Eis-nos assim a aproximar-nos do cerne da tomada de decisão refundidora do estabelecimento da ligação que vem faltando, entre a sociedade civil e as suas Forças Armadas, que leva ao fortalecimento do vínculo do cidadão com a Defesa da sua Pátria. ”



## Parte II

# A RESERVA VOLUNTÁRIA EM PORTUGAL

### INTRODUÇÃO

O International Sea Cadet Association e os Cadetes do Mar em Portugal, que acabamos de descrever na Parte I deste Caderno, são sólida e crescentemente sustentados por uma rede de organizações nacionais, fundadas e geridas por associações da sociedade civil ligadas à cultura de Defesa e às Forças Armadas, que têm objectivos em comum e mobilizam os seus associados para o trabalho de voluntariado cultural gracioso, sempre legitimado por protocolos de reconhecimento de um Ramo das Forças Armadas, instituições por muitos consideradas como o último garante da unidade nacional e guardiãs do primado do interesse nacional.

São estes aliás os compromissos que também em Portugal os nossos concidadãos têm por dever cívico assumir nas suas comunidades, em defesa do primado dos interesses de Portugal, valor mais alto estabelecido no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, desde que ele existe. Este texto é assumidamente em Portugal o código ético dos formadores dos jovens Cadetes nas Escolas, como acima explicitámos.

Nestes últimos dez anos, a entidade fundadora do Corpo de Cadetes do Mar em Portugal, o GAMMA, estabeleceu parcerias com associações afins que se dedicam a identificar nas Escolas do país, dinâmicas convergentes, com as quais se consiga fazer aprovar Unidades de Cadetes do Mar. Através dos protocolos assinados com a Marinha é possível reaproximar as Forças Armadas da Nação, junto dessas comunidades, fazendo chegar aos alunos interessados e às suas comunidades, informação e formação pertinentes sobre as matérias de Identidade Nacional, da cultura de Defesa, das causas do Mar e das novas oportunidades trazidas pelo alargamento das nossas águas e solos marinhos, que é urgente recuperar no imaginário colectivo dos Portugueses, reconciliando-os de novo com o Mar.

Sendo estas as finalidades comuns às organizações parceiras, dispomos a trabalhar com tantas Escolas que o desejem, quantas a nossa capacidade de recursos humanos o permita. Acontece que, quando começámos, as nossas associações parceiras se situavam maioritariamente dentro das duas grandes metrópoles de Lisboa e Porto, não conseguindo os nossos voluntários responder assim a apelos de Escolas mais afastadas desses centros urbanos.

Esta é a razão pela qual as associações parceiras, que sustentam em Portugal os jovens Cadetes nas Escolas, lançaram em 28 de abril de 2013 um “Apelo aos Reservistas de Portugal”, inseridos nas suas comunidades de pertença espalhados por todo o país, para que se juntem a este movimento patriótico, dispondo de algum do seu tempo livre para trabalharem nas Escolas com os jovens portugueses, estes valores que nos unem.

Regularmente também vimos convidando dirigentes dos Reservistas estrangeiros, primeiro da Grã-Bretanha, país já com 150 anos de experiência neste domínio, depois dos Estados Unidos e mais recentemente da França, para nos testemunharem as suas práticas bem-sucedidas de colaboração voluntária dos seus Reservistas na formação patriótica dos jovens das suas próprias comunidades.

Recebemos na nossa primeira jornada de 2013 o apoio expresso dos Estados Maiores da Armada e do Exército, que consiste em valorizarem simbolicamente este contributo dos Reservistas na formação de jovens nas Escolas das suas comunidades, sem que tal acção implique quaisquer custos adicionais para o respectivo Ramo. Apoiaram-nos igualmente nesse dia figuras do maior relevo nacional tais como o General Ramalho Eanes, o Professor Adriano Moreira, o General Loureiro dos Santos e instituições também relevantes em Portugal como a Comissão Portuguesa do Atlântico, o Instituto D. João de Castro, o Instituto de Defesa Nacional, o Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica, o Instituto de Estudos de Segurança da Universidade Lusófona, a Confraria Marítima de Portugal, a Revista de Marinha, as Associações de Reservistas que nesse dia a nós se juntaram e a associação Francesa convidada, nossa congénere, “Civisme, Défense, Armées, Nation”. Todos corroboraram este nosso desígnio nacional comum: Apoiar o reconhecimento simbólico dos Reservistas Voluntários, pelos Ramos das nossas Forças Armadas.

Só assim teremos garantido o incentivo necessário e a valorização merecida, para os convidar a colaborarem graciosamente na formação dos jovens das suas comunidades de pertença, exercendo as funções de Comandantes e Instrutores dos Cadetes nas Escolas da sua proximidade, que se candidatem a incluir este projecto. Garantida estaria assim, também em Portugal, uma muito maior capacidade de resposta positiva às solicitações de Escolas mais afastadas dos grandes centros urbanos, para que os seus jovens reconquistem o amor à sua Pátria e o orgulho na nossa História heroica, humanista e cosmopolita.

Estes militares, já fora da efetividade do serviço, inseridos nas suas comunidades espalhadas por todo o país, constituem aliás a mais valiosa e alargada rede de potencial humano em Portugal, com conhecimento naval imediatamente disponibilizável e espírito disciplinado já interiorizado, todos eles assim com vivências militares para testemunhar a cultura patriótica e de Defesa a exhibir como exemplo. Esta rede, espontânea e em potência, está acessível em qualquer região, a todo o tempo e sem custos adicionais, pois é constituída por cidadãos capazes de transmitirem a mensagem em causa às novas gerações de portugueses, hoje tão alheados de tais deveres para com a sua Pátria.

Exortámos por tudo isto, os muitos Reservistas da Marinha, onde quer que se encontrem no país e desde que sintam vontade de se reaproximarem da sua “Briosa”, a colaborarem com os Cadetes do Mar de Portugal. Juntos faremos muito mais e melhor pela cultura naval dos nossos jovens.

Face a esta situação, as associações da sociedade civil que sustentam em Portugal os Cadetes do Mar, declararam numa jornada de 2013 à Marinha o seu empenho nesta causa de reaproximação dos Reservistas com o seu Ramo, e em consequência comprometeram-se a cativar a sua colaboração, caso estes fossem revalorizados pela Marinha, contribuindo assim para expandir a acção patriótica dos Cadetes a mais regiões do nosso país.

Com efeito as Marinhas nossas aliadas, em especial no âmbito da Aliança Atlântica, apoiam e enquadram actividades de divulgação das Marinhas dos seus países nas Escolas, incentivando a que estes Militares da Marinha já fora do serviço ativo, prestem serviço voluntário junto dos jovens, através da organização dos “Sea Cadets” nos países Anglo-Saxónicos, ou através do projecto nas Escolas do “Devoir de Mémoire”, nos países francófonos. Esta prática de reaproximação dos recursos humanos que já passaram pelas fileiras é significativamente rentabilizada na generalidade dos países de tradição Anglo-Saxónica através do trabalho nas comunidades das “Navy Reserves”, e nos países Francófonos através das “Reserves Citoyennes”, desempenhando todos, com o apoio dos respectivos Ramos, idênticas funções de reforço dos vínculos de ligação da Marinha com a Nação.

Nestes países, quando os Reservistas Voluntários vão às Escolas das suas comunidades divulgar a Marinha dos seus países, são autorizados a usar o uniforme militar que envergaram até saírem do serviço activo e deste modo transmitem de forma inequívoca, uma vez mais, a imagem da Marinha da sua pátria, aos jovens, aos pais e aos cidadãos da região onde se inserem. Constitui esta autorização a única contrapartida das suas Marinhas, aliás sem quaisquer custos envolvidos, mas tão eficaz se torna que entre os nossos aliados, as candidaturas são largamente superiores às necessidades.

Acresce que, na Aliança Atlântica, as Marinhas têm vindo a investir de maneira crescente nesta política de reaproximação aos militares contratados que já saíram e dos que prestaram serviço obrigatório, não só pelo retorno da sua colaboração voluntária e graciosa nestes programas de divulgação da Defesa Nacional com consequências significativas já estudadas no aumento do recrutamento, mas também porque este reencontro com os seus antigos Navios ou Unidades reaviva o espírito de corpo com o Ramo onde prestaram serviço e dissemina o seu efeito promotor de identidade nacional e de compromisso com a Pátria. Nesses países, é ainda reconhecido este reavivar dos compromissos com a defesa da identidade nacional, por parte das empresas e serviços onde trabalham estes militares, através do significativo benefício do seu contributo para o funcionamento disciplinado e eficiente dos ambientes de trabalho onde actuam.



## 1. FORÇAS ARMADAS PROMOVEM COLABORAÇÃO DOS SEUS RESERVISTAS

Um dos momentos mais mobilizadores para todos nós Reservistas, nestes dez anos de investimento na nossa recém constituída associação de Reservistas Voluntários, foi sem dúvida a reunião com algumas das personalidades militares mais prestigiadas e graduadas de Portugal, tendo em vista a aprovação da “Proposta de valorização dos Reservistas do Exército na formação dos Cadetes, tendo como objetivo a reaproximação dos Reservistas aos Regimentos das suas cidades”.

Transcrevemos em seguida excertos do texto deste parecer:

“O movimento mundial dos jovens Cadetes das Escolas foi fundado em Portugal, com o apoio do nosso Exército e formalizado através de um protocolo assinado com o Estado Maior do Exército. É gerido e sustentado no nosso país por associações da sociedade civil, sendo entidade interlocutora com o Exército, a Liga dos Amigos do Museu Militar (LAMM).

O Corpo de Cadetes do Exército (CCEx.) em Portugal instituiu como Órgão máximo de aconselhamento e supervisão da sua acção de divulgação do Exército nas Escolas, o seu Conselho Superior, que pela primeira vez reuniu para efeitos da sua função estatutária, no dia 28 de abril de 2014, no salão da biblioteca da Direcção de História e Cultura Militar, no Campo de Santa Clara.

Tinha como ordem de trabalhos esta primeira reunião, o pedido de aconselhamento da LAMM ao Conselho Superior, sobre o projecto de reaproximação dos Militares Reformados e dos Reservistas (SMO, RV e RC) do Exército, com os Regimentos ou Museus Militares das Cidades onde habitam. Esta proposta ao Exército, destina-se a valorizar os contributos que podem continuar a prestar os referidos militares, já fora do serviço activo, em trabalho voluntário na formação dos jovens nas Escolas da sua terra, para o Patriotismo e para a Cultura de Defesa, dos jovens nas Escolas da sua terra.

A LAMM apresentou para apreciação do Conselho, a seguinte proposta de trabalho que submeteu à apreciação do Exército, com vista à sustentação e alargamento a todo o país, das Unidades de Cadetes do Exército, nas Escolas que queiram progressivamente integrar o projecto.

### SITUAÇÃO INSTITUCIONAL:

A Lei do Serviço Militar atribui ao Exército a capacidade de estabelecer protocolos com as Escolas, com vista a, dentro das suas capacidades, sensibilizar os jovens para a temática da Defesa Nacional e para o papel das Forças Armadas (Artigo 13º do Decreto-Lei n.º 289/2000). Pelo seu lado, os estabelecimentos de ensino públicos e privados podem intervir neste processo, através da condução de acções de sensibilização, junto dos alunos, sobre as matérias em referência, segundo planos a definir anualmente (Número 4 do Artigo 12º da Lei do Serviço Militar n.º 174/99). Foi com base neste suporte legal da ligação das Forças Armadas à Nação, que foi criado em Portugal o Corpo de Cadetes do Exército nas Escolas, através da assinatura em 5 de

junho de 2012, do referido Protocolo entre a LAMM e o Exército.

Com vista a dar execução a estas leis, os Ministérios da Defesa e da Educação estabeleceram já em 1999, através do Despacho Conjunto n.º 267/99, uma estrutura operacional entre os dois Ministérios, destinada a contribuir para a “disseminação nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, de informação relevante sobre a acção das Forças Armadas”, bem como de “iniciativas de divulgação dos valores cívicos e das matérias de segurança e defesa nacional”. Embora descontinuado, este projecto foi retomado e continua activo, tendo o IDN promovido cursos de Formação de Formadores para Cadetes do Exército. Muitos dos auditores que obtiveram aproveitamento nestes cursos já se encontram a orientar a formação dos jovens Cadetes nas Escolas.

Este trabalho em parceria, deu mais um passo decisivo, através de um Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência com vista à Promoção da Educação para a Cultura de Segurança e Defesa, assinado publicamente no IDN pelos dois Ministros, em 15 de novembro de 2012, e intitulado “Plano de Educação da Cultura de Segurança e Defesa”.

A partir dessa data os Clubes de Cadetes nas Escolas, passaram a estar, para além de legitimados, também estimulados a estabelecerem-se nas Escolas, nos termos da clausula segunda daquele protocolo: “O Ministério da Defesa Nacional, em colaboração com o Ministério da Educação e Ciência, incentivará e promoverá iniciativas da sociedade civil, em educação para a cultura de segurança e defesa, através de actividades de complemento curricular”.

#### LIMITES DA SUSTENTAÇÃO DO PROJECTO PELAS ASSOCIAÇÕES PATRIÓTICAS REUNIDAS. EXPERIÊNCIAS BEM SUCEDIDAS NAS REGIÕES SEDE DAS ASSOCIAÇÕES

A LAMM juntou doze instituições e associações da sociedade civil que, através de parcerias para o efeito, convocam os seus associados para sustentarem a formação ministrada às Unidades de jovens Cadetes nas Escolas, apoiados pelo Exército. Estes jovens são convidados a criarem compromissos com a Defesa de Portugal e a dedicarem o seu empenho na divulgação dos deveres dos cidadãos para com a Pátria, no seio das suas comunidades de pertença. No primeiro ano de institucionalização deste projecto, as associações parceiras juntaram dois grupos de formadores, um em Lisboa e outro no Porto que, apoiados por Regimentos do Exército locais e pelos Museus Militares de Lisboa e do Porto, ministraram formação a Cadetes voluntários das duas primeiras Escolas aderentes.

A LAMM conta assim já com o apoio estimulante do Exército, mas encontra-se num momento charneira para a sustentação deste projecto. Os amigos dos Museus Militares, bem como os associados das outras associações patrióticas congéneres, vivem essencialmente nas grandes áreas urbanas de Lisboa e do Porto. Por isso, foi fácil criar Unidades de Cadetes do Exército em Escolas dessas regiões. E aí a experiência foi bem sucedida, ultrapassan-

do em larga medida a oferta de disponibilidade dos associados da LAMM e parceiros, face às necessidades de formadores para sustentarem o projecto, sobrando ainda os recursos humanos locais disponíveis, para promover o envolvimento, dos Pais e respetivas comunidades, bem como das Câmaras Municipais e forças vivas locais convergentes.

Acontece que, para o próximo ano escolar, novas Escolas, sabendo da existência do projecto dos Cadetes do Exército em Portugal, manifestaram interesse em participar. Recebemos declarações de interesse no projecto de Escolas em Aveiro, Palmela, Amadora, Porto e Torres Vedras, entre outras.

Entretanto, em audiência concedida em 02 de abril de 2013, à LAMM, o General CEME nomeou como locais indicados para iniciar a constituição de novas Unidades de Cadetes do Exército em Escolas, para o ano Escolar de 2014/2015, em especial as cidades de Vila Real, Viseu e Elvas considerando que nessas cidades existem condições humanas e materiais do Exército e contactos privilegiados com as forças vivas da comunidade, Câmaras Municipais, Escolas Básicas/Secundárias, favoráveis ao desenvolvimento dessa iniciativa. No prosseguimento desta directiva já se realizaram reuniões de preparação de actividades a oferecer nas Escolas destas Cidades, com os Comandantes dos Regimentos que as vão apoiar.

Então, pela primeira vez em Portugal os Museus Militares e os seus Grupos de Amigos, estão a ser desafiados a assumirem uma verdadeira dimensão nacional pela extensão dos seus serviços educativos, que se pode traduzir na disseminação nas Escolas do País que o desejem, desta dupla mensagem de Defesa da Portugalidade: - criar nos jovens compromissos com a Defesa dos Interesses de Portugal; - despertar neles vocações para o serviço no Exército.

Mas aos sócios activos das Ligas dos Amigos dos Museus Militares de Lisboa e do Porto, pelas limitações geográficas acima aduzidas, não será possível, assumirem sozinhos, este compromisso cívico de disseminação do projecto dos Cadetes, às Escolas do interior que o desejem. À semelhança do que acontece com sucesso nos Exércitos nossos aliados, precisamos de contar então com a colaboração em voluntariado cultural e gracioso, nos seus tempos livres, dos Reformados e dos Reservistas do Exército (Oficiais e Sargentos do antigo SMO ou do regime de Contrato, já fora do serviço), esses sim, disseminados numa poderosa e activa rede por todas as cidades do País.

Ainda, um tal “passo cívico arrojado” de reaproximação dos Reformados e dos ex-militares Reservistas, com o Exército onde prestaram serviço à Pátria, não conseguirão os amigos dos Museus Militares protagonizá-lo sozinhos, sem contar com o aconselhamento, orientação e exercício de influência, desejavelmente protagonizado pela voz experiente e avisada dos Conselheiros do seu Conselho Superior.

Realçamos por fim que este poderá ser o momento adequado, oportuno e irrepetível, do nosso Exército voltar deliberadamente a contar com essa rede de cidadãos patriotas, já com formação militar, Cultura de Defesa e espírito disciplinado interiorizado. Ao convidar estes antigos militares a regressarem ao convívio com o seu Regimento ou Ramo onde prestaram serviço, o Exército

beneficiará também do seu novo contributo para a Defesa da Pátria, mas agora de outra forma, transmitindo aos jovens nas Escolas da sua Cidade, os valores que já antes assumiram enquanto operacionais, vestindo o uniforme militar.

## **COMO PODEM COLABORAR OS RESERVISTAS DO EXÉRCITO NESTE PROJECTO**

Portanto, já existe em Portugal experiência casuística bem sucedida de desenvolvimento deste projecto dos Cadetes do Exército nas Escolas Portuguesas. As primeiras Unidades de Cadetes funcionaram assim como verdadeiros laboratórios experimentais, supervisionados, avaliados e regulados, de modo a sustentar a institucionalização de uma rede nacional, que poderá a partir de agora ser expandida às Escolas que manifestem interesse e tenham sediada na sua cidade, um Regimento ou um Museu Militar.

Estão também criados o enquadramento legal necessário e os incentivos das instituições responsáveis, condições imprescindíveis para a institucionalização e alargamento a mais escolas do país, destes Clubes de Defesa, que organizam uma ou mais Unidades de jovens Cadetes do Exército da sua Escola.

Um primeiro grupo de militares Reformados do Quadro Permanente, têm vindo a colaborar na formação dos Cadetes, de forma voluntária e graciosa, nos seus tempos livres, inseridos nas associações patrióticas parceiras que sustentam este projeto.

A LAMM solicitou o apoio do Exército para desenvolver iniciativas que promovam a longo prazo a sustentabilidade e crescimento geográfico em cobertura territorial das Unidades de Cadetes, através de incentivos ao trabalho voluntário não remunerado de Militares licenciados, apelidados nos Exércitos nossos aliados de Reservistas, tendo como contrapartida o reconhecimento simbólico do seu contributo gracioso por parte do Ramo onde prestaram serviço.

## **O QUE PEDIMOS DE NOVO AO EXÉRCITO PARA VALORIZAR E RECUPEAR A RELAÇÃO COM OS RESERVISTAS DE PORTUGAL**

Face a esta situação, as associações da sociedade civil que sustentam em Portugal o projecto dos jovens Cadetes nas Escolas, declaram ao Exército o seu empenho nesta causa de reaproximação dos Reservistas com o seu Ramo, e em consequência comprometem-se a cativar a sua colaboração, caso estes venham a ser revalorizados pelo Exército, contribuindo assim para expandir a acção patriótica dos Cadetes a mais regiões do nosso país.

Na maioria dos países nossos aliados, quando os Reservistas Voluntários vão às Escolas das suas comunidades divulgar o Exército dos seus países, são autorizados a usar o uniforme militar que envergaram até saírem do serviço activo e deste modo transmitem de forma inequívoca, uma vez mais, a imagem do Exército da sua Pátria, aos jovens, aos pais e aos cidadãos da região onde se inserem. Constitui esta autorização a única contrapartida do

seu Ramo Militar, aliás sem quaisquer custos envolvidos, mas tão eficaz se torna que entre os nossos aliados, as candidaturas são largamente superiores às necessidades.

Esta autorização para os Reservistas voltarem a envergar os uniformes com os galões ou divisas que já usaram no serviço ativo, poderá incentivá-los a aderirem ao convite formulado, na medida em que esta atitude lhes transmita a confiança do Exército na sua capacidade de representação condigna da imagem da instituição militar, junto das comunidades onde actuam, quer nas cerimónias públicas em que participarem a comandar os Cadetes, quer nos intercâmbios no estrangeiro onde representarem o seu país, junto dos Reservistas das outras nações nossas aliadas, também eles uniformizados.

Em suma tem sido consensual o investimento neste reforçar de vínculos entre os cidadãos e o seu Exército, considerados hoje imprescindíveis e inadiáveis, face aos sinais crescentes de degradação da coesão e da soberania na nossa sociedade ocidental. Os argumentos que defendemos constituem base segura para solicitarmos ao Exército de Portugal que crie também uma Reserva Cidadã com os seus Militares licenciados, sem custos adicionais para o Ramo, mas valorizando as suas missões, através da disseminação da sua imagem e mensagem em cada vez mais Escolas do país, para onde os jovens Cadetes das Escolas se forem progressivamente expandindo.

### **1ª PROPOSTA - PROJECTO “DIÁLOGO DE GERAÇÕES MILITARES” - JORNADAS DE ENCONTRO DE GERAÇÕES MILITARES NOS REGIMENTOS DA SUA CIDADE**

A fim de valorizar o trabalho voluntário e gratuito, na formação patriótica e de compromisso com a Defesa de Portugal, a desenvolver pelos Reformados do Exército nas cidades onde habitam, junto dos jovens que queiram conhecer as suas Forças Armadas, propõe-se a criação do Projecto, Diálogo de Gerações Militares com a Nação.

Este projecto concretiza-se através da institucionalização de uma parceria Exército - Sociedade Civil, que consta de Jornadas Mensais de intercâmbio de cultura militar, intergeracional, nos Regimentos, juntando nessas jornadas três parceiros institucionais: - Um grupo voluntário de Militares do Exército dos quadros permanentes, Reformados, que habitem na cidade, a congregar pelo Comandante do Regimento local; - Um grupo de Militares do Exército a prestarem serviço no Regimento dessa Cidade, nomeados pelo Comandante do Regimento; - Um grupo de jovens Cadetes das Escolas, voluntário, acompanhados por um Professor Coordenador do Clube da Defesa da sua Escola.

As oito ou nove Jornadas anuais propostas, durante o ano lectivo, destinam-se a proporcionar a passagem de testemunho de duas gerações de Militares reunidas, sobre o cumprimento dos deveres dos cidadãos para com a Defesa de Portugal, em diálogo com um grupo de jovens Cadetes das Escolas. A participação dos jovens nestas jornadas é gratuita, funciona no seu período de atividades extraescolares (Clube da Defesa da sua Escola), mas

implica da parte dos alunos que as frequentam, o compromisso de no final do ano, apresentarem à sua comunidade de pertença, uma exposição no Regimento e na Escola, baseada nas aprendizagens de Patriotismo e Cidadania que adquiriram e constituída pela divulgação à comunidade, das missões do Exército e do Regimento, ou ainda da mensagem imaterial do Museu Militar / Sala Museu, caso exista.

Estas jornadas constituem a formação teórica das Unidades de Cadetes do Exército criadas nas Escolas aderentes da Cidade.

Este projecto tem ainda como objectivo revalorizar a experiência acumulada pelos Militares do Exército Reformados da Cidade, através da passagem de testemunhos militares das gerações anteriores, em dialogo cruzado e informal com a explicitação das missões, capacidades e recursos actuais do Exército, com novas directivas e recursos, mas igualmente ao serviço da Pátria, ambas as abordagens apresentadas em dialogo interactivo com os jovens Cadetes voluntários das Escolas, curiosos por estas matérias.

## **2ª PROPOSTA - APELO AOS RESERVISTAS DO EXÉRCITO - PROGRAMA DE VISITAS DOS JOVENS CADETES DAS ESCOLAS AO REGIMENTO OU MUSEU MILITAR DA SUA CIDADE, ORIENTADO POR RESERVISTAS VOLUNTÁRIOS**

A segunda iniciativa consta da criação de Clubes de Defesa em uma ou mais Escolas aderentes da Cidade, animados por grupos voluntários de Reservistas do Exército moradores nessa Cidade, a decorrerem nos tempos livres destes, nas instalações dos Regimentos ou Museu Militar / Sala Museu Visitável, da localidade e ainda nas Escolas a que pertencem os Cadetes.

Estas jornadas constituem o programa de formação prática das Unidades de Cadetes do Exército criadas nas Escolas aderentes da Cidade. Constam da execução pelos Cadetes, acompanhados pelos Reservistas, de exercícios militares simples (sem risco), de treinos de cerimonia militar, de exercícios de orientação e de liderança ou outras actividades em uso nos Regimentos. Nas instalações das Escolas os Reservistas voluntários podem também conduzir sessões de informação sobre as missões, equipamento e carreiras no Exército, dirigidas aos jovens e alargadas ainda a outros elementos da comunidade escolar.

A LAMM disponibiliza-se a proporcionar uma jornada de formação destes Reservistas Voluntários, nas cidades onde residem, em articulação com os Regimentos locais, para os familiarizar com o trabalho interactivo com jovens que se candidatem a Cadetes nas Escolas aderentes.

Este projecto, para ter viabilidade, carece assim, da parte do Exército, da produção de uma directiva do General Chefe do Estado-Maior do Exército, que crie em Portugal, à semelhança dos Exércitos nossos aliados, mecanismos de incentivo, sem custos para o Exército, mas simbolicamente estimulantes, para que constituam estímulo ao oferecimento voluntário para este trabalho não remunerado, dos Reservistas do Exército que habitem nas Cidades onde se candidatem Escolas aderentes.

Os Conselheiros do Conselho Superior da Liga dos Amigos do Museu Militar analisaram o enquadramento e situação de expansão a todo o país dos Cadetes do Exército, bem como as propostas que lhe foram apresentadas, manifestaram o seu parecer favorável no que diz respeito ao prosseguimento do trabalho já realizado e exprimiram o seu apoio e incentivo relativamente às propostas de ação a apresentar para apreciação superior. Este parecer foi assinado pelos Conselheiros, General António dos Santos Ramalho Eanes, General Gabriel Augusto do Espírito Santo, General Luís Vasco Valença Pinto, General José Alberto Loureiro dos Santos, General Vasco Joaquim Rocha Vieira, General Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto e foi entregue ao CEMGFA, ao CEMA e ao CEME.



## **2. CONSTITUIÇÃO E COMPROMISSOS. DA RESERVA VOLUNTÁRIA EM PORTUGAL. RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL E ESTATUTOS DA RESERVA VOLUNTÁRIA**

A constituição da Liga foi reconhecida pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional e Chefe do Estado-Maior do Exército, através de procedimentos normativos apropriados e contou com o parecer favorável das altas entidades nacionais e militares que deram apoio e legitimação à Liga e à Reserva Voluntária, através da assinatura em 31 de julho de 2014, de um requerimento dirigido ao CEMGFA, para certificar em Portugal a Reserva Voluntária, à semelhança dos países nossos aliados NATO.

Constituem objetivos da Liga:

- “1 - Promover a consciência dos deveres dos cidadãos para com a Pátria Portuguesa através da transmissão da Cultura de Defesa e da divulgação das Missões e Mensagem da Marinha, da Autoridade Marítima Nacional e do Exército, nos termos do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.
- 2 - Apoiar a criação da Reserva Operacional em Portugal, à semelhança dos países nossos aliados, nomeadamente incentivando a disponibilização dos seus associados Reservistas, bem como angariando outros Reservistas disponíveis nas regiões onde funcionam os seus Núcleos.
- 3 - Organizar e desenvolver a formação ministrada às Unidades de Cadetes do Mar e do Exército criadas em Escolas e Clubes de jovens, respectivamente, das cidades marítimas com Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos (U/E/O) da Marinha e Autoridade Marítima Nacional, ou das cidades com U/E/O do Exército, em colaboração com estes organismos militares, bem como com as entidades gestoras nacionais, do Corpo de Cadetes do Mar e do Corpo de Cadetes do Exército, nomeadamente promovendo a colaboração mais frequente em actividades com os referidos organismos militares, quer pela parte dos Reservistas que residam na região e que a título voluntário queiram colaborar, quer pela parte dos militares dos Quadros Permanentes da Marinha e do Exército, na Reserva e Reforma, também residentes, ou a eles ligados.
- 4 - Aproximar as nossas Forças Armadas da sociedade civil, nomeadamente despertando interesse e vocações dos jovens em idade escolar para as carreiras navais e militares e para o serviço em regime de contrato nas Forças Armadas, em colaboração com os Serviços de Recrutamento dos Ramos.
- 5 - Apoiar os órgãos e serviços da Marinha, da Autoridade Marítima Nacional e do Exército, na divulgação e preservação da cultura patriótica e de defesa, através da colaboração mais frequente dos seus associados em actividades nas U/E/O da Marinha e Autoridade Marítima Nacional, nas U/E/O do Exército, bem como nos organismos culturais

associados aos dois Ramos, nomeadamente desenvolvendo o Dever da Memória e participando no projecto do Turismo Militar e Naval.

- 6 - Promover e organizar progressivamente Núcleos de Reservistas de Portugal nas localidades em que se encontrarem antigos militares residentes ou associados às U/E/O dos Ramos aí sediados, que assumam o compromisso de contribuírem organizadamente em regime de voluntariado cultural, para exercerem o seu dever patriótico de transmissão da identidade nacional aos seus concidadãos, nos termos definidos no Conceito Estratégico da Defesa Nacional em vigor.”

No prosseguimento dos seus objectivos a Liga desenvolverá, designadamente, as seguintes actividades:

- “1 – Promover e projectar a nível nacional e incentivar e apoiar a nível local os seus Núcleos, para que desenvolvam na região onde actuam, os cinco projectos definidos nos objectivos da Liga (Divulgação da Cultura de Defesa e missões das Forças Armadas; Criação e promoção da Reserva Operacional em Portugal; Criação e Sustentação de Unidades de Cadetes do Mar e do Exército; Despertar nos jovens vocações para o serviço militar e para as carreiras navais e militares; Desenvolver o Dever da Memória e o turismo Militar e Naval), promovendo nomeadamente: regulamentos e documentos orientadores para a Liga e para os Núcleos, planos de estudos e seu aperfeiçoamento para os cursos práticos a ministrar aos Cadetes nos Núcleos, estudos e investigações operacionais que projectem os objectivos da Liga, grupos de trabalho técnicos para produzirem propostas de acção e pareceres, equipas de formação para apoiarem os Núcleos que o necessitem, delegações para representação da Liga junto de outras instituições e organismos do Estado, fóruns e debates sobre temas oportunos, comunicados e intervenções adequadas no espaço público em representação da Liga, edições, publicações e outras actividades, a fim de que contribuam para a realização e divulgação dos projectos mencionados nesta alínea.
- 2 - Procurar obter através de doações, legados ou pelos próprios fundos, recursos materiais e humanos necessários à prossecução dos projectos mencionados no número 1, bem como a valorização do património nacional, Militar e Naval que constituem os monumentos, sítios históricos, vestígios arqueológicos ou subaquáticos, instalações navais e militares, colecções visitáveis e o legado da tradição imaterial da presença das Forças Armadas de Portugal.
- 3 - Prestar ao Comandante da Marinha, à Autoridade Marítima Nacional e ao Comandante do Exército, bem como ao Comando e Gestão Nacional do Corpo de Cadetes do Mar e do Exército de Portugal, e ainda aos Serviços de Recrutamento dos três Ramos das Forças Armadas, bem como às instituições e associações nacionais e locais que participam na sustentação dos cinco projectos mencionados no número 1,

toda a colaboração que lhe seja solicitada, nomeadamente através da angariação de colaboração dos Reservistas, bem como dos militares dos três Ramos das Forças Armadas, QP na Reforma e Reserva, que queiram participar de forma voluntária, residentes ou associados às regiões em que os Núcleos se vão instalando.

- 4 - Promover a disponibilização dos associados dos Núcleos para constituírem a primeira linha da Reserva Operacional dos Ramos das Forças Armadas Portuguesas, quando constituída ou reactivada, nomeadamente nos termos da Directiva Ministerial Complementar para a reforma estrutural na defesa nacional e nas Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020” (Despacho do Gabinete do Ministro n.º 7234-A/2014) e das iniciativas que lhe vão suceder, bem como incentivar os associados dos Núcleos à frequência dos cursos de jovens auditores do Instituto de Defesa Nacional, nomeadamente os cursos de formação de formadores do “Curso de Voluntários da Defesa”, autorizados por despacho do Ministro da Defesa Nacional.
- 5 - Integrar o colectivo das associações da sociedade civil e instituições do Estado que têm vindo a desenvolver em conjunto, projectos experimentais no terreno e propostas de produção legislativa, divulgados junto dos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação, com vista à criação no currículo escolar dos Ensinos Básico e Secundário, de Módulos de formação para o Patriotismo e a Defesa de Portugal e de informação sobre as Missões e Carreiras nas Forças Armadas, nos termos definidos nas leis do serviço militar (Lei 174/99, art.12º, nº4 e Decreto-Lei 289/2000, art.13º) e no Conceito Estratégico de Defesa Nacional.
- 6 - Pedir aos Estados Maiores da Armada e do Exército, quando haja interesse coincidente com o dos Ramos, a convocação dos Militares QP na Reserva, fora da efectividade do serviço, para funções de interesse público fora da estrutura e da tutela de Defesa Nacional, que sejam sócios honorários da Liga e que residam na área, para efeitos de prestação de serviço em um ou mais dos cinco projectos mencionados nos objectivos da Liga, nos termos do EMFAR.
- 7 - Em especial a Liga tem a responsabilidade de gerir, a nível nacional, um Departamento de Investigação, Formação e Recursos Pedagógicos, destinado a dinamizar e apoiar a actividade dos sócios dos Núcleos que participam na divulgação da cultura de Defesa e Missões das Forças Armadas, na promoção da Reserva Operacional em Portugal, na formação nas Unidades de Cadetes do Mar e do Exército que o seu Núcleo sustenta, na divulgação do Recrutamento das Forças Armadas nas Escolas e na animação local das iniciativas do Dever da Memória e do projecto do turismo Militar e Naval.”

No Estatuto da Liga definimos os seguintes compromissos éticos para a nossa associação:

- “1 - O compromisso ético de todos os associados da Liga é a adesão e a

divulgação dos valores, conceitos e práticas expressas no sempre renovado Conceito Estratégico da Defesa Nacional, a que estão vinculados pelo juramento de bandeira que prestaram ao serviço das Forças Armadas.

2 - À Liga e aos seus Núcleos está vedado o exercício ou participação em atividades de carácter ideológico-partidário, sindical ou religioso.”

## **CORPOS SOCIAIS DA LIGA DOS RESERVISTAS**

Os atuais Corpos Sociais da Liga dos Reservistas de Portugal foram aprovados na Assembleia Geral de 17 de outubro de 2020:

Direção Central: Presidente: Tenente (RC) Helena Maciel; Secretário-Geral: 2º Tenente (RC) Ricardo Rosinha; Administrador: Tenente (RC) Miguel Baêna; Vogais: Cabo (SMO) Mário Manso; 2º Tenente (RC) Ribeiro Pacheco.

Mesa da Assembleia Geral: Presidente: Capitão da Marinha Mercante (RM) Ribeiro Ramos; Secretária: Tenente (RC) Susana Santos; Vogal: 1º Cabo (SEN) João Maia.

Conselho Fiscal: Presidente: Tenente (SMO) Ferreira de Melo; Secretário: Cabo (RC) Miguel Paiva; Vogal: Soldado (RC) Vítor Vicente.

Conselho Superior da Liga dos Reservistas: Presidente: Almirante Luís Macieira Fragoso; Conselheiros: General Pil.Av. José Araújo Pinheiro; Vice-Almirante José Manuel Silva Carreira; Contra-Almirante António José Bossa Dionísio.

Conselho Superior da Liga dos Amigos do Museu Militar: Presidente de Honra: General António Ramalho Eanes; Presidente: General Artur Pina Monteiro; Conselheiros: General Luís Valença Pinto; General Vasco Rocha Vieira; General Alexandre de Sousa Pinto.

## **1º CONGRESSO DA LIGA DOS RESERVISTAS**

Em março de 2017, o Almirante Macieira Fragoso deu-nos a honra de aceitar o convite para presidir ao Conselho Superior da Liga dos Reservistas de Portugal.

Dias depois, a 29 de abril, teve lugar o 1º Congresso dos Reservistas de Portugal, em simultâneo com o Dia Nacional dos Cadetes de Portugal. Não podendo estar presente, o Presidente do Conselho Superior enviou, para ser lida na abertura do Congresso uma mensagem.

## **2º CONGRESSO DA LIGA DOS RESERVISTAS**

No dia 5 de maio de 2018, na Academia Militar, os Reservistas Voluntários formaram na parada, a Comandar as Unidades de Cadetes do Mar e do Exército do país. À tarde, apresentaram às famílias e convidados, os seus Cadetes formandos e os trabalhos finais de ano que realizaram.

A Liga dos Reservistas de Portugal organizou ao fim da tarde, no anfiteatro da Academia Militar o seu 2º Congresso.

Na presença do Almirante CEMGFA, do General CEME, dos membros

do Conselho Superior da Liga dos Amigos do Museu Militar, bem como dos membros do Conselho Superior da Liga dos Reservistas de Portugal, Direção Central descreveu o percurso de afirmação em Portugal da Reserva Voluntária, nesta última década, contando com o apoio e estímulo decisivos, destes nossos prestigiados Conselheiros.

O Presidente da Direção Central, 2º Tenente RC Ricardo Rosinha sumariou a evolução da Reserva Voluntária em Portugal, e nomeadamente:

- Anunciou publicamente que Almirante CEMA e o General CEME assinaram os despachos de autorização do uso do uniforme aos Reservistas Voluntários, já fora do serviço ativo, com o posto com que saíram, quando no desempenho de funções estatutárias na Liga dos Reservistas.

- Agradeceu a confiança em nós depositada e assumiu, em nome de todos, a responsabilidade de passar a transmitir nas Escolas, nas Unidades e nas Comunidades de cada um, fardados, a imagem do Ramo que servimos com orgulho.

Após as intervenções do painel de arguição e do agradecimento pelo Contra-almirante Bossa Dionísio aos primeiros colaboradores Reservistas neste projecto, o Presidente da Assembleia Geral da Liga, em nome de todos os Reservistas, comprometeu-se perante o Almirante CEMGFA e os Almirantes e Generais dos Conselhos Superiores, a impulsionar os oportunos contributos e orientações, agradecendo os incentivos que todos transmitiram.

A encerrar o Congresso, o Almirante CEMGFA, Almirante Silva Ribeiro, felicitou a Liga dos Reservistas de Portugal pelo empenho demonstrado na sua intervenção de terreno nas comunidades de pertença, nomeadamente a ação crescente nas Escolas, de formação de jovens Cadetes do Mar e do Exército e mostrou-se agradavelmente surpreendido com o empenhamento da nova Reserva Voluntária de Portugal em matérias tão relevantes para o desenvolvimento das Forças Armadas em Portugal, tais como o ensino nas Escolas, do Programa de Segurança, Defesa e Paz e o empenho dos Reservistas no debate sobre a criação em Portugal da Reserva Operacional, do Dever de Memória e do Turismo Militar, com repercussões estudadas de aumento do recrutamento, nos países nossos aliados.

Em concreto convidou a Direção da Liga dos Reservistas de Portugal a acompanhar e a participar no Programa do EMGFA de Divulgação das Forças Armadas nas Escolas do país, com vista a promoverem a reaproximação das Forças Armadas à sociedade civil.

Neste 2º Congresso, perante as figuras mais altas da hierarquia militar das nossas Forças Armadas, a Liga dos Reservistas de Portugal, assumiu o compromisso de se constituir como a primeira reserva voluntária em Portugal, à semelhança das Reservas Voluntárias dos países nossos aliados.



### **3. FINALMENTE RESERVISTAS PORTUGUESES. NA CONFEDERAÇÃO DOS RESERVISTAS DA NATO. RESERVISTAS CONVIDADOS PARA EMBAIXADORES DA NATO NAS SUAS COMUNIDADES.**

#### **A CONFEDERAÇÃO DOS RESERVISTAS DA NATO**

Somos Reservistas que queremos cultivar e fortalecer os vínculos de pertença ao Ramo das Forças Armadas onde servimos a Pátria Portuguesa.

Os Reservistas Voluntários assumiram estatutariamente o compromisso ético de divulgar os Deveres dos Portugueses para com a Defesa de Portugal e explicar quem são os nossos Aliados e os adversários, expressos no Conceito Estratégico da Defesa Nacional, a que nos vinculamos todos pelo Juramento de Bandeira prestado ao serviço das Forças Armadas.

Este é hoje o nosso Código de Honra, para com as comunidades a que pertencemos.

Assim, podemos afirmar com orgulho que somos a primeira Associação em Portugal que junta Reservistas dos 3 Ramos das Forças Armadas e das 3 Classes, Oficiais, Sargentos e Praças, estatutariamente dedicadas à colaboração voluntária com as nossas Forças Armadas nas comunidades onde actuamos, que se constituem à semelhança das organizações similares há muitos anos em funcionamento nos países nossos aliados, e na expectativa de contribuirmos para a criação da Reserva Operacional de Portugal, já anunciada pelo MDN. Somos a associação de Reservistas mais representativa em Portugal, deste grupo de militares.

Como Reservistas Voluntários temos um primeiro vínculo assumido com as nossas Forças Armadas. Contribuir para a formação da cultura da Defesa Nacional e para a divulgação das missões e meios das Forças Armadas Portuguesas, junto dos jovens nas Escolas, criando Unidades de Cadetes do Mar e do Exército, e ainda através do ensino nas Escolas, do novo programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz.

Os Núcleos de Reservistas organizam-se em Portugal nas localidades onde esteja situada ou se localize próximo, uma Unidade, Estabelecimento ou Organismo (U/E/O), da Marinha, da Autoridade Marítima Nacional ou do Exército. Somos reconhecidos pelo EMGFA, pelos Ramos das Forças Armadas e pela Autoridade Marítima Nacional.

O Almirante CEMA e o General CEME autorizaram os Reservistas da Marinha, enquanto exercem funções na Liga dos Reservistas, a usarem de novo os seus uniformes, representando a imagem das Forças Armadas e transmitindo os seus valores e desempenhos nas Escolas, Comunidades de pertença e Unidades Militares, onde acompanham os Cadetes que estão a formar.

Desde há 10 anos dedicamos muita da nossa energia a provocar este sobressalto cívico: - A urgência de construirmos a vontade colectiva da Defesa de Portugal, para que não se percam os nossos valores permanentes constitucionais e humanistas, as causas comuns da Cultura Ocidental a que queremos continuar a pertencer e os sentimentos de identidade e coesão

para com a Nação Portuguesa, independente e soberana.

Aderimos há uma década em Portugal às associações internacionais que gerem os jovens Cadetes nas suas comunidades, apoiados pelos Ramos das Forças Armadas dos seus países. Os Reservistas Voluntários, são já em várias cidades do país, os Comandantes dos Cadetes ou os formadores que os acompanham a visitar as Unidades Militares da sua região.

Os Reservistas Voluntários orientaram já nestes dez anos, mais de 150 cursos anuais em Escolas e Clubes jovens, no Porto, Aveiro, Rio Maior, Santarém, Amadora, Lisboa, Carcavelos, Barreiro e Ponta Delgada, envolvendo um milhar de jovens pelo país, levando aos Navios, Regimentos, Escolas, Capitânias e Museus militares dessas cidades, todos estes jovens e para cima de quatro mil familiares e professores. Fizemos chegar também a nossa mensagem patriótica às comunidades onde intervimos, expondo trabalhos dos alunos sobre Defesa Nacional e Forças Armadas a convite das Autarquias e somos presença frequente nos media regionais. Publicámos uma centena de artigos e notícias em revistas de especialidade e temos editadas duas centenas de publicações e apresentações multimédia, da autoria de jovens e divulgadas a outros alunos interessados, nas Escolas onde intervimos. Ganhámos em 2015 um Prémio internacional da Comissão Europeia “Prix Information et Education à la Défense et à la Sécurité dans la Vie Civile”.

Estavam assim criadas as condições para a nossa associação de Reservistas se poder candidatar a representar Portugal na Confederação Interaliada dos Oficiais Reservistas (CIOR).

Esta confederação junta as representações dos Reservistas dos países da NATO, num fórum de debate e congregação de jovens Reservistas, que definem, desde a sua fundação os seguintes objectivos:

“A CIOR é uma confederação apolítica que agrupa as associações da reserva dos países signatários do Tratado do Atlântico Norte;

Os seus objectivos são os seguintes:

1 - No quadro das suas relações com a NATO (tal como define o documento MC 248/2 do Comité Militar da NATO datado de 27 de julho de 2012:

1.1 - Apoiar as orientações da NATO e contribuir para a realização dos objectivos da Aliança;

1.2 - Contribuir para melhorar o conhecimento das autoridades da NATO sobre as forças de Reserva dos países membros e o seu papel na defesa comum e novas missões, especificamente do ponto de vista da CIOR;

1.3 - Contribuir para melhorar a compreensão da NATO sobre os objectivos e actividades da CIOR, informando as autoridades da NATO, periodicamente pondo ao corrente o Comité Militar e promovendo briefings nas sessões do Colégio de Defesa da NATO. Briefings semelhantes serão organizados e apresentados na NATO Headquarters e aos seus órgãos subordinados, consoante as necessidades.

1.4 - Promover a cooperação entre a NATO e a CIOR:

1.4.1 - Disponibilizando informação, do ponto de vista da CIOR, sobre o

melhor emprego dos reservistas na defesa da NATO e nas operações fora do Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte;

1.4.2 - Assegurando uma participação activa do staff da NATO e dos seus Comandantes, nos Seminários e outras sessões de trabalho da CIOR;

2 - Em geral (e essencialmente através dos membros da CIOR):

2.1 - Estabelecer e desenvolver contactos entre os Oficiais da Reserva, com vista a melhorar o seu mútuo conhecimento e compreensão;

2.2 - Desenvolver cooperação com a NATO em todas as questões de política e, baseado nas orientações informações da NATO, promover programas nacionais apropriados;

2.3 - Favorecer o desenvolvimento profissional dos Oficiais Reservistas ao nível internacional, fornecendo-lhes informações sobre debates, desenvolvimentos e actividades correntes da NATO;

2.4 - Estudar todas as questões relativas às Reservas e (se necessário) utilizar o conhecimento da CIOR sobre questões relativas às Reservas em cada país membro, a fim de encorajar melhoramentos na organização, administração e estatuto social e (quando apropriado) favorecer a harmonização das funções, deveres e direitos dos Reservistas, em especial para os Oficiais Reservistas, em todos os países membros, respeitando sempre as diferenças e as tradições nacionais;

2.5 - Promover a Cultura de Defesa e sensibilizar o público e as autoridades nacionais, sobre as orientações da NATO, sobre as questões de Defesa, sobre as capacidades de defesa colectiva da Aliança, e em particular sobre a relevância das Reservas;

3 - No quadro das relações com outras organizações internacionais:

3.1 - Disponibilizar-se como organismo de aconselhamento internacional, sobre questões relativas às reservas, para outras organizações de segurança reconhecidas, como a União Europeia, a Organização para Segurança e Cooperação na Europa e a Assembleia do Atlântico Norte.”(XVI)

Importa lembrar que Portugal é um país signatário do Tratado fundador da Aliança Atlântica de 1949 e, desde essa data, ainda não de tinha mobilizado para garantir uma representação dos seus Reservistas naquela confederação internacional.

Pedimos então ao Almirante CEMGFA, Almirante Silva Ribeiro, que dirigisse ao CIOR uma carta de recomendação da representatividade dos Reservistas, pela parte da nossa associação, condição para a nossa candidatura poder ser aceite, o que aconteceu em 22 de abril de 2019.

A primeira delegação portuguesa ao CIOR foi muito bem acolhida e em agosto desse ano e, por votação unânime, a nossa Liga passou a representar os Reservistas de Portugal na CIOR.

Na sequência a Direção da Liga nomeou Reservistas para Representantes dos Reservistas de Portugal no CIOR / NATO.

Portugueses nas Comissões CIOR, prioritárias para a afirmação da Liga:

- Comandante Bellem Ribeiro: Chefe da Delegação Portuguesa no CIOR

#### Council / NATO

- Tenente Helena Maciel (Presidente da Liga): Secretária-Geral Adjunta do CIOR
- Tenente Sérgio Rezendes: Delegado dos Reservistas de Portugal no Defense Attitudes and Security Issues Committee (DEFSEC)
- Cte. Ribeiro Ramos e Tenente Helena Maciel: Delegados dos Reservistas de Portugal na Civil Military Cooperation Committee (CIMIC)
- Tenente Ricardo Rosinha: Delegado dos Reservistas de Portugal no Cyber Sub-Committee (DEFSEC)
- Tenente Miguel Baena e Tenente Helena Maciel: Representantes dos Reservistas de Portugal na CIOR Language Accademy (CLA) (Selecionam Reservistas para Cursos de integração e comunicação NATO)
- Capitão-de-Fragata MN Filipa Albergaria: Delegada dos Reservistas de Portugal Médicos e dos Serviços de Saúde (CIOMR)
- Sargento-Ajudante Santos Maia: Delegado dos Sargentos Reservistas de Portugal na Interallied Confederation of Reserve Sub-Officers (CISOR)

Em 2 de Dezembro de 2019, o Despacho n.º 165/CEMGFA/2019 determina o Acompanhamento das atividades da Liga dos Reservistas de Portugal na Interallied Confederation of Reserve Officers.

#### OS RESERVISTAS VOLUNTÁRIOS COMO EMBAIXADORES DA NATO NA COMUNIDADE

Teve lugar a reunião de inverno dos representantes dos Reservistas dos países NATO da Confederação Interaliada dos Oficiais Reservistas, na sede da NATO em Bruxelas, entre 19 e 20 de fevereiro de 2020. Tratou-se da primeira reunião do Council da CIOR em que a delegação de Portugal esteve representada.

Na sessão de recepção da NATO aos Reservistas dirigentes dos países participantes, os chefes das delegações nacionais assistiram a uma conferência do NATO Deputy Secretary-General, Mircea Geoană, na qual aquele alto dirigente da NATO convidou todos os representantes nacionais dos Reservistas presentes a tomarem em consideração um convite especial da NATO. Tratava-se de levarem para os Reservistas dos seus países, o convite formal da NATO, para que os Reservistas dos países aliados assumam um novo compromisso com a NATO: - Desempenharem a tarefa de Embaixadores da Nato nas suas comunidades de pertença, nas suas palavras “invited to become Brand Ambassadors of NATO”.

Reunida a Direção Central da Liga dos Reservistas de Portugal, após aquela reunião em Bruxelas e analisado o convite referido, foi decidido levar o tema para discussão e decisão na primeira Assembleia Geral. Tal veio a acontecer na AG de outubro de 2020, tendo sido unânime o apoio dos Reservistas representantes de todas as estruturas nacionais e concelhias presentes. Ficou assim decidido que as equipas de Formadores Reservistas já constituídas e disponíveis para agirem nas suas comunidades de pertença, logo que as restrições pandémicas abrandem, receberiam formação e actua-

lização na temática das Missões e dos valores comuns a todos os aliados NATO, a fim de assumirem esta nova função de Embaixadores da NATO, junto dos munícipes com quem interagem ao longo do ano: - nos programas de formação do EMGFA de Divulgação das Forças Armadas; - nos debates para que são convidados nas Escolas das suas localidades para lecionarem aulas do programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, aos jovens; - ou ainda nas sessões de divulgação sobre Segurança e Defesa com associações culturais, as Câmaras e empresas locais, para que sejam convidados.



#### 4. RESERVA VOLUNTÁRIA ENTIDADE PARCEIRA DO EMGFA

O EMGFA divulgou em junho de 2018 o seu Programa da Divulgação das Forças Armadas. Este programa tem como objectivo, promover a imagem de umas Forças Armadas credíveis, mais próximas dos cidadãos e mais abertas à sociedade. Em especial destina-se a promover junto dos jovens, o exercício da cidadania activa e responsável, através da divulgação da missão e dos valores das Forças Armadas, para o efeito potenciando parcerias e relações institucionais com entidades públicas e privadas das comunidades com quem interage.

Para a sua concretização, o EMGFA, com o apoio das U/E/O territoriais dos Ramos das Forças Armadas, organiza ao longo do ano, três iniciativas, dirigidas cada uma a uma diferente faixa etária dos nossos jovens, que abrange, desde os mais pequenos no primeiro ciclo do ensino básico, até aos alunos do ensino superior.

Em especial a iniciativa do EMGFA intitulada “Cidadania e Forças Armadas”, destina-se a organizar nas Escolas do país, debates com os alunos do terceiro ciclo do ensino básico, acerca das missões e dos valores das Forças Armadas.

Segundo o EMGFA este programa reveste-se de uma característica integradora, ao permitir integrar um conjunto de iniciativas, novas e existentes, assim como um conjunto de organizações com objectivos convergentes, dando corpo e coerência à divulgação institucional. Tem ainda uma característica potenciadora, ao propulsionar novas iniciativas e parcerias, promovendo a integração de outras organizações e a sua participação na divulgação das Forças Armadas. Ainda pretende este programa desenvolver uma característica complementar, na medida em que se abre a parcerias com outras iniciativas existentes, alargando assim as oportunidades de divulgação das Forças Armadas junto da sociedade.

O caderno de divulgação pública deste programa incluía ainda um esquema de enquadramento das suas iniciativas com as que já existem, nomeadamente a sua interligação com o Programa Curricular intitulado “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” (RESDP), que trabalha os mesmos conteúdos deste programa do EMGFA, estando a decorrer nas escolas desde 2016 e encontrando-se em fase progressiva de generalização. O EMGFA integra assim esta matéria curricular no seu programa de divulgação das Forças Armadas, na medida em que explicitamente o descreve na sua publicação como uma “intervenção indirecta dos militares na educação para a Segurança, a Defesa e a Paz”, admitindo assim mais esta possibilidade de colaboração nas suas comunidades de pertença, dos Reservistas, espalhados por todo o país.

Acontece que os Reservistas Voluntários se encontram totalmente empenhados desde 2009, na experimentação nas Escolas e na conceptualização deste programa do RESDP, colaborando na sua redacção, integrados na Equipa de Projeto criada para o efeito no Instituto de Defesa Nacional (IDN).

Como já explicitámos acima, o Almirante CEMGFA, Almirante António Silva Ribeiro, em 5 de maio de 2018 presidiu ao 2º Congresso dos Reservistas de Por-

tugal na Academia Militar. Na sequência da apresentação do relatório de atividades da Liga pela sua Direção Central, o Almirante CEMGFA usou da palavra para reconhecer publicamente o trabalho já desenvolvido por esta associação de Reservistas na divulgação da Cultura da Defesa Nacional e das Missões das Forças Armadas, aos jovens das Escolas dos Municípios onde residem e trabalham e, na sequência, convidou em direto os Reservistas Voluntários a iniciarem nessas Escolas onde já atuam, o Programa do EMGFA de Divulgação das Forças Armadas, lançado publicamente logo de seguida em junho de 2018. Ao encerrar os trabalhos do Congresso, o Presidente da Assembleia Geral da Liga, anunciou a adesão entusiástica da Liga à realização deste programa do EMGFA, logo a partir do início do ano escolar seguinte 2018/2019, em todos os Municípios onde a Liga tem ativos os seus Núcleos Concelhios, espalhados pelo país.

A fim de pôr em marcha esta colaboração anunciada foi assinado um protocolo entre o EMGFA e a LRP – Reserva Voluntária em 11 de novembro de 2019. Nele, a Liga comprometeu-se também a promover, a partir daquela data, a iniciativa “Cidadania e Forças Armadas” nas Escolas dos Concelhos onde o EMGFA promoveu iniciativas de lançamento público de grande visibilidade deste seu programa, até à data da suspensão de todo o programa em março de 2020, devido ao confinamento pandémico. Executámos este programa nessas Escolas, nos termos da Diretiva n.º 052/CEMGFA/19 que determina no título “(3) Execução” o desenvolvimento do “(3c) Conceito” intitulado “(2) Cidadania e Forças Armadas”, definindo que este seu programa seja “executado por entidades parceiras (Liga dos Reservistas de Portugal, entre outras identificadas no futuro) através de protocolo celebrado com o EMGFA”.

O Relatório de execução pela LRP – Reserva Voluntária, do programa do EMGFA de divulgação das Forças Armadas nas Escolas, foi entregue ao EMGFA em 27 de novembro de 2020 e decorreu de um levantamento dos desempenhos a nível nacional, feito pelos Núcleos Concelhios da Reserva Voluntária espalhados pelo país, que executaram este programa nas Escolas do seu Concelho, até à data da suspensão nacional do referido programa, acrescido dos desempenhos protagonizados nas intervenções dos Reservistas a convite do EMGFA, durante as jornadas de grande intensidade para o seu lançamento, em Escolas das cidades onde a Liga não tem ativos Núcleos Concelhios.

Através deste programa do EMGFA de Divulgação das Forças Armadas, que em boa hora o Almirante CEMGFA lançou desde o início do seu mandato, a Liga como entidade executante conseguiu em apenas um ano, divulgar o programa Cidadania e Forças Armadas, a mais de dois milhares de jovens alunos. Foram realizadas trinta e duas divulgações em dezassete Escolas, envolvendo sessenta e quatro Reservistas Voluntários e cento e oitenta e seis Cadetes “Voluntários da Defesa”, que realizaram formação aos seus colegas de escola, enquadrados pelos Reservistas seus formadores.

Durante este mesmo período, aumentou para o dobro o número de equipas de Reservistas Formadores do Programa de Divulgação das Forças Armadas, tendo actuado naqueles dois anos, 23 equipas no Continente e Regiões Autónomas, incrementando assim a capacidade de oferta de formação às Escolas

dos Concelhos onde exercem a sua atividade de voluntariado cultural os Reservistas associados nos seus Núcleos. Quer os Reservistas formadores, quer os Cadetes “Voluntários da Defesa” que participaram na formação aos seus colegas de escola, quer ainda as Escolas que participaram neste programa, foram certificadas pelo EMGFA com diplomas que reconhecem ao mais alto nível, o seu bom desempenho.



## **5. RESILIÊNCIA, NOVAS UNIDADES DE CADETES, MAIS NÚCLEOS CONCELHIOS E COLABORAÇÃO COM O I.D.N. NA FORMAÇÃO CÍVICA DOS JOVENS NAS ESCOLAS**

Os Reservistas Voluntários de Portugal estão empenhados: - Em participar com as Unidades Militares mais próximas, no apoio à resiliência das suas comunidades de pertença; - Em expandirem no país novas Unidades de jovens Cadetes nas Escolas da sua localidade; - Em criarem mais Núcleos de Reservistas Concelhios, nas localidades onde residem Reservistas que aceitem o convite das Escolas dos seus filhos ou netos, para lhes testemunharem a sua experiência ao serviço da Pátria e as Missões das Forças Armadas hoje, colaborando deste modo com o IDN na divulgação da cultura de defesa aos jovens nas Escolas; Em colaborar com o EMGFA na Divulgação das Forças Armadas; E em colaborar com a NATO, oferecendo-se para serem Embaixadores desta Aliança, junto das suas comunidades.

### **RESPOSTA À COMUNICAÇÃO DA DIREÇÃO CENTRAL SOBRE O APELO AOS NÚCLEOS PARA PREPARAREM A SUA COLABORAÇÃO COM AS UNIDADES MILITARES LOCAIS, EM ESPECIAL NO ESTADO DE EMERGÊNCIA**

Na sequência do apelo do EMGFA para os Reservistas se voluntariarem na emergência pandémica, tomou em primeiro lugar a iniciativa o Núcleo dos Açores, que atua em Ponta Delgada onde existe um Regimento designado pelo EMGFA para apoiar a população no Estado de Emergência. O Presidente do Núcleo, Tenente Rezendes ofereceu a disponibilidade dos sócios do Núcleo, para colaborarem, junto dos Comandos de Zona da Marinha e do Exército.

Vários associados que residem na zona da Grande Lisboa (e, portanto, ainda não integrados em Núcleos) e também sócios residentes na Azambuja, na Lourinhã e no Porto, voluntariaram-se para apoiar o EMGFA.

O Núcleo de Rio Maior, o mais antigo, também já reagiu ao apelo da Direção Central. O seu presidente de Núcleo, Sargento-Ajudante FZ Arménio Pereira tomou as seguintes iniciativas:

- Escolheu a Unidade Militar mais próxima, a Escola de Sargentos do Exército, para aí realizar a 2ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária, a decorrer em 2022, dirigida aos Reservistas residentes nos concelhos limítrofes da Cidade das Caldas da Rainha, de forma a englobar os Reservistas dos Núcleos de Rio Maior e da Lourinhã, com a finalidade de apelar à colaboração com o EMGFA e o IDN para a Divulgação das Forças Armadas aos jovens, municípios e associações das suas localidades de pertença.
- Logo que as restrições pandémicas terminem, vai solicitar audiência ao Comandante da Escola, para pedir, com o apoio do EMGFA e do EME, que a jornada de angariação de Reservistas se realize num fim de tarde, que possibilite a reunião dos Reservistas Residentes em horário

pós-laboral.

- Vai solicitar às Direções do Pessoal dos Ramos, que, via Email, enviem o Convite da Liga aos Reservistas residentes nesses concelhos, para esta reunião de apelo à colaboração com o EMGFA no Programa de Divulgação das Forças Armadas.
- Adotou o “power-point” produzido pelo Sargento Afonso Brandão, Coordenador do Departamento de Imagem e Publicações da Liga, como modelo de apresentação da Reserva Voluntária e convite incluído, para a 2ª Jornada Reservista, a enviar aos Reservistas dos concelhos citados, pelas Direções do Pessoal da Armada, do Exército e da Força Aérea.

### **AS JORNADAS CONCELHIAS DA RESERVA VOLUNTÁRIA COMO MODELO PARA DESENVOLVER OS NÚCLEOS CONCELHIOS: APOIOS DO EMGFA, DO IDN, DAS UNIDADES MILITARES LOCAIS E DAS CÂMARAS, À SEMELHANÇA DAS ASSOCIAÇÕES DE RESERVISTAS DOS NOSSOS ALIADOS**

Tomando como modelo a organização desta jornada planeada pelos Núcleos vizinhos de Rio Maior e da Lourinhã, Presidente do Núcleo, Cabo Adjunto Pedro Silva, contamos, durante o ano de 2022, com as seguintes iniciativas: - o Núcleo da Escola de Fuzileiros, Presidente do Núcleo, Sargento-Mor FZ José Talhadas, promove a 1ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária, na Escola de Fuzileiros, já com data marcada para 7 de Maio de 2022, recebendo em simultâneo todos os Presidentes de Núcleos para a sua Assembleia Geral; - o Núcleo de Tomar, Presidente do Núcleo, Tenente-Coronel Paulo Rêpas e o Núcleo de Oleiros e Sertã, Presidente do Núcleo, Sargento-Ajudante Santos Maia, comprometem-se com a realização conjunta no Regimento de Infantaria 15, da 3ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária; - o Núcleo da Azambuja, Presidente do Núcleo, Tenente Helena Maciel, realiza no Centro de Formação (CFMTFA) da Ota, a 4ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária; - o Núcleo do Porto, Presidente do Núcleo, 2º Cabo Sérgio Veludo Coelho, realiza a 5ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária no Regimento de Transmissões; - o Núcleo de Viana do Castelo, Presidente do Núcleo, Alferes José Belo, realiza na Câmara Municipal a 6ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária; - e ainda o Núcleo da Póvoa de Varzim, Presidente do Núcleo, 2º Sargento José Oliveira, realiza a 7ª Jornada Concelhia da Reserva Voluntária, na Escola dos Serviços do Exército, todas a decorrerem em datas a agendar pelos respetivos Presidentes de Núcleo. O Núcleo dos Açores, Presidente do Núcleo, Tenente Sérgio Rezendes, organiza em 2022 o seu 1º Congresso Açoriano de Reservistas, juntando camaradas de todas as ilhas.

**GESTÃO PELOS NÚCLEOS da RESERVA VOLUNTÁRIA, DAS UNIDADES DE CADETES E DAS EQUIPAS DE RESERVISTAS FORMADORES, do E.M. G.F.A. (Programa Cidadania e Forças Armadas) E DO I.D.N (Programa de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz), NOS CONCELHOS ONDE**

## SE INSEREM

As Unidades de Cadetes geridas pelos Núcleos da Liga, concentraram-se em 2018/2019 e 2019/2020 na tarefa de operar a transição do modelo de Clube (em fase de desinvestimento), que tinham a formação centrada nas suas Escolas, para o novo modelo de formação dos Cadetes, centrando a sua formação nas próprias Unidades Militares por eles adotadas, nas proximidades das localidades dos nossos Núcleos.

Para o efeito os Reservistas Voluntários formadores das Unidades de Cadetes, operaram a mudança organizacional da antiga formação que era orientada para a produção de trabalhos escritos pelos Cadetes, para a nova formação, agora orientada para que eles aprendam a divulgar o que lhes ensinaram sobre cultura de Defesa, Alianças e Forças Armadas, a outros jovens das suas Escolas, sendo os próprios Cadetes, formadores dos seus colegas, enquadrados pelos Reservistas seus formadores. O EMGFA já certificou muitos destes Cadetes.

Esta mudança decorreu da aceitação pela Liga do convite que nos foi dirigido publicamente, em 5 de maio de 2018, pelo Almirante CEMGFA, para que os Reservistas Voluntários assumissem, a nível nacional, a execução nas suas localidades de pertença, do Programa do EMGFA de Divulgação dos Valores da Defesa e das Forças Armadas.

Para esta mudança contribuiu também a colaboração que mantemos desde 2010 com o Instituto da Defesa Nacional (IDN), nomeadamente a experiência de terreno que desde 2016 os Reservistas formadores dos Cadetes e os Cadetes Voluntários da Defesa, têm vindo a prestar em voluntariado cultural nas Escolas com quem têm protocolos de colaboração para participarem na lecionação do Programa de Cidadania “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” (RESDP) a convite das Direções dessas Escolas, enquanto entidades locais da sociedade civil relevantes para a promoção da cultura de segurança, defesa e paz, dos jovens ao longo da escolaridade obrigatória (nos termos do Protocolo de Colaboração MDN e Ministério da Educação, para o efeito assinado em 15 de novembro de 2012).

Esta integração dos Reservistas Voluntários nos programas de formação do EMGFA e do IDN, já conseguiu uma significativa expansão da influência dos Reservistas, junto de um número muito maior de jovens nas Escolas, decorrente da participação cívica voluntária desses Reservistas, nas Escolas dos seus filhos ou netos, na sua comunidade de pertença.

Vejamos os seguintes sinais de crescimento: - Em dez anos de formação dos Cadetes organizados em Clubes, atingimos mil inscrições de jovens das Escolas nossas parceiras; - Enquanto que, apenas durante os anos de 2019 a 2020 e desde que começámos a oferecer em simultâneo às Escolas a lecionação dos dois Programas referidos, do EMGFA e do IDN, os Reservistas, coadjuvados pelos seus Cadetes Instrutores (Voluntários da Defesa), já conseguimos trabalhar com mais de dois mil jovens dessas Escolas, reorientando portanto a nossa ação para divulgar a Cultura de Defesa, as Forças Arma-

das e a confiança na NATO, a um muito maior número de jovens aderentes.

Assim, durante os últimos anos, adaptámos a esta nova missão a organização dos nossos Núcleos Concelhios e a Direção constituiu novas Equipas de Reservistas Formadores, espalhadas pelo país, que já atuaram e vão continuar a trabalhar com o EMGFA e o IDN.

## **COLABORAÇÃO DOS NÚCLEOS CONCELHIOS DE RESERVISTAS, COM O IDN, PARA A FORMAÇÃO CÍVICA DOS JOVENS NAS ESCOLAS**

No segundo capítulo deste Caderno, descrevemos em detalhe a proposta e iniciativas associadas, que os Reservistas Voluntários apresentaram ao Ministério da Defesa Nacional, ao Ministério da Educação, e em especial ao Instituto de Defesa Nacional (IDN), para que fosse reativado o Despacho Conjunto nº 267/99 dos Ministérios da Defesa e da Educação, que preparava a generalização a todas as Escolas do país, de um novo programa para os jovens aprenderem a cultura de Defesa e as missões das Forças Armadas e das nossas alianças.

Para tomarmos parte neste projecto obtivemos o acordo dos Ministros da Defesa e da Educação, bem como das Chefias Militares. As primeiras Unidades de Cadetes em Portugal, a partir de 2008, foram apresentadas, analisadas e avaliadas por estes dois Ministérios como modelos experimentais de sucesso para mostrar que é viável os nossos jovens aprenderem na Escola a Cultura de Defesa e as Missões das Forças Armadas ao serviço de Portugal e das suas Alianças. O Ministro da Defesa Nacional a 15 de junho de 2010, visitou a Unidade de Cadetes do Mar na Escola Marinhas do Sal de Rio Maior e a Ministra da Educação à época, aceitou em 29 de abril de 2010, presidir à sessão de apresentação de trabalhos finais dos Cadetes do Exército, no Museu Militar. Ambos manifestaram apreço pelo programa e elogiaram o trabalho dos alunos e formadores.

Antes desta retoma de iniciativa pela sociedade civil sobre a matéria, intervindo nas Escolas, a referida estrutura operacional entre os dois Ministérios, criada pelo Despacho 267/99, encontrava-se descontinuada. Verificámos com apreço que o processo legislativo foi retomado a partir daí.

E finalmente vimos as nossas expectativas concretizadas, com o orgulho de podermos afirmar que, sem falsa modéstia, o nosso trabalho de terreno nas Escolas, contribuiu para o desencadear dos passos seguintes do trabalho intergovernamental em referência. Primeiro através da assinatura de um Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Educação e Ciência com vista à Promoção da Educação para a Cultura de Segurança e Defesa, firmada publicamente pelos dois Ministros, em 15 de novembro de 2012, e intitulado “Plano de Educação da Cultura de Segurança e Defesa”. E em consequência do trabalho aí desenvolvido, foi aprovado e publicado oficialmente em 2014 um “Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz” a ser lecionado em todas as Escolas do país e dirigido a todos os ciclos de ensino. Neste contexto, o Instituto

da Defesa Nacional representou o Ministério da Defesa Nacional (MDN) na organização e implementação conjunta com o Ministério da Educação (ME), do Programa Curricular citado.

O IDN desempenha atualmente funções de acompanhamento, orientação e formação de professores, com vista ao alargamento progressivo da lecionação daquele programa a um maior número de alunos no país. Também o IDN acompanha e estuda desde 2009 os Programas de Formação de jovens “Voluntários da Defesa” nas Escolas, conduzidos pelos Reservistas Voluntários, tendo os seus dirigentes disponibilizado ao IDN, quer a experimentação, monitorização, avaliação e melhoramento das atividades e recursos que constituíram a formação dos Cadetes das turmas piloto entre 2009 e 2014, quer a organização e os conteúdos do planeamento desses cursos, facto que proporcionou a esses dirigentes, terem participado na redação do Programa Escolar do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, através da constituição de uma Equipa de Projeto no IDN que os incluiu, por decisão do Ministro da Defesa. Os Reservistas também colaboram com o IDN, a nível Concelhio, desde 2016, em muitas Escolas espalhadas pelo país que para tal os convidam, a fim de participarem na formação dos jovens para a Cidadania. Sendo já aproximadamente uma centena de Reservistas Voluntários Concelhios a dinamizarem aulas de Cidadania e Desenvolvimento, sobre as matérias para que estão certificados pelo EMGFA.

Este empenho associativo pioneiro dos Reservistas de Portugal, nos últimos dez anos, teve sempre como intenção contribuir para criar massa crítica que permita concretizar as promessas dos sucessivos Governos constitucionais, os quais invariavelmente anunciaram nos seus programas de legislatura, introduzir conteúdos de aprendizagem de cidadania sobre a Defesa de Portugal e as Missões das Forças Armadas, nos programas para o Ensino Básico e Ensino Secundário.

Tivemos em conta também, em 2013, a actualização em Portugal do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013), que faz insistente apelo a que o Estado, mas também os cidadãos contribuam para melhorar a comunicação estratégica das Forças Armadas para permitir a compreensão por parte da sociedade, dos interesses estratégicos nacionais e das ameaças e oportunidades que se lhes colocam, bem como, promover junto dos cidadãos o conhecimento e a utilidade da organização militar, ao serviço da segurança e defesa nacional. Refere explicitamente que é nos cidadãos e na promoção de uma cultura de defesa que se afirma a estratégia nacional. Nomeadamente define como linhas de acção: “Promover, através das instituições de educação e da segurança e defesa nacional, uma cultura de segurança e promover nos programas escolares os valores nacionais e a formação para um patriotismo democrático e cosmopolita”. Afirmo ainda que “o conceito estratégico de defesa nacional só se tornará nacional a partir do momento em que Portugal e os portugueses o assumam como seu”.

Esta reflexão veio trazer-nos à consciência o facto de que os militares do activo nas nossas Forças Armadas estão inevitavelmente ocupados nas suas

missões operacionais, nos serviços e na formação, não sobrando muito tempo para o seu empenhamento nesta urgente tarefa de reaproximar as Forças Armadas da sua sociedade civil.

Então, tal como acontece nos países nossos parceiros na aliança ocidental, poderemos nós também voluntariar-nos para que sejam os cidadãos militares já fora do serviço activo, (que por essa via adquiriram espírito patriótico e cultura de defesa bem consolidados), aqueles de quem podemos esperar maior empenho, agora também em Portugal, nesta nova, mas inadiável missão de recuperação dos vínculos de cidadania Portuguesa, pela parte das nossas mais jovens gerações. Estes militares já fora do serviço activo, da Reserva Voluntária e também militares quadros permanentes na Reforma, poderão ser agora actores sociais oportunos, dos quais Portugal necessita para esta nova e urgente missão nas suas comunidades de pertença, tendo aliás todos já dado prova de capacidade de desempenho cabal do serviço militar cumprido para com a sua Pátria.

O Ministério da Educação tem argumentado junto do Ministério da Defesa que o principal obstáculo ao alargamento da leccionação nas Escolas dos conteúdos de Segurança e Defesa e Missões das Forças Armadas, se prende com a dificuldade de encontrar docentes das Escolas, informados e disponíveis para a leccionação destas matérias, constituindo ainda outra limitação significativa do alargamento desta formação aos jovens das Escolas do país, a ausência de verbas disponíveis para a montagem de um programa de formação mais vasto que progressivamente pudesse habilitar mais professores a leccionarem as matérias em referência.

Ora, a proposta que aqui apresentamos, pode contribuir para superar esses obstáculos. Os formadores em regime de voluntariado cultural, que propomos para colaborarem na leccionação das matérias de Defesa e das Forças Armadas em referência, poderão ser assim os Reservistas Voluntários, todos tendo sido militares, portanto já habilitados formalmente e com testemunhos vivenciais significativos para serem transmitidos, residentes nas localidades das Escolas.

No que diz respeito à colaboração dos Reservistas com a iniciativa do EMGFA “Cidadania e Forças Armadas”, e obtido o acordo prévio do Almirante CEMGFA, a Liga desenvolveu um processo negocial com uma dezena de associações da sociedade civil ligadas à Defesa Nacional e às Forças Armadas, com vista a promover, logo que terminem as restrições pandémicas, capacidades acrescidas de oferta de formação aos alunos, dos Programas do EMGFA de Divulgação das Forças Armadas, nas Escolas que o solicitem, abrangendo assim novos Concelhos onde residem ou trabalham os associados destas novas instituições parceiras. Deste modo os Reservistas Voluntários vão cumprindo o compromisso assumido com o EMGFA, de aumentarem progressivamente o número de municípios e respetivas Escolas em que apresentam aos alunos a iniciativa “Cidadania e Forças Armadas” que têm a seu cargo.

Acontece que estas associações da sociedade civil, integram associados com competências reconhecidas nas áreas da Segurança, Defesa e Forças Armadas, residindo em localidades onde em regra se situam Escolas, dispondo-se eles também a colaborar em regime de voluntariado cultural, na educação dos jovens para a Segurança, a Defesa e a Paz (RESDP), no âmbito da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

Esta capacitação simultânea para o ensino dos dois programas citados, decorre do facto de os conteúdos da iniciativa do EMGFA “Cidadania e Forças Armadas”, estarem também contemplados na lista de conteúdos do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, integrados na área curricular de Cidadania e Desenvolvimento.

Perante esta possibilidade de colaboração dos mesmos protagonistas da sociedade civil, devidamente qualificados, nas comunidades onde se inserem Escolas, capacitados para a lecionação da iniciativa “Cidadania e Forças Armadas” do EMGFA e também do programa do RESDP, da responsabilidade do IDN, importa equacionar a sua rentabilização em termos de economia de escala.

Propusemos conseqüentemente ao Instituto da Defesa Nacional que apoie estas manifestações de disponibilidade dos associados das referidas associações da sociedade civil, junto das Escolas do seu Concelho, para colaborar também na Educação dos alunos, para a Segurança, a Defesa e a Paz, tendo para o efeito apresentado esta iniciativa em audiência à sua Diretora em 3 de março de 2020.

Este procedimento está já legitimado e incentivado pelos Ministérios da Defesa Nacional e da Educação, em protocolos assinados progressivamente com as Câmaras do país, desde 20 de maio de 2016.

Importa sublinhar que, este procedimento já consolidado de lecionação do RESDP nas Escolas, pelos Reservistas Voluntários, reconhecidos pelo IDN, que residem nas localidades das Escolas aderentes, decorre do já mencionado envolvimento activo e constante dos Reservistas, colaborando desde há dez anos com o IDN (integrados numa Equipa de Projeto do IDN designada pelo Ministro da Defesa à época).

Aguardamos também a boa receptividade do IDN para a proposta que lhe fizemos, para que seja o próprio Instituto a incentivar os seus diplomados, que residam nas localidades das Escolas aderentes à lecionação do RESDP, a oferecerem-se como voluntários para o efeito, quer tenham frequentado Cursos do IDN, de Auditores da Defesa Nacional, de jovens Auditores da DECIDE (Associação dos jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania), de formadores dos Cadetes do Mar, do Exército e dos “Jovens Voluntários da Defesa”, ou ainda obtido aprovação em ações de formação contínua de professores formadores do programa RESDP.

Temos já como exemplos de sucesso a colaboração significativa prestada como formadores nos Núcleos Concelhios dos Reservistas, por muitos diplomados pelo IDN, que frequentaram os dois cursos já ministrados de Formadores para Cadetes do Mar e do Exército e para os Jovens Voluntários da

Defesa nas Escolas. Com efeito, quer os Militares autorizados a frequentarem estes cursos, quer os Jovens Auditores da DECIDE que neles participaram com sucesso, têm colaborado regularmente na formação dos Cadetes, dos Voluntários da Defesa, mas também na lecionação do RESDP nas Escolas que vão aderindo, nas suas localidades de pertença.

Destacamos em particular o facto de serem as próprias Escolas, desde 2015/2016 a convidarem os Reservistas Voluntários da sua localidade, para lecionarem este programa aos seus alunos, reconhecendo assim as suas especiais competências para abordarem de uma maneira mais interessante e vivida, os temas das missões das Forças Armadas e da Segurança e Defesa.

Sem falsa modéstia, melhor que ninguém, nós Reservistas, seremos capazes de transmitir aos nossos concidadãos, nas comunidades a que pertencemos, o esforço, o empenho e a capacidade das nossas Forças Armadas, bem como os riscos que correm e os sucessos dos nossos militares, nas missões em defesa das fronteiras longínquas da nossa segurança coletiva, porque, embora cada um de maneira diferente, todos nós já cumprimos tais deveres para com a Pátria.

# CADERNOS NAVAIS

## Volumes Publicados

- 1. A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti
- 2. Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados**  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Contra-Almirante Victor Manuel Lopo Cajarabille
- 4. O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima**  
Dr. Luís da Costa Diogo
- 5. Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional**  
Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues
- 6. Portugal e a sua Circunstância**  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Dr. João Soares Salgueiro,  
Professora Doutora Maria do Céu Pinto,  
Professora Doutora Maria Regina Flor e Almeida
- 7. O Poder Naval. Missões e Meios**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Néelson Lopes da Costa
- 8. Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação. Breve Abordagem Filosófico-Estatutária**  
Segundo-tenente Carla Cristina Martins Pica
- 9. Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral**  
Prof. Dr. José Medeiros Ferreira
- 10. A Estratégia Naval Portuguesa**  
Vice-Almirante António Emílio Sacchetti,  
Professor Doutor António José Telo,  
Vice-Almirante Magalhães Queiroz,  
Almirante Vieira Matias,  
Contra-Almirante Lopo Cajarabille,  
Capitão-de-fragata Marques Antunes,

Dr. Nuno Rogeiro,  
Vice-Almirante Ferreira Barbosa,  
Dr. Tiago Pitta e Cunha,  
Vice-Almirante Reis Rodrigues,  
Contra-Almirante Melo Gomes,  
Vice-Almirante Alexandre Silva Fonseca,  
Vice-Almirante Pires Neves,  
Vice-Almirante Rebelo Duarte

**11. O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares**

Capitão-de-Mar-e-Guerra José Manuel Silva Carreira

**12. As Forças Armadas e o Terrorismo**

Contra-Almirante José Augusto de Brito

**13. O Mar, um Oceano de Oportunidades para Portugal**

Almirante Vieira Matias

**14. Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial**

Professor Doutor Ernani Lopes,  
Professor Doutor Manuel Lopes Porto,  
Dr. João Salgueiro,  
Professor Doutor José Carlos Venâncio,  
Dr. Salgado Matos,  
Dr. Félix Ribeiro,  
Professor Doutor Fernando Santos Neves,  
Dr. Joaquim Aguiar,  
Professor Doutor Adriano Moreira

**15. A Security em âmbito marítimo. O Código ISPS**

Dr. Luís Manuel Gomes da Costa Diogo,  
Capitão-tenente José António Velho Gouveia

**16. O Mediterrâneo, Geopolítica e Segurança Europeia**

Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti

**17. As Grandes Linhas Geopolíticas e Geoestratégicas da Guerra e da Paz**

Capitão-tenente José António Zeferino Henriques

**18. A NATO e a Política Europeia de Segurança e Defesa. Em Colisão ou em Convergência?**

Vice-Almirante Alexandre Reis Rodrigues

**19. Segurança e Cidadania. Conceitos e Políticas**

Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes

- 20. Continentalidade e Maritimidade**  
A Política Externa dos Impérios e a Política Externa da China  
Professor Doutor António Marques Bessa
- 21. O Poder na Relação Externa do Estado**  
Professor Doutor Luís Fontoura,  
Embaixador Leonardo Mathias
- 22. Seminário “Uma Marinha de Duplo Uso”**  
Intervenções dos Conferencistas
- 23. A Definição de Agressão da Assembleia-Geral das Nações Unidas:  
História de uma Negociação**  
Dr.ª Maria Francisca Saraiva
- 24. Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico Coordenadores:**  
Professor Doutor António Marques Bessa,  
Professor Doutor Pedro Borges Graça
- 25. A Europa da Segurança e Defesa**  
Vice-Almirante António Rebelo Duarte
- 26. 1º Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa**
- 27. Formulação da Estratégia Naval Portuguesa. Modelo e processo**  
Contra-Almirante António Silva Ribeiro
- 28. O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades.**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos César Martinho Gusmão Reis Madeira
- 29. Reflexões sobre o Mar**  
Uma Homenagem ao Vice-Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti  
Almirante Fernando Melo Gomes,  
Professor Doutor Adriano Moreira,  
Vice-Almirante António Ferraz Sacchetti,  
Almirante Nuno Vieira Matias,  
Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille
- 30. A “Guerra às Drogas”**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra J. Margalho Carrilho
- 31. Contributos para uma caracterização da Geopolítica Marítima de Portugal**  
Primeiro-tenente Humberto Santos Rocha

- 32. 60 anos da Aliança Atlântica. Perspectivas navais**  
Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Vice-Almirante José Carlos Lima Bacelar
- 33. A Plataforma Continental Portuguesa e o Hypercluster do Mar**  
Vice-Almirante Victor Lopo Cajarabille,  
Vice-Almirante António Rebelo Duarte,  
Dr.<sup>a</sup> Patrícia Viana Afonso
- 34. Estratégia Naval Portuguesa - O processo, o contexto e o conteúdo**  
Contra-Almirante António Silva Ribeiro,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Braz da Silva,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma,  
Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro
- 35. O Papel da União Europeia e da União Africana na Prevenção e Gestão de Conflitos em África**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Edgar Marcos Bastos Ribeiro
- 36. Oxigénio e medicina subaquática e hiperbárica. Perspectiva histórica e realidade militar em Portugal**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra José de Gouveia de Albuquerque e Sousa
- 37. Liderança e exercício de comando contributos**  
Capitão-de-fragata Francisco José Costa Pereira,  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Eduardo de Gouveia e Melo,  
Capitão-tenente Pedro Eduardo Fernandes Fonseca
- 38. O Papel das Forças Armadas nas Operações Inter-Agências de Combate às Ameaças Emergentes em Portugal**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Jorge Novo Palma
- 39. Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição Nacional. Um Modelo para Potenciar o Exercício da Autoridade do Estado no Mar**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra António Manuel de Carvalho Coelho Cândido
- 40. Os Media como Vectores na Prossecução dos Objectivos Estratégicos das Forças Armadas**  
Capitão-de-Mar-e-Guerra Vladimiro José das Neves Coelho
- 41. O combate à pirataria marítima**  
Vice-almirante Alexandre Daniel Cunha Reis Rodrigues

**42. Conceitos e Tecnologia das Operações Navais: da II Guerra Mundial aos nossos dias**

Almirante Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,  
Capitão-de-fragata Armando José Dias Correia

**43. A Plataforma Continental Portuguesa. Análise do Processo de Transformação do Potencial Estratégico em Poder Nacional**

Capitão-tenente Jaime Carlos de Vale Ferreira da Silva

**44. A Maritimidade Portuguesa: Do Reavaliar da Consciência à Oportunidade de Desenvolvimento**

Vice-almirante Ref João Manuel Lopes Pires Neves,  
Vice-Almirante Ref António Carlos Rebelo Duarte

**45. Mahan. 7 Virtudes e 7 Pecados**

Capitão-de-fragata Nuno Sardinha Monteiro

**46. O Processo Estratégico na Marinha**

Almirante António Silva Ribeiro

**47. Vis per Mare**

**Breve análise das obras de alguns autores contemporâneos sobre poder no mar**

Capitão-de-mar-e-guerra Nuno Sardinha Monteiro

**48. Políticas e Estratégias Marítimas da Europa e de Portugal**

Vice-Almirante Ref. António Carlos Rebelo Duarte

**49. Centro de Decisão de Alcance Global em Contexto Marítimo**

Dr. Miguel Marques

**50. O mar em perspetiva**

Professor Doutor Adriano Moreira

**51. Portugal, como potência costeira**

Vice-almirante Alexandre Reis Rodrigues

**52. A segurança do ciberespaço em Portugal e no setor marítimo**

Contra-almirante António Gameiro Marques

**53. Uma Marinha útil e minimamente significativa**

Vice-Almirante Gouveia e Melo

**54. Metodologia dos estudos marítimos**

Almirante António Silva Ribeiro

**55. As Forças Armadas e a sua capacidade para o empenhamento em cenários complexos de assistência humanitária**

Capitão-de-mar-e-guerra Carlos Osvaldo Rodrigues Campos

**56. A evolução da saúde em Portugal.**

**O papel da saúde militar**

Contra-almirante Médico Naval Menezes Cordeiro

**57. O conhecimento científico do oceano. Instituto Hidrográfico, conhecer o mar para que todos o possam usar.**

Contra-almirante Carlos Ventura Soares

**58. O pensamento de Defesa em Portugal**

Vice-almirante Alexandre Reis Rodrigues

**59. O Ciclo de Vida dos Navios Militares**

Contra-almirante Engenheiro Construtor Naval (Ref) Victor Gonçalves de Brito

**60. Nação, Estado e novos Poderes sem fronteiras**

João Carlos de Oliveira Moreira Freire

**Nota:** Os Cadernos Navais encontram-se disponíveis na internet, no portal da Marinha, sob o título Estudos e Reflexões: <http://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/cadernos-navais/Paginas/default.aspx>

